

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
CÂMPUS CORA CORALINA
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LÍNGUA,
LITERATURA E INTERCULTURALIDADE – POSLLI**

HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAUMA N'OS *SERTÕES*, DE EUCLIDES DA CUNHA

GOIÁS - GO
2023

GIZA CASTRO MOREIRA COELHO

HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAUMA N'OS *SERTÕES*, DE EUCLIDES DA CUNHA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título de Mestra ao Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual de Goiás.

LP2 – Linha de pesquisa: Estudos Literários e Interculturalidade.

Orientador: Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto

GOIÁS – GO
2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C672h	<p>Coelho, Giza Castro Moreira. História, memória e trauma n'Os Sertões, de Euclides da Cunha [manuscrito] / Giza Castro Moreira Coelho. – Goiás, GO, 2023. 147 f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.</p> <p>1. Literatura brasileira - pré-modernismo. 1.1. Os sertões - Euclides da Cunha. 1.1.1. História. 1.1.2. Memória. 1.1.3. Trauma. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 82.09(81)</p>
-------	--

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

UEG CÂMPUS CORA CORALINA

Av. Dr. Deusedth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000

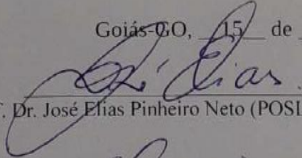
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

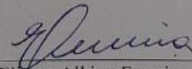
ATA DE EXAME DE DEFESA 30/2023

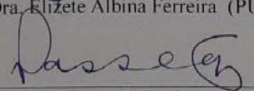
Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três às catorze horas, realizou-se o Exame de Defesa da dissertação do(a) mestrando(a) Giza Castro Moreira Coelho, intitulado "HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAUMA N'OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA". A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dr. José Elias Pinheiro Neto – Presidente – (POSLLI/UEG), Dra. Elizete Albina Ferreira (PUC/GO), Dr. Paulo Alberto da Silva Sales (POSLLI/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pelo(a) mestrando(a) e seu/sua orientador(a). Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o(a) presidente da banca examinadora, proclamou o resultado, segundo o qual a dissertação foi aprovada, () aprovada com ressalvas, () reprovada com as seguintes exigências (se houver):

Cumpridas as formalidades de pauta, às 14:50 a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.

Goiás-GO, 15 de Dezembro de 2023.


Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (POSLLI/UEG)


Prof. Dra. Elizete Albina Ferreira (PUC/GO)


Prof. Dr. Paulo Alberto da Silva Sales (POSLLI/UEG)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo que Ele tem me proporcionado, por segurar minha mão e me conduzir pelos melhores caminhos. Agradeço por me fazer acreditar em minha capacidade e superar os obstáculos da vida.

Agradeço ao professor doutor José Elias Pinheiro Neto, pelas inúmeras e valiosas orientações, pela paciência e sensibilidade e por acreditar no meu potencial. Sou imensamente grata pela sua confiança, respeito e amizade. Agradeço pelas lições aprendidas ao longo dessa caminhada, pelas palavras de encorajamento e sua atenção constante. Expresso minha gratidão e satisfação em tê-lo como orientador.

Aos professores Paulo Alberto da Silva Sales e Elizete Albina Ferreira pelas excelentes sugestões no exame de qualificação, os quais contribuíram para versão mais completa desta dissertação.

Aos professores do POSLLI, ao secretariado e coordenação.

À minha família, minha base, que sempre me apoiou e me fez acreditar nas possibilidades da vida. Agradeço por compreenderem minha ausência e pelo afastamento temporário. Ao meu companheiro de vida, Nélio Vicente Coelho Fortunato, pelo incentivo e pela paciência comigo naqueles dias tão atarefados, e ao meu filho amado, Nélio Filho Castro Coelho, que é minha maior inspiração. A minha mãe Antonia Nazaré de Castro Moreira, que é meu exemplo de carinho, honestidade e perseverança, sem a sua ajuda eu não teria conseguido. Agradeço, também, ao meu irmão, Cleuber Castro Moreira, que sempre foi minha inspiração nos estudos, e ao meu eterno saudoso pai, Lourival de Souza Moreira que, se estivesse aqui, estaria radiante e orgulhoso. Aos meus sogros, cunhados (as) e sobrinhos. Sem a ajuda e o apoio de todos vocês, eu não teria conseguido concluir essa etapa. Meu muito obrigada.

Também sou grata aos meus colegas de mestrado pelas trocas de experiências e pela torcida constante.

A Gestão Municipal do Município de Itapuranga, pela concessão da licença remunerada, permitindo a oportunidade de dedicar-me à pesquisa.

A minha amiga e companheira de graduação, Prof^ª. Ma. Flávia de Sousa Oliveira e ao meu colega de trabalho e amigo Prof. Me. Claudio Pinheiro Tavares, pelas sugestões, incentivo e carinho, os quais foram importantes para a concretização deste projeto.

As amigas e confidentes Prof^ª. Ma. Naiara Maria de Sousa Camargos e Prof^ª Ma. Tátilla Roberta Sousa Santos Silva, pelas trocas de experiências, apoio e pela constante motivação com palavras de encorajamento e carinho.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Rede Municipal de Itapuranga, em especial, aos funcionários da Escola Municipal Coronel Virgílio José de Barros.

Dedico este trabalho
ao meu esposo Nélio Vicente Coelho Fortunato
e ao meu filho Nélio Filho Castro Coelho, a luz do meu viver.

COELHO, Giza Castro Moreira. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAUMA N'OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA**. Dissertação de Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa examina elementos da história, da memória e do trauma como eixos norteadores de análise do livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. A obra é dividida em três partes: a terra, o homem e a luta. Ela narra a Guerra de Canudos, um dos maiores conflitos ocorridos no Sertão baiano brasileiro entre 1896 e 1897. Euclides retrata o sofrimento dos canudenses, ao depor e narrar os acontecimentos vivenciados por eles. Nesse seguimento, discorrer-se-á sobre o trauma e o silenciamento das vítimas que presenciaram aquele fatídico episódio, a partir do impacto que a Guerra de Canudos causou nas testemunhas, bem como compreender-se-á como o autor utilizou-se do testemunho para reconstruir os acontecimentos que ficaram registrados na memória daquelas pessoas. A metodologia pautar-se-á por meio de pesquisas bibliográficas e, para embasar essas considerações, recorre-se ao aporte teórico de Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes (2020); Paul Ricoeur (2007); Márcio Seligmann-Silva (2003); Maurice Halbwachs (1990); Aleida Assmann (2011); Marianne Hirsch (2012), Walnice Nogueira Galvão (2009), José Carlos de Santana (2001), entre outros. Portanto, essa pesquisa, além de travar uma luta contra o esquecimento e o silenciamento, contribui para que o massacre ocorrido em Canudos não fique silenciado na escrita da história. Assim, ao unir elementos literários e científicos por meio da narrativa historiográfica, Euclides da Cunha promove uma sequência de esclarecimentos denunciativos e críticos, contextualizando-os para reproduzir o genocídio ocorrido no arraial de Canudos.

Palavras-chave: História. Memória. Trauma. *Os Sertões*.

COELHO, Giza Castro Moreira. **HISTÓRIA, MEMÓRIA E TRAUMA N'OS SERTÕES, DE EUCLIDES DA CUNHA**. Dissertação de Mestrado em Língua, Literatura e Interculturalidade – Campus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2023.

ABSTRACT

This research examines elements of history, memory and trauma as guiding principles for analyzing the book *Os Sertões*, by Euclides da Cunha. The work is divided into three parts: the land, the man and the fight. It narrates the War of Canudos, one of the biggest conflicts that occurred in the Brazilian backlands of Bahia between 1896 and 1897. Euclides portrays the suffering of the Canudenses, by testifying and narrating the events they experienced. In this sequence, we will discuss the trauma and silencing of the victims, who witnessed that fateful episode, from the impact that the Canudos War had on the witnesses, as well as understanding how the author used the testimony to reconstruct the events that were recorded in the memory of those people. The methodology will be based on bibliographical research and, to support these considerations, theoretical support of Fabiana de Souza Fredrigo and Ivan Lima Gomes (2020); Paul Ricoeur (2007); Márcio Seligmann-Silva (2003); Maurice Halbwachs (1990); Aleida Assmann (2011); Marianne Hirsch (2012), Walnice Nogueira Galvão (2009), José Carlos de Santana (2001), among others. Therefore, this research, in addition to waging a fight against forgetfulness and silencing, contributes to ensuring that the massacre that occurred in Canudos is not silenced in the writing of history. Thus, by uniting literary and scientific elements through historiographic narrative, Euclides da Cunha promotes a sequence of denunciatory and critical clarifications, contextualizing them to reproduce the genocide that occurred in the village of Canudos.

Keywords: History. Memory. Trauma. *Os Sertões*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EUCLIDES DA CUNHA: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS	15
1.1 Produção e fortuna crítica	15
1.2 <i>Os Sertões</i> de Euclides da Cunha	29
1.3 A Caderneta euclidiana	44
CAPÍTULO 2 – LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA: INTERRELAÇÕES E INTERDISCIPLINARIDADES	65
2.1 Uma aproximação entre ciência e arte	66
2.2 Elementos críticos, literários e analíticos na ironia e denúncia.....	79
2.3 Narrativa X historiografia: a relação da Nova História com o Trauma e a relação euclidiana com a Nova História	87
CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA E O TRAUMA N’OS SERTÕES	104
3.1 Memória e historiografia	104
3.2 O testemunho: trauma e silenciamento	115
3.3 Do revisionismo a reescritura	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

Esta dissertação estabelece associações entre a História, a Memória e Trauma no livro de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. Durante a sua produção, realizou-se um estudo pormenorizado d'*Os Sertões*, analisando, além do livro, o fascínio de Euclides da Cunha pela natureza, revelando-se um narrador voltado para as ações humanas e pelas forças controladoras do ambiente. Além disso, foram utilizados livros, artigos, dissertações, teses, manuscritos, documentários, matérias e outros trabalhos científicos para aproximar a narrativa literária d'*Os Sertões* de contextos históricos havidos no Sertão brasileiro.

Os Sertões vão muito além de ser apenas uma obra literária, uma vez que possibilita a reflexão sobre o passado, o presente e futuro. O texto é objeto de representação interdisciplinar, percorrendo diversas áreas do saber ao unir ciência e arte. Sua trama oferece múltiplas abordagens, como história social, oral, religiosa, sociológica, geográfica, política, entre outras, possibilitando que releituras e reescrituras sejam pensadas e tematizadas. Nesse sentido, compreende-se que o estudo desse livro, além de contextualizar a história brasileira, tem relevância acadêmica já que possibilita examinar questões contemporâneas, promove a valorização da literatura nacional e estimula o pensamento crítico sobre a realidade brasileira.

Além de abordar o conflito ocorrido no arraial de Canudos, em 1886 e 1887, no interior da Bahia, o livro fornece informações sobre as causas, o desenvolvimento e o desfecho do massacre. A escrita de Euclides descreve a realidade social, econômica e cultural do povo sertanejo, bem como se detém em destacar as disparidades existentes entre eles e o povo litorâneo. Retrata-se o sofrimento do sertanejo ocasionado pela escassez de água e de comida, pelo descaso do Estado e a falta de perspectivas de melhoria.

Para examinar essas questões na obra em questão, esta pesquisa se divide em três capítulos. No primeiro, analisa-se a região nordestina, sobretudo o cenário da Guerra de Canudos. Volta-se à explicação do contexto político, social e econômico do período, além de fazer uma associação do homem, do meio social e da natureza por meio de um debate entre as diferentes áreas do conhecimento e suas correlações. Também estudou-se as partes *A terra*, *O homem* e *A luta*, estabelecendo as relações existentes entre cada uma e a importância de se fazer um estudo da natureza e do homem para compreender o conflito ocorrido em Canudos. Além disso, realizou-se um estudo da *Caderneta de campo* de

Euclides da Cunha, que apresenta impressões e informações valiosas do escritor durante sua breve passagem pelo arraial de Canudos. A Caderneta traz relatos autênticos e preciosos para a literatura brasileira, ocorridos no Sertão da Bahia.

Em seguida, no segundo capítulo, fez-se necessário falar da aproximação de Euclides da Cunha com a ciência e a arte, conseguindo compreender os caminhos condutores que inspiraram o escritor a dar vida ao livro *Os Sertões*. Para dar sustentação ao texto, explora-se alguns elementos críticos, literários e analíticos, partindo da ironia e denúncia. *Os Sertões* é construído a partir da memória das testemunhas que presenciaram o fatídico episódio. Além disso, ficou conhecido como o palco de inúmeras denúncias do massacre contra os sertanejos canudenses, assim como por fazer uma análise crítica historiográfica, pelas vias literárias, trazendo para o leitor palavras da realidade de forma irônica e metafórica. Esse capítulo contribui de forma significativa para compreender o envolvimento do escritor com as ciências naturais, suas concepções e seu relacionamento com intelectuais e cientistas da época.

Ainda no segundo capítulo, faz-se uma relação entre a narrativa e historiografia, apresentando a importância da interdisciplinaridade, para inferir-se no contexto da época, permitindo que diferentes métodos de abordagens se integrem a fim de explicar as complexidades dos acontecimentos ocorridos em Canudos. O livro se fundamenta em um fato histórico, que se vale da trajetória, do sofrimento e do aniquilamento do povo sertanejo. No entanto, sua singularidade reside também na sua capacidade artística, estabelecendo um vínculo entre a fantasia e a realidade. Dessa forma, entende-se que esse capítulo, além de situar o leitor no contexto histórico cultural da época, analisa as interligações, os desdobramentos e as relações das atividades científicas com outras áreas culturais, destacando a importância da interdisciplinaridade na interpretação dos acontecimentos. Em suma, Euclides da Cunha propõe mostrar a face cotidiana e a realidade das disparidades existentes no país, transcendendo o conflito e descortinando o massacre ocorrido em Canudos.

No terceiro capítulo, discute-se a confluência entre a memória e a historiografia no texto euclidiano, em que o escritor, pelas vias literárias, reconstrói os acontecimentos e os aproxima do sofrimento e da angústia das vítimas da guerra. O escritor oferece uma narrativa que não é estritamente factual, mas motivada pela compaixão e empatia, fazendo uma análise sociopolítica do que aconteceu no arraial de Canudos. No mesmo capítulo, faz-se um estudo do testemunho, do trauma e do silenciamento por meio do impacto que a Guerra de Canudos causou nas testemunhas que presenciaram aquele fatídico episódio,

assim como as formas de silenciamento e negação que frequentemente ocorrem. As testemunhas foram manipuladas e impedidas de participarem das narrativas historiográficas. Em análise, considera-se também o impacto desses testemunhos na sociedade e como eles podem ajudar nas lutas por justiça. Além disso, percebe-se que o testemunho tem uma grande relação com as marcas do trauma, podendo ser distorcido e/ou modificado, dependendo de como foi a experiência vivenciada no evento. E, por fim, realiza-se um estudo do revisionismo e da reescritura, a fim de explorar de que forma o governo distorceu os fatos, manipulou as narrativas e modificou o discurso por meio das reportagens jornalísticas. Além disso, procurou-se discutir a importância de reescrever a história com uma forma renovada, ao abordar perspectivas diferentes e mais contextualizadas para os dias atuais.

Durante o massacre em Canudos, a mídia transmitia a ideia de que o exército agia em favor da nação, impedindo um suposto grupo de monarquistas perigosos de assumir o controle do país. No entanto, é importante destacar que essas informações eram infundadas e propagadas pela mídia a mando do governo, com o intuito de manipular a população. Com base nessas evidências, torna-se compreensível que a mídia tenha sido utilizada como um instrumento de manipulação, distorcendo os fatos em favor dos interesses governamentais. Dessa forma, se faz necessário estudar os fenômenos relacionados aos controle e à manipulação do passado, no intuito de apresentar diferentes interpretações por meio da releitura. Assim, poder-se-á construir uma consciência histórica mais democrática, capaz de contribuir para uma sociedade mais íntegra e igualitária.

CAPÍTULO 1 – EUCLIDES DA CUNHA: CAMINHOS E TRAJETÓRIAS

1.1 Produção e fortuna crítica

Os Sertões foi escrito por Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. Nascido em 20 de janeiro de 1866, na Fazenda Saudade, localizada no vale do Paraíba, Cantagalo (RJ), era filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Alves Moreira. Infelizmente, Euclides perdeu sua mãe cedo, devido a complicações causadas pela tuberculose. Aos três anos de idade, ele foi levado para Teresópolis, no Rio de Janeiro, onde passou a ser criado pelos seus tios, Rosinda Gouveia e Urbano Gouveia. Com a morte da sua tia, Euclides, juntamente com seu pai e sua irmã Adélia, mudam-se para a fazenda São Joaquim, situada em São Fidélis, Rio de Janeiro, ficando aos cuidados da sua tia Laura Moreira Garcez e seu esposo coronel Magalhães Garcez até 1874, já com nove anos de idade. Com dez anos de idade, foi levado para a cidade, lugar no qual iniciou seus estudos no Colégio Caldeira, lá permanecendo até completar os estudos primários. Em 1877, mudou-se para Salvador, passando a residir na casa dos avós paternos e a estudar no Colégio Carneiro Ribeiro. Em 1889, retornou para o Rio de Janeiro e, em 1880, iniciou os estudos secundários no Colégio Aquino. No ano de 1886, publicou seus primeiros artigos no jornal *O democrata*. Nesse mesmo período, escreveu o caderno *Ondas*.

A viagem é um dos temas mais antigos da humanidade. O assunto vem sendo reportado em importantes obras há tempos, como na *Odisseia* e na própria Bíblia sagrada. A literatura de viagem tem como precursores os gregos e seu apogeu foi no período do Renascimento, com as navegações e descobrimentos. É na viagem que acontece a épica, em que o herói deixa a família e o lar para viver aventuras narrando fatos fictícios recorrentes de suas experiências. N' *Os Sertões*, tem-se um *epos* trágico, sem herói que, segundo Walnice Nogueira Galvão (2009), vem a ser o próprio autor um herói irônico. É nesse espírito viajante que Euclides da Cunha vagueia em suas escritas narrando sua jornada, seus sonhos, ou seja, um narrador que se maravilha com os cenários deparados. Trata-se de um narrador poético, viajante, que não vê apenas a natureza, o homem e as lutas, mas a saudade, a dor e o luto. No caderno *Ondas*, escrito em 1894, encontra-se entre os poemas euclidianos um intitulado *Viajando*, passagens que fazem referências a viagem, a vida peregrina explorando a natureza e a terra. O sonhador Euclides da Cunha, por meio do seu onirismo, contempla a dor da saudade e, mesmo antes da sua caminhada

pelo Sertão, já idealizava uma vida em movimento:

[...] Tremem nos ares mil canções estranhas / – Cheias de amor, cheias de mágoas, – e umas / Coifas tecidas de opalinas brumas / Cingem sutis a fronte das montanhas... [...] Longe dos homens e de vós bem perto / Oh! Como é doce a dor!... como a saudade / É suave e santa nessa soledade – que se embuça nas névoas do deserto!... Meu pobre coração!... neste minuto / – No qual sinto vibrar a Eternidade! – / Veste os teus dias que a atra feridade / Dos homens vis cobriu de lama e luto! [...] / Mas preciso seguir... triste, calado / Tomo das rédeas... fúlgido, altaneiro – / De minha ásp'ra jornada companheiro / – Rutilante o luar marcha a meu lado / *Caminho da Ponte Nova, Março 1884*
¹(GALVÃO, 2000).

A natureza é examinada pelo viajante/observador, que descortina cada aspecto encontrado pelo caminho. Depara-se com uma pluralidade de imagens estranhas ao seu cotidiano, um deslumbramento pela diversidade propiciando uma experiência singular, uma mistura de saudade com o novo que lhe fora proporcionada. O curioso é que Euclides da Cunha, mesmo tendo uma grande afeição pelo Sertão, carrega consigo as lembranças do mar. Essa característica é observada em várias passagens, começando pela capa do caderno de poemas intitulado como *Ondas*. Em *Os Sertões*, volta e meia, recorre-se ao mar fazendo referências e comparações com o grande Sertão: “via-se um ondular estonteador; estranho palpitar de vagas longínquas; a ilusão maravilhosa de um seio de mar, largo, irisado, sobre que caísse, e refrigerasse, e ressaltasse a luz esparsa em cintilações ofuscantes...” (CUNHA, 2016, p. 63). A grandeza do mar expressa a intensidade do conflito, “ao passo que a caatinga o afoga” (CUNHA, 2016, 70). As ondas estão, diversas vezes, presentes na sua escrita literária, assemelhando-se aos animais e a vegetação, “crinas ondulantes” (CUNHA, 2016, 63), uma aproximação entre o mar e o Sertão.

Em 1886, Euclides da Cunha entrou para a Escola Militar da Praia Vermelha, que funcionava sob o controle do exército, mas foi expulso em dezembro de 1888 por motivos de insubordinação republicana, que exigiam respeito às hierarquias e demais autoridades corporativas. Em 1889, logo após a Proclamação da República, retornou para à Escola Militar e se formou “bacharel em Matemática, Ciências Físicas e Naturais, e engenheiro (janeiro de 1892)” (SANTANA, 2001, p. 40), quando teve os primeiros contatos com as ciências. Além dessas formações, o escritor possuía heterogêneas facetas: jornalista, poeta, historiador, geógrafo, cientista, professor, romancista, ensaísta e escritor.

Ainda no ano de 1889, Euclides foi para São Paulo e escreveu polêmicos artigos

¹ <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/poesias/ondas/>

de propaganda para o jornal *A Província de S. Paulo*. Após ter a carreira militar suspensa, voltou para o Rio de Janeiro com o objetivo de prestar, mais uma vez, exames na Politécnica, sendo aprovado. Após a Proclamação da República, Benjamin Constant, o novo ministro da guerra, reintegrou-o ao exército, promovendo a ele a alferes-aluno e autorizando-o a cursar a Escola Superior de Guerra. As informações da vida de Euclides da Cunha nesse período são embaralhadas, pois as datas de matrícula e a conclusão do curso de artilharia não correspondem com o tempo exigido, iniciando os estudos em 1º de novembro de 1889 e se formando em 16 de janeiro de 1892, “ao fim e ao cabo, o curso de cinco anos terminou sendo feito em prazo apertado” (GALVÃO, 2009, p. 125), as promoções e aprovações acontecem em um espaço de tempo muito curto.

Ao concluir o curso de engenharia no dia 16 de agosto de 1893, iniciou o estágio de um ano na Estrada de Ferro Central do Brasil, direito de todos os recém-formados e, nessa época, já carregava consigo o desgosto com os novos governantes. Em uma carta enviada ao seu pai, revelou seu descontentamento pelos desatinos oportunistas do momento:

A conselho do Solon desliguei-me inteiramente de algumas ligações políticas que começava a ter; não escrevo de há muito para a Democracia — Parece-me que fiz bem; desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que por aí pensa-se em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria. [...] Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado — dói-me dizer isto — justamente desmoralizado. [...] Eu sinto-me feliz considerando que o sr. se acha aí, longe, bem longe do ambiente corrupto que nos envolve aqui² (GALVÃO, 2000).

Em novembro de 1893, é convocado pelo governo a prestar serviços para a Diretoria de Obras Militares, trabalhando na construção de trincheiras durante a Revolta da Armada. Em 1894, continua a fazer o mesmo serviço nas Docas. Durante a Revolta, envia duas cartas à *Gazeta de Notícias*, jornal carioca, contrariando as opiniões defendidas pelo governo do Ceará, João Cordeiro. Na primeira carta, Euclides assina como engenheiro militar:

Sr. Redator. — Em carta ontem publicada, dirigida ao redator d’*O Tempo*, o sr. João Cordeiro manifestou sentimentos de tal natureza, que, caso passem em silêncio, provocarão um grande e doloroso espanto no futuro, definindo pela pior maneira a feição atual da sociedade brasileira. [...] É, porém,

² Ao pai, Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha. Rio de Janeiro, 14 de jun. 1890.
<https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

profundamente condenável aliar-se à justíssima condenação de um crime uma represália talvez ainda mais criminoso. Assim é que o sr. João Cordeiro sugeriu o alvitre singular e bárbaro de lançar-se mão das mesmas armas criminosas e reduzir a retalho as prisões onde estão os rebeldes, etc..., caso não se possa conseguir o fuzilamento dos dinamitistas. [...] Este protesto não exprime a quebra de solidariedade com os companheiros ao lado dos quais tenho estado; exprime simultaneamente um dever e um direito. [...] Euclides da Cunha, engenheiro militar³ (GALVÃO, 2000).

Na segunda carta, ressalta-se que sua manifestação não é nada pessoal, mas que trabalha pelo seu país, assinando como primeiro tenente: “É necessário que tenhamos a postura corretíssima dos fortes! Não é invadindo prisões que se castigam criminosos [...] O futuro dirá quem melhor cumpriu o seu dever. Euclides da Cunha, primeiro tenente”⁴ (GALVÃO, 2000). Em ambas as cartas, protesta contra a “ ‘revivescência do barbarismo’ (e favor da) ‘serenidade vingadora das leis’ ”(GALVÃO, 2009, p. 127). Em consequência de sua manifestação, é afastado e transferido para Minas Gerais, incumbido de conduzir a construção de um quartel. Euclides da Cunha não se considerava um soldado qualquer, era um “militar muito especial” (GALVÃO, 2009, p. 178), fazendo questão de acrescentar nos seu cartão de visita, abaixo do nome, a sua formação em Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais.

Constata-se, nos registros, que desde os primeiros escritos de Euclides da Cunha, aos catorze anos, a referência ao Sertão se faz presente. É possível certificar o desejo do escritor em evadir rumo aos sertões. Ele escreveu poemas que expressam fantasias de ingressar país adentro, em uma “busca da autenticidade na aventura viril” (GALVÃO, 2009, p. 52) para escrutinar a imensidão do Brasil. No poema “Eu quero”, de 1888, lê-se: “*Eu quero, eu ouvir o esbravejar das águas / Das asp’ras cachoeiras que irrompem do sertão... / E a minh’alma, cansada ao peso atroz das mágoas, / Silente adormecer no colo da soi’dão...*” (GALVÃO, 2009, p. 53, grifos do autor). Nota-se esse desejo do escritor de enveredar pelo Sertão. O desejo de viajar e explorar as regiões do país era uma característica da elite letrada da época, que acabava caminhando em sentido oposto à modernização, distanciando-se do modismo e dos requintes adquiridos por meio do processo acelerado de inovações. Além dessa obstinação, o ainda jovem escritor tinha afeição pela história do Brasil. Em uma carta enviada ao amigo Reinaldo Porchat, Euclides solicita informações e folhetos que tratassem da época colonial:

³ Ao redator da *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 18 de fev. 1894. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

⁴ Ao Redator da *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 20 fev. 1894. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

Não terás por aí qualquer folheto, qualquer velho alfarrábio, que trate da época colonial, de 1640 até 1715; qualquer coisa sobre a antiga S. Vicente, princípios de S. Paulo, excursões dos *bandeirantes* etc.? Tenho grande necessidade de qualquer escrito sobre isto; mais tarde saberás porque⁵ (GALVÃO, 2000).

A procura por informações sobre os bandeirantes ainda continua. Em 1897, durante a Guerra de Canudos, envia um bilhete para Pethion de Villar: “Ontem à noite, procurei recordar alguns trechos dos “Holandeses” e dos “Bandeirantes”. Aí vão truncados, mal recordados. É uma lembrança vaga e nada mais” (GALVÃO, 2000, p. 284). Ao analisar os bilhetes, cartas e cartões enviados a familiares e amigos, nota-se essa ânsia em obter conhecimentos e vagar pelos sertões do Brasil.

Após ser expulso da Escola Militar, Euclides se refugia em São Paulo, tornando-se amigo do diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio Mesquita, com quem passou a publicar com regularidade seus textos até o final da vida. O escritor tentou fazer carreira política várias vezes, muito embora fracassasse. O próprio Júlio Mesquita lamentou por não tê-lo feito deputado pelo Estado de São Paulo, mesmo possuindo prestígio político. Em uma das inúmeras correspondências enviadas para seu amigo Reinaldo Porchat, é nítido o desejo de Euclides em abandonar a farda e em assumir a cadeira de astronomia, uma vez que considerava a “farda demasiadamente pesada para os meus ombros” (GALVÃO, 2009, p. 66). O interessante é que o escritor viajava sempre fardado, mesmo não demonstrando aptidão para a carreira militar. O distanciamento do engenheiro frente à República e seu desligamento da carreira militar deram abertura para a incialização da sua escrita denunciante.

Ingressou no jornal *A Província de São Paulo*, seguiu carreira de jornalista e foi indicado como correspondente para cobrir a Guerra de Canudos juntamente com o ministro Marechal Macedo Bittencourt. Durante a guerra, no papel de jornalista, registrava os acontecimentos em suas anotações pessoais que, após a guerra, transformaram-se em *Os Sertões*: “Escrito nos raros intervalos de folga de uma carreira fatigante, este livro, que a princípio se resumia à história da campanha de Canudos, perdeu toda a atualidade, remorada a sua publicação em virtude de causas que temos por escusado apontar” (CUNHA, 2016, p. 33). Euclides da Cunha exercia a profissão de jornalismo com muita tranquilidade. Utilizava a imprensa como canal de expressão e não tinha dificuldades.

⁵ A Reinaldo Porchat. Belém do Descalvado, 15 maio 1895. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

Revelou-se como escritor ao publicar dois artigos sobre a Guerra de Canudos, ambos intitulados “A nossa Vendeia” (GALVÃO, 2009, p. 31), que foram publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*. O primeiro se tornou público no dia 14 de março e o segundo no dia 17 julho, ambos em 1897. O primeiro artigo se dedica a fazer uma vasta definição do meio físico da região, descrevendo a natureza, o seu determinismo e explicando a força e os reflexos das “características físicas da natureza” (SANTANA, 2011, p. 90) na vida do sertanejo. A vegetação exerce o papel de defendê-lo no decorrer da luta, “identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos” (GALVÃO 2000, p. 50), o que facilita a fuga daqueles que conhecem a vegetação e suas artimanhas. Já o segundo, “em plena propaganda de âmbito nacional para o arranque de uma nova e definitiva expedição, mobilizando recursos até então inéditos no país, inclusive como fenômeno de mídia, detém-se em coisas mais graves” (GALVÃO, 2000, p. 12), como, por exemplo, as estratégias e as dificuldades táticas das expedições com organização rudimentar, as enigmáticas condições de luta do exército e as dificuldades enfrentadas perante uma região caótica e assimétrica.

O escritor intitulou os artigos como *A nossa Vendeia*, que faz referência à Revolução Francesa, como um acontecimento da história universal e da região da Vendeia: “Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do império” (GALVÃO, 2000, p. 51), foi ameaçada por camponeses com caráter realista e católico. O escritor ainda não sabia que esses artigos iriam, mais tarde, integrar *Os Sertões*:

A mesma coragem bárbara e singular e o mesmo terreno impraticável aliam-se, completam-se. O *chouan* fervorosamente crente ou o *tabaréu* fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. [...] A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase sentiu-se impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia — heróis intangíveis que se escoando céleres através das charnecas prendiam as forças republicanas em inextricável rede de ciladas... Entre nós o terreno, como vimos, sob um outro aspecto embora, presta-se aos mesmos fins (GALVÃO, 2000, p. 51-52).

O título foi tão oportuno que se alastrou pela imprensa, chegando a ser rotulado, provisoriamente, em *Os Sertões* até que, ao se tornar uma testemunha de corpo presente, Euclides tem uma reviravolta de consciência, compreendendo que Canudos não era “a nossa Vendeia” (CUNHA, 2016, p. 247), tão pouco um movimento monarquista. Cinco anos após a guerra, em 1902, pela editora Laemmert, o escritor publica *Os Sertões*, “vindo a ser o maior *mea culpa* da literatura brasileira” (GALVÃO, 2009, p. 33). A obra trouxe

uma perspectiva ensaístico-historiográfica que transformou o tema que, até então, era uma metáfora da Vendaia, em “uma abordagem pelo avesso da lei” (CUNHA, 2016, p. 25). Sem demora, o escritor descarta a hipótese de uma conspiração monárquica, mostrando que o movimento de Antônio Conselheiro e seus seguidores era muito mais religioso do que político.

Os dois artigos publicados se tornaram o embrião de *Os Sertões*. As reportagens publicadas pelo escritor foram nos dias 14 de março e 17 de julho de 1897 se originaram no livro-reportagem denominado *Diário de uma expedição*. A princípio, o objetivo de Euclides da Cunha era registrar os acontecimentos e publicá-los no jornal *Estado de S. Paulo*, onde havia sido incumbido de reproduzir um trabalho de fôlego que serviria como documento valioso para a história nacional, que de fato o fez, porém com diferentes perspectivas:

Por contrato firmado com esta empresa, o Dr. Euclides da Cunha [sic] nos enviará correspondência do teatro das operações e, além disso, tomará notas e fará estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e Antônio Conselheiro. Este trabalho será por nós publicado em volume (2000, p. 207).

No livro *Diário de uma expedição*, os impactos sofridos pelo escritor chamam a atenção, tanto no que se refere ao contato com a natureza, deixando-o impressionado com sua agressividade, quanto na capacidade de resistência do sertanejo. No dia 19 de janeiro de 1898, ele publica no jornal *O Estado de S. Paulo* o artigo *Excertos de um livro inédito*, uma preliminar d’*Os Sertões*.

Euclides da Cunha fazia parte de um grupo seletivo de alunos. Destacou-se pelas suas aprovações e conclusões em cursos que realizou. O escritor utilizou-se de diversas fontes para escrever seu livro marcante “de história, de geografia, de geologia, de ótica, de balística, de zoologia, de botânica, de meteorologia..., até de castrametação” (GALVÃO, 2009, p. 10), que aprendeu nos bancos da Escola Militar. Ele deixou o exército e se mudou para São Paulo, começando a trabalhar no jornal *A Província de S. Paulo*. Retorna às forças armadas e, em 1890, casa-se com Ana Solon Ribeiro, conhecida como d. Saninha, filha de um dos líderes da República, o major Solon Ribeiro.

Euclides da Cunha teve uma decepção amorosa ao ser traído pela sua esposa. O escritor enviou uma missiva à sogra, descrevendo rancores advindos de intrigas armadas pelo cunhado, Adroaldo Solon Ribeiro e, nessa única carta, pedia que o deixasse em paz e que seu desejo era evadir para o Sertão:

Depois da triste desilusão que sofri, só tenho uma ambição; afastar-me, perder-me na obscuridade a mais profunda e fazer todo o possível para que os que tanto me magoam esqueçam-me, como eu os esqueço. Quando se terminar a agitação de nossa terra eu realizarei ainda melhor este objetivo, procurando um recanto qualquer dos nossos sertões (GALVÃO, 2009, p. 58).

Além do desejo de viajar para o Sertão, almejava conhecer a Europa. Sentia a necessidade de uma vida peregrina: “não dou para a vida sedentária, tenho alguma coisa de árabe [...] eu sinto necessidade de abandonar por algum tempo o meio civilizado da nossa terra”⁶ (GALVÃO, 2000). Infelizmente, o anseio de conhecer a Europa não foi realizado, pois teve sua vida interrompida brevemente.

De acordo com José Carlos Barreto de Santana (2001), Euclides da Cunha foi influenciado por várias correntes científicas, sobretudo a partir das perspectivas de Haeckel, Spencer e Darwin. Em 1886, durante sua estadia na Escola Militar, matriculou-se nas aulas do curso superior, trazendo aprovações em “Português, Francês, Inglês, Geografia, História, Aritmética, Geometria, Desenho Elementar e Geométrico, como também nas matérias da aula preparatória da Escola Politécnica” (SANTANA, 2001, p. 44), conforme consta no 1.º *Livro de Matrículas da Escola Militar da Corte*, na página 259. Dessa forma, percebe-se que o escritor era dedicado e talentoso e, além das aprovações, finalizou os cursos de Infantaria e Cavalaria no final de 1886, demonstrando um conhecimento científico excêntrico, já que poucos alunos, a não ser os privilegiados, conseguiam ser aprovados em todas as disciplinas. Ter acesso à Escola Militar não era o problema. Os impasses apareciam no decorrer do curso, que era conhecido pela alto nível de dificuldade, especialmente em matemática.

Antes da escrita d’*Os Sertões*, Euclides da Cunha se baseou em trabalhos e pesquisas de “José Carlos de Carvalho, Joaquim Monteiro Caminhoá, Martius e Saint-Hilaire” (SANTANA, 2001, p. 91), retirando informações sobre o clima dos Sertões e a botânica registradas no livro de Joaquim Caminhoá, com um capítulo voltado para a Geografia Botânica do Brasil, cujos excertos foram reproduzidos no primeiro dos artigos. O vasto conhecimento de Euclides da Cunha foi adquirido durante seu estudos de engenharia na Escola Militar: “era uma escola de ponta que, produzindo vanguardas, constituiria um foco modernizador e teria atuação marcante na política brasileira” (GALVÃO, 2009, p. 29). Isso contribuiu de forma significativa na escrita d’*Os Sertões*.

⁶ A Reinaldo Porchat. Rio de Janeiro, 26 de ago. 1892. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

Algumas pessoas ilustres se tornaram militares de profissão nessa mesma Escola. Dentre elas, cita-se: Duque de Caxias e os dois dos primeiros presidentes da República, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Além dos escritores mencionados, Euclides da Cunha se debruçou sobre a escrita de Teodoro de Sampaio, engenheiro que compunha a comissão Minors Roberts, Comissão hidráulica e, também, responsável pelo prolongamento da estrada de ferro que ligava Bahia ao São Francisco. Euclides participou de um diálogo na casa de Teodoro de Sampaio, cujo assunto era o desastre da Expedição Moreira César e registrou informações sobre as terras do Sertão baiano, momento em que o escritor pediu autorização para fazer uma cópia de um mapa que se tratava de uma região desconhecida, na qual o exército havia sofrido diversas derrotas. Um dos motivos do insucesso da terceira expedição, em fevereiro de 1887 e das duas anteriores, foi a falta de conhecimento da região nordestina que era inóspita, seca e de difícil sobrevivência. Foi autorizada a cópia, porém, com a condição de que não houvesse publicação, o que de fato não aconteceu, gerou-se desconfortos. Nesse sentido, percebe-se que antes mesmo de Euclides da Cunha adentrar as terras sertanejas, já possuía um vasto conhecimento sobre a região, tanto do clima e da vegetação quanto da localização e, desde o início, apresentava sinais de insatisfação com as decisões do governo.

O período histórico vivenciado por Euclides da Cunha era de instabilidade, que circundava uma série de crises, tanto no meio político quanto econômico. Com a instauração da República e a queda monárquica, o país buscava ajustar a ordem sob o novo regime. Em meio ao alvoroço, o escritor inicia suas contribuições, trazendo consigo ideais revolucionários, desenterrando as raízes históricas responsáveis pela guerra e descortinando os motivos do embate entre o governo republicano e os sertanejos. O livro foi recebido pela crítica literária como “um fenômeno literário” (CUNHA, 2016, p. 29), e o escritor, recém-chegado à sociedade dos literatos, tem seu nome incluído entre os grandes intelectuais de todos os tempos.

Em 1902, *Os Sertões* foi publicado. Um livro espesso, com mais de seiscentas páginas. Embora escrito em uma linguagem complexa, em três meses, a primeira edição foi esgotada. Em 1903, foi lançada uma segunda edição. Em 21 de setembro, foi eleito membro para a cadeira nº 7 da Academia Brasileira de Letras e, em 20 de novembro, é empossado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pouco tempo depois, em 1905, a terceira edição é lançada, e as vendas do livro foram consideradas, para o Brasil, um recorde na época. As sucessivas emendas nas edições d’*Os Sertões* revelam Euclides da

Cunha um “emendador obsessivo” (GALVÃO, 2009, p. 14), substituindo palavras e corrigindo a ortografia. Os textos foram emendados, mas sem que houvesse grandes modificações, não existindo acréscimos nem eliminação de parágrafos ou capítulos. Em uma carta enviada a Francisco Escobar, o amigo mais próximo, encontra-se um Euclides da Cunha exasperado:

Tenho passado mal. Chamaste-me a atenção para vários descuidos dos meus ‘Sertões’; fui lê-lo com mais cuidado e fiquei apavorado! Já não tenho coragem de o abrir mais. Em cada página o meu olhar fiska um erro, um acento importuno, uma vírgula vagabunda, um (;) impertinente... Um horror! (GALVÃO, 2009, p. 242).

O excesso de crases foi tanto que, com ajuda de um *grattoir*, uma espécie de raspadeira, rasparam-se inúmeros exemplares da primeira edição. Provavelmente, ele não fez isso sozinho. Além disso, eliminaram-se cerca de um milésimo de vírgulas “vagabundas” empregadas de forma equivocada. Com as modificações da língua portuguesa no Brasil, sucessivas emendas foram feitas nas edições, principalmente no que se refere aos “pronomes e na substituição das formas sintéticas [*cujo, lhe*] pelas formas analíticas” (GALVÃO, 2009, p. 15), emendas significativas acompanhando a evolução da língua brasileira.

Em uma das cartas enviadas a Domício da Gama, em 15 de agosto de 1907, o romancista fala das polêmicas da reforma ortográfica, se colocando com um “rude engenheiro” e tendo dificuldades em entender a eliminação do k, ou seja, o quilômetro não teria mais o k:

Não sei se já aí chegaram notícias da *Reforma Orthográfica*... (Aí deixo, nestes maiúsculos e nestes *hh*, o meu espanto e a minha intransigência etimológica!) [...] Há ali coisas inviáveis: a exclusão sistemática do *y*, tão expressivo na sua forma de âncora a ligar-nos com a civilização antiga e a eliminação completa do *k*, do hierático *k* (kapa como dizemos cabalisticamente na Álgebra) ... Como poderei eu, rude engenheiro, entender o *quilômetro* sem *k*, o empertigado *k*, com suas duas pernas de infatigável caminhante, a dominar distâncias? [...] e terei, doravante, de submeter-me aos ditames dos mestres (GALVÃO, 2009, p. 16).

Outro aspecto que sofreu alteração foi na diminuição dos parágrafos, que antes eram extensos, chegando a ser exagerados. Além disso, houve cuidado em reduzir a repetição dos vocábulos, excluindo o pleonismo. De modo geral, percebe-se que o escritor se preocupou em adequar sua escrita conforme as normas de ortografia, suprimindo o indesejável.

De acordo com Galvão (2009), Euclides da Cunha era naturalista e positivista, e

de certa forma, foi considerado um pré-modernista. O escritor fez um mapeamento de temas que se tornaram relevantes na produção artística e intelectual do século XX, tais como o negro, o índio, os sertanejos, os pobres, a religiosidade, a colonização, o desenvolvimento e a dependência. Devido ao seu apogeu, ele aparece em cena na Semana da Arte Moderna de 1922, com sua literatura inovadora, desligando-se de uma literatura de “falsas aparências”, que encobria os reais acontecimentos do Brasil. Com isso, Euclides da Cunha “finca suas raízes” (GALVÃO, 2009, p. 28) no modernismo e no surgimento das ciências sociais no Brasil em 1940.

Euclides da Cunha tentou carreira na política e no magistério, mas ambos fracassados. O escritor foi estimulado a fazer carreira na política pelos republicanos e pelos componentes do jornal *O Estado de S. Paulo*. Teve seu nome indicado, mas o projeto não foi concluído, o que o deixou desapontado pelo seu objetivo de ingressar na política não ter concretizado. Em uma segunda oportunidade de se tornar Deputado Estadual, com o intermédio do seu amigo político Francisco Escobar, em Minas Gerais, decide renunciar à sua possível atuação legislativa, justificando os motivos por meio de um cartão enviado ao próprio Francisco Escobar em 23 de abril de 1908:

Abandonar de vez qualquer ideia da minha candidatura revolucionária. Ser deputado nessa terra é hoje uma profissão qualquer – para a qual decididamente não me preparei. Os homens repelem, com razão, o intruso. Além disto, absolutamente não desejo que te sacrifiques numa atitude rebelde – sobretudo considerando que será – fatalmente – um sacrifício inútil. Sinto-me bem na minha posição – e seria para mim, deplorável, que os nossos grotescos *pais da pátria* imaginassem que eu invejo a deles (GALVÃO, 2009, p. 63, grifo do autor).

As objeções levantadas a respeito de Euclides da Cunha ser considerado um “intruso” referem-se ao fato de ele não ser mineiro e tão pouco residir no estado de Minas Gerais. Ao recusar a proposta de Francisco Escobar, recebeu uma contraproposta do amigo para que fosse ministro da Viação. Em resposta, Euclides da Cunha diz: “Pilhérico sonho, o teu... Ministro! Ministro da Viação este seu pobre amigo! Só mesmo em sonhos” (GALVÃO, 2009, p. 64). O escritor não se sentia preparado para uma atuação legislativa, já que suas ideias eram revolucionárias e provavelmente não iriam ao encontro das propostas do governo.

Na carreira de magistério, o escritor também frustrou-se, pois tentara diversas vezes atuar na Escola Militar do Rio Grande do Sul, conseguindo lecionar apenas semanas antes da sua morte, no colégio Pedro II ou Ginásio Nacional. Almejava uma viagem à Europa com seu pai e um concurso nas Escola do Sul como substituto de Sociologia. Em

1892, lecionou na Escola Militar de Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, relatando que era infeliz. Em uma correspondência enviada a seu amigo Reinaldo Porchat, em agosto de 1892, ele justifica ter uma vida triste e marcada pelo relógio:

Volto da Escola; as minhas aulas são nas segundas, quartas e sextas e dei hoje a minha primeira lição, acerca da qual nada te direi, como parte que sou altamente suspeita. Ou então: ‘Passo agora uma existência soberanamente monótona uma vida marcada a relógio, mecânica e automática, como de uma máquina, oscilando indefinidamente, sem variantes, de casa para a Escola e da Escola para casa’ (GALVÃO, 2009, p. 65).

O escritor considerava a missão de pedagogo triste e monótona, uma cruz. Euclides da Cunha almejava concorrer a uma cadeira na Escola de Engenharia e demorou doze anos tentando um lugar no corpo docente daquele local, “[...] caiu, como uma pedra, uma decepção: o meu lugar na Escola de Engenharia daí, parece que foi ocupado por outro mais apto” (GALVÃO, 2009, p. 66). Acabou desistindo da candidatura por não ter mais que um voto em todos os sufrágios.

É interessante ressaltar que tanto Euclides da Cunha quanto Antônio Conselheiro foram traídos pelas esposas e ambos tinham uma vida de peregrinação. Inclusive, o próprio Euclides da Cunha se considerava um peregrino: “se o mau estado de saúde continuar tomarei outra vez o cajado de peregrino e procurarei outras terras. É destino”. (GALVÃO, 2009, p. 59). Euclides da Cunha teve sua vida interrompida aos 43 anos de idade, apenas sete anos após o lançamento de seu livro, em dia 15 de agosto de 1909, no Rio de Janeiro pelo amante da sua esposa, Dilermando de Assis.

Após a publicação d’*Os Sertões*, Euclides da Cunha passa mais de um ano fora, à frente de uma expedição no Alto Purus, na Amazônia, estudo que resultaria em um livro que ele pretendia escrever, mas que não foi possível, pois a morte chegou antes. Ao retornar da viagem, encontra a esposa grávida. Ana Emília envolveu-se com Dilermando de Assis, oficial do exército. Logo que descobriu o relacionamento do casal, enfurecido, dirigiu-se até a casa de Dilermando de Assis, armado, mas foi recebido com um tiro e morto. Dilermando de Assis foi submetido ao tribunal do júri, mas foi absolvido com a tese da legítima defesa, já que se encontrava dentro da sua própria casa que foi invadida pelo escritor. Com a morte de Euclides da Cunha, Dilermando e d. Saninha se casam.

Dois anos após a morte de Euclides, em 1911, Dilermando é absolvido. Nesse mesmo ano, o primo-irmão do escritor, Nestor da Cunha, empenha-se em escrever uma série de artigos intitulados *Pela memória de Euclides da Cunha*, publicados na *Gazeta da Tarde*, com o objetivo de defender seu finado primo das acusações do processo. Em 1916,

a história se repete, mas com Euclides da Cunha Filho, que também era militar e aspirante da marinha. Em uma troca de tiros “dentro do cartório do 2º Ofício da 1ª vara de Órgãos” (GALVÃO, 2009, p. 138), no momento que examinavam papéis relacionados aos interesses da família, Dilermando de Assis, novamente em legítima defesa, mata o filho, assim como fez com o pai.

Após a trágica morte de Euclides da Cunha e seu filho, ambos alvejados, diversos artigos e entrevistas foram publicados por Dilermando de Assis com o objetivo de justificar os acontecimentos. Ele passaria a vida toda tentando resgatar sua imagem. Fez uma autobiografia em 1948, com o título: “*Um nome, uma vida, uma obra*, [depois, em 1951 escreveu um livro intitulado:] *A tragédia da piedade – Mentiras e calúnias da ‘A vida dramática de Euclides da Cunha’*” (GALVÃO, 2009, 139). Nesse mesmo ano, antes da sua morte, concedeu uma entrevista para a revista *O Cruzeiro*, denominada “O crime de matar um deus”. Após essas publicações, outros trabalhos e até uma minissérie alcunhada pela Rede Globo como *Desejo* foram levados a público com o objetivo de narrar a história euclidiana.

Para Galvão (2009), Euclides da Cunha nunca se considerou jornalista, mas sim engenheiro e escritor, um militar que compunha a elite brasileira. Após abandonar a carreira militar, dedicou-se à engenharia, reformando e construindo pontes, prisões, estradas, quartéis e calçadas. Sua vida como engenheiro era uma maratona, viajando incansavelmente sempre a trabalho. Foi justamente em uma dessas viagens, em São José do Rio Pardo, chefiando a construção da ponte que sediava o rio na cidade de São Paulo, que ele escreveu *Os Sertões*. Em 1904, partiu para a Amazônia, conduzindo a Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, retornando em 1906. Em 1909, o desejo de ser professor voltou e ele fez um concurso para professor no Colégio Pedro II, sendo nomeado professor de lógica.

Nesse período, Euclides da Cunha entrou para o grupo das “melhores cabeças pensantes do país, que Rio Branco estimulava a seu redor no Itamaraty, no qual figuravam Machado de Assis, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Olavo Bilac, Rui Barbosa, José Veríssimo, Clóvis Bevilacqua e muitíssimos mais” (GALVÃO, 2009, p. 130). O estudioso esteve vinculado a pessoas da comunidade científica, portanto possuía um vasto conhecimento sobre a região e a geologia. Tornou-se membro da comunidade intelectual da época por viver e participar de um conjunto de atividades, como escrever resenhas críticas com temas polêmicos para publicações. Com o sucesso de *Os Sertões*, Euclides da Cunha se metamorfoseou, passando de engenheiro a escritor. O então engenheiro, em

uma carta enviada a Araripe Júnior em 1903, se considera:

Um engenheiro-letrado, com o defeito insanável de emparceirar às parcelas dos orçamentos as idealizações da Arte era um escritor, apenas transitoriamente desgarrado na engenharia. A sua grande generosidade, a sua honrosíssima simpatia, garantidas ambas por um espírito robusto, impuseram-me — libertando-me do aspecto dúbio, meio profissional, meio artista, que me tornava um intruso em todas as carreiras⁷ (GALVÃO, 2000).

O escritor escreveu o ensaio intitulado *Um velho problema*, publicado em 1º de maio de 1904, no Dia do Trabalho, de cunho aparentemente socialista, em que Euclides da Cunha retrata as desigualdades sociais salientadas por Karl Marx. Esse ensaio demonstra a evolução intelectual socialista do escritor, em que as mudanças da sociedade são baseadas na evolução: “porque o caráter revolucionário do socialismo está apenas no seu programa radical. Revolução: transformação [...] porque a revolução não é um meio, é um fim; embora, às vezes, lhe seja mister um meio, a revolta”⁸ (GALVÃO, 2000). Escreveu diversos artigos, ensaios e alguns livros no decorrer da sua vida, mas *Os Sertões* foi o principal livro deixado por ele. A discussão sobre o regime republicano não se deu apenas em *Os Sertões* (1902), mas também em *Contrastes e Confrontos* (1907) e em *A margem da história* (1909). Além disso, em 1907, escreveu *Peru versus Bolívia* e *Castro Alves e seu tempo*. Após sua morte, foram publicadas as obras póstumas *Diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975).

Em uma análise, verifica-se que Euclides da Cunha teria trilhado por três fases diferentes, as quais foram responsáveis pela evolução intelectual e científica do escritor. A primeira foi marcada pela fase da militância, a expulsão da Escola Militar e sua reintegração, época em que o escritor participava das discussões sobre o futuro da República. A segunda fase ocorreu durante as inúmeras reportagens realizadas sobre a Guerra de Canudos, que posteriormente se tornaram o livro intitulado *Diário de uma expedição*. E, por fim, a última fase foi a da publicação dos artigos e das matérias na imprensa, intitulada como *Contrastes e Confrontos* e posteriormente compôs a *Obra Completa*. O livro *Obra completa*, organizado pela editora Nova Aguilar, em 1966, volume único, reuniu: *Os Sertões*, *A nossa Vendeia*, *Diário de uma expedição*, *Peru versus Bolívia*, *A margem da História*, *Contrastes e Confrontos*, fragmentos, além dos artigos publicados em jornais, principalmente no *O Estado de S. Paulo*, correspondências e poesias escritas pelo escritor desde a adolescência.

⁷ A Araripe Júnior. Lorena, 27 de fev. 1903. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

⁸ <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/contrastes-e-confrontos/um-velho-problema/>

Nessa apresentação, da fortuna crítica de Euclides da Cunha, passa-se a entender como se deram as análises da natureza, do homem e da guerra por meio das experiências vividas pelo escritor, que contribuíram significativamente pelo seu processo de transformação e amadurecimento. As produções euclidianas mostram e denunciam os problemas enfrentados pelos sertanejos, descrevendo os percalços e as dificuldades que assolavam o Sertão da Bahia, uma terra *ignota*, que sofreu com o nacionalismo exagerado incitado pelo governo da época.

Os Sertões nasce de uma política empenhada, período em que Euclides da Cunha não tinha voz ativa, impedido de participar da vida política, assim como todos os intelectuais com vocações daquela época. E, nesse quadro, a contragosto, percebe a necessidade de empunhar uma teoria da história que explicasse os acontecimentos recentes daquele período. Foi o primeiro livro a trazer indagações para o pensamento nacional a respeito do atraso do interior do Brasil, das regiões sertanejas, “posto na raiz do desenvolvimento das ciências social brasileiras” (GALVÃO, 2009, p. 133), apontando a existência de dois “Brasis”, um litorâneo e um atrasado.

O livro foi o precursor das ciências sociais no Brasil, fortalecendo, de fato, a sua especialização na década de 1940, enfatizando a pesquisa e a conjectura científica. Desse modo, estudar a historiografia se faz premente, analisar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais é fundamental para compreender o tempo presente e o processo de desenvolvimento da sociedade. Assim, conhecer os meandros do massacre ocorrido em Canudos, entender as causas e consequências daquele genocídio é mais do que necessário. *Os Sertões* é uma narrativa de reconstrução do passado, uma mistura de ciência e arte, um retrato da miséria, da fome, da sede, da violência e da insanidade da guerra no Sertão da Bahia.

1.2 Os Sertões de Euclides da Cunha

Sertão é caracterizado como área de difícil acesso, despovoada, de difícil delimitação, situada nos confins, ou como um lugar inóspito. Para Wanice Nogueira Galvão:

Dá-se o nome de *sertão* a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela

forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima e vegetação (1972, p. 25, grifo do autor).

Para Euclides da Cunha, *Os Sertões* é o mundo do atraso, da barbarie, da incivilização, terra ignota, longínqua, isolada e sem progresso, “quase um deserto” (CUNHA, 2016, p. 52), habitada por um povo mestiço, com tradições antigas, sem vigor da ordem aplicada pelo Estado nacional. Para o escritor, a impressão que se tem é de que o “pardo requeimado das caatingas” (CUNHA, 2016, p. 46), prevalece uniformemente, tendo a sensação de um horizonte tristonho e monótono, sem um traço colorido.

Os Sertões de Euclides da Cunha é dividido em três partes, *a Terra, o Homem e a Luta*, sendo que a maior parte do livro é sobre a guerra. É interessante destacar que essa tríade não aparece isolada no texto. Uma parte faz referência à outra, bem como se complementam. Já no início do livro, o autor começa descrevendo o lugar, a vegetação e a natureza, mostrando-as sempre como aliadas do sertanejo, defendendo “ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em volta” (CUNHA, 2016, p. 241), e chega a entrar na luta ao abrir trilhas para o sertanejo que nasceu e cresceu naquele lugar, armando-se para o combate. Percebe-se que essa participação da natureza no combate é essencial para que o sertanejo consiga, em muitos momentos, superar as forças do exército.

A luta era desproporcional, uma vez que o sertanejo adepto da natureza “conhece a palmo todos os recantos do imenso lar sem teto” (CUNHA, 2016, p. 245), e ambos cresceram suportando as mesmas dificuldades. Diante do desconhecido, o exército, mesmo com todo seu armamento, “sente na própria força a própria fraqueza” (CUNHA, 2016, p. 244), pois, a cada passo dado, é golpeado pelo seu inimigo que desaparece naquela macega, protegido pela própria natureza. Não é só o sertanejo que assusta o soldado, mas o próprio Sertão, uma verdadeira guerra das caatingas na qual os soldados se veem presos em um labirinto de galhos, debatendo-se “desesperadamente até deixarem em pedaços as fardas” (CUNHA, 2016, p. 243), deixando-os imobilizados e furiosos, confundidos pelo inimigo que ninguém viu, que em meio aos estrondos é amparado pelas caatingas.

A campanha de Canudos passou por quatro expedições, que consistiu em um combate entre militares e sertanejos. Euclides da Cunha narrou todo o processo de enfrentamento, “o caso se passou em dias de outubro de 1896” (CUNHA, 2016, p. 229). O estopim inicial da luta se deu a partir de uma encomenda de um carregamento de

madeira que Antônio Conselheiro fez a um representante de Juazeiro, para o remate da nova igreja, mas que “não lho entregaram (e que já havia sido pago, ocorrendo então,) “o rompimento anelado” (CUNHA, 2016, p. 229). A partir desse acontecimento, surgiram boatos de que a madeira seria retirada à força pelos moradores de Canudos. Com o objetivo de evitar o suposto assalto, o governo requisitou “cem praças de linha” (CUNHA, 2016, p. 230), a fim de evitar a invasão dos ‘bandidos’ à cidade. No entanto, o governo da Bahia não deu a importância necessária, e o exército foi recebido pela manhã, em Juazeiro, no dia 7 de novembro, por um grupo de fanáticos acompanhados de seu líder, Antônio Conselheiro.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, foi o principal “elemento ativo e passivo” (CUNHA, 2016, p. 164) daquela agitação. Impelido por uma grandeza superior, ele condensou suas crenças e bateu de encontro à civilização, revelando sua coragem. Ele foi acusado de “falso apóstolo” (CUNHA, 2016, p. 164) e descrito como um gnóstico bronco, um paranoico, um homem pelo avesso. Logo, o misticismo daquele homem desequilibrado “esmagaria a razão” (CUNHA, 2016, p. 166). Sua vida foi desajustada por um golpe, no qual sua esposa foi “raptada por um policial” (CUNHA, 2016, p. 173), levando-o a abandonar seus hábitos sedentários e iniciar uma perambulação pelo Sertão. Ele trajava um camisolão azul, sandálias nos pés, um chapéu com abas e possuía uma barba longa. Com uma “face escaveirada” (CUNHA, 2016, p. 174) e um olhar resplandecente, ele dominava os sertanejos, tornando-se um conselheiro predileto em todas as situações. Revelava-se um homem inteligente, “mas sem cultura” (CUNHA, 2016, p. 176).

O asceta pregava, dando conselhos dogmáticos e relatando profecias esdrúxulas, uma verdadeira visão apocalíptica, pronunciando que o juízo final se aproximava: “ ‘... Em 1896, hade rebanhos mil correr da praia para o certão; então o certão virará praia e a praia virará certão. Em 1897, haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho. Em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças [...]’ ” (CUNHA, 2016, p. 181). Juntos, profeta e fiéis reformaram cemitérios, templos abatidos e levantaram novas construções, promovendo práticas piedosas sem usufruir de nada. Diante disso, o Estado e as próprias autoridades religiosas se sentiram ameaçados, julgando o peregrino um enfraquecedor dos dogmas da igreja, distraíndo seus seguidores e pregando “doutrinas supersticiosas” que irritaram a oposição.

O tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, comandando os oficiais, “partiu sem recursos indispensáveis” (CUNHA, 2016, p. 232) rumo a Canudos com o objetivo de

carcar o inimigo em uma travessia penosa. Foram cerca de duzentos quilômetros exaustivos até a chegada em Auá, que ocorreu no dia 19 de novembro de 1896. De um lado, combatentes armados com “chuços”, espingardas velhas, foices e varapaus, somados a imagens de santos e rosários, seguindo para o combate rezando e cantando. Do outro, “soldados, correndo estonteadamente” (CUNHA, 2016, p. 236) pelas ruas, armando-se às pressas, sem nenhuma formação e organização militar. Os “matutos” começaram a ser fuzilados em massa: “o soldado os alvejava em descargas nutridas, os jagunços revolviam os *aiós*, tirando sucessivamente a pólvora, a bucha e as balas no demorado processo de carga de seu armamento grosseiro” (CUNHA, 2016, p. 236). Reunidos e abraçados pela bandeira do Divino, confundiram o inimigo e desapareceram pelas caatingas, retornando a Canudos. Nesse momento, o exército sofreu a primeira derrota, o que os fizeram retornar a Juazeiro com as fardas em trapos, estropiados e feridos.

O governo, revoltado com a derrota inevitável, prepara a segunda expedição e segue no dia 25 de novembro rumo à queimadas sob o comando do major Febrônio de Brito, do 9.º batalhão de infantaria, chegando em Monte Santo “NO DIA 29 DE DEZEMBRO” (CUNHA, 2016, p. 253). Dessa vez, aparelhado com “quatro metralhadoras Nordenfeldt, dois canhões Krupp de campanha, e mais 250 soldados: 100 do 26º batalhão, de Aracaju, e 150 do 33º, de Alagoas” (CUNHA, 2016, p. 239) e, ainda, contava com um novo reforço de mais cem praças enviados da Bahia. Pela segunda vez, se veem ameaçados pelas tropas regulares, aliadas da natureza e sobre as “asperezas do solo” (CUNHA, 2016, p. 240), dominavam o Sertão da Bahia. Na véspera do combate, os rebeldes espiavam o inimigo, examinando-os, contando a quantidade de praças no intuito de preparar as emboscadas para combater o oponente.

O exército afrontava-se com o estranho grupo estrategista e inovador, que encontrava força para ir ao combate contra homens munidos de “armas magníficas”, mas que trilhavam lugares desconhecidos, envolvidos por uma natureza pobre e selvagem ao mesmo tempo, “feito um feixe de ossos amarrados por um feixe de músculos” (CUNHA, 2016, p. 262). Mediante essas condições inadequadas, partiram em 12 de janeiro de 1897 para Canudos e prosseguiram pela estrada de Cambaio. A marcha era lenta devido às difíceis condições das trilhas que eram pedregosas, “crivadas de veredas” (CUNHA, 2016, p. 264), munidas de grotas e rampas, sem fornecimento de sombras, encontrando-se desabrigados. A chegada em Canudos com vida “era quase a salvação” (CUNHA, 2016, p. 264).

A situação ficava cada vez mais insanável. Uma luta travada entre assaltantes e assaltados, um verdadeiro desastre prestes a acontecer. Os soldados ofegantes e impotentes vingavam o inimigo:

Dentre as trincheiras, dentre os esconderijos, dentre as moitas esparsas, apumados no alto dos muramentos rudes, ou em despenhos ao invés das vertentes – apareceram os jagunços, num repentino deflagrar de tiros. Toda a expedição caiu, de ponta a ponta, debaixo das trincheiras do Cambaio (CUNHA, 2016, p. 269).

O exército chegou ao fim da segunda expedição quase inválido, exausto, com pés sangrando, cortados pelas pedras e perfurados pelos espinhos, revelando a desolação e as condições de miséria. Foram recebidos em silêncio pela população de Monte Santo. O insucesso das expedições anteriores deu início a uma terceira expedição, comandada pelo coronel Antônio Moreira César, apelidado de Corta-pescoço pela sua brutalidade na execução do inimigo. O novo ídolo que fora escolhido para fazer frente do atual movimento vingador “[...] era tenaz, paciente, dedicado, leal, impávido, cruel, vingativo, ambicioso” (CUNHA, 2016, p. 293) e dono de uma tristeza permanente. O dirigente expedicionário com “quase 1.300 combatentes, fartamente municiados com 15 milhões de cartuchos e 70 tiros de artilharia” (CUNHA, 2016, p. 298) dá início a mais uma expedição, partindo no dia 22 de fevereiro, objetivando não cometer os erros inexplicáveis e os desastres das expedições anteriores. Enquanto a nova expedição marchava rumo ao desconhecido, a população de Canudos crescia. Aumenta o número de fanáticos adeptos de Antônio Conselheiro que chegavam a todo momento, trazendo consigo tudo que os possuíam: “não faltavam braços” (CUNHA, 2016, p. 302) e, juntos, edificaram trincheiras à espera do inimigo.

Mais uma vez, o exército sofre com a seca e o clima do Sertão. Foi uma travessia penosa: “mil e tantos homens penetrando, quase em cambaleios, torturados de sede, acurvados sob as armas, em pleno território inimigo” (CUNHA, 2016, p. 312) estavam abatidos e encontraram o arraial de Canudos vazio. De início, julgaram que os jagunços estavam desarmados, subestimando o inimigo. O arraial que, a princípio, transmitia a ilusória impressão de fragilidade e em ruínas, contava com um grupo de jagunços que “invertiam-se os papéis [...] cosido à faca e moído a pauladas, pisado pela alpercata dura, o lutador imprudente” (CUNHA, 2016, p. 332), uma tropa preparada colocando fora de combate o chefe Moreira César, que fora atingido por uma bala no ventre. A expedição

estava sem comando e “era o desenlace” (CUNHA, 2016, p. 336). Cada um lutava do seu jeito, feio uma desordem: “*É tempo de murici / Cada um cuida de si [...]*” (CUNHA, 2016, p. 338), disse o Coronel Tamarindo, que já não continha suas responsabilidades.

Uma mudez avassalara o arraial e o inimigo invisível rezava ladainhas melancólicas. E naquela precariedade, aconteceu a retirada dos praças, que “dispersando-se sem ordem, sem formaturas” (CUNHA, 2016, p. 341) disseminaram-se pelos caminhos a fim de fugir daqueles “lutadores fantasmas” (CUNHA, 2016, p. 240). Dessa forma, mais uma vez, a expedição é derrotada pelo adversário invisível, que fugiu caminho a fora com a guarnição arruinada. Apavorada e sem rumo, “despira-se” (CUNHA, 2016, p. 446), abstendo-se dos armamentos e munições, deixando para os jagunços um verdadeiro arsenal. O governo, que era forte, tornou-se fraco. “Era sem dúvida um milagre” (CUNHA, 2016, p. 347).

Após fracassar três vezes, o governo organizou a quarta e última expedição, que gerou uma grande comoção nacional, já que a mídia se encarregara de contradizer os fatos:

Foi a princípio o espanto; depois um desvairamento geral da opinião; um intenso agitar de conjunturas para explicar o inconcebível do acontecimento e induzir uma razão de ser qualquer para aquele esmagamento de uma força numerosa, bem aparelhada e tendo chefe de tal quilate (CUNHA, 2016, p. 351).

O presidente da República Prudente de Moraes incitou os brasileiros ao proferir que por trás dos fanáticos existia política, e “que o homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos” (CUNHA, 2016, p. 354). Os sertanejos apenas reagiram, e isso era mais do que natural. O governo, com seus rancores, desejava a vingança, chegando a decretar o luto nacional pelas mortes dos soldados ocorridas nos campos de batalha. O governo agiria para “salvar a República” (CUNHA, 2016, p. 361).

Houve uma mobilização de tropas. Foram deslocados batalhões de todos os estados rumo a Canudos para “bater os fanáticos”. Porém, mais uma vez, o exército se encontrava fragilizado perante às caatingas e a mercê de um serviço de transporte insuficiente para o carregamento das munições. Além dessas dificuldades enfrentadas, a fome e a seca desolavam as guarnições:

O gado diariamente adquirido – oito a dez cabeças – era, porém, um paliativo insuficiente ao minotauro de seis mil estômagos. Além disto, a carne cozida, sem sal, sem ingrediente algum, em água salobra e suspeita, ou chamuscada em espetos era quase intragável. Repugnava à própria fome. As pequenas roças de milho, feijão da vazante e mandioca, que atenuavam a princípio a sensoria dessa alimentação de feras, exauriram-se prestes. Tornou-se necessário buscar

em outros recursos. Como os *retirantes* infelizes, os soldados apelaram para a flora providencial. (CUNHA, 2016, p. 420).

As guarnições se alimentavam de cactos, que disfarçava a fome e a sede, de mandiocas e de outras raízes. Muitos acabaram morrendo envenenados pela mandioca brava. Começaram a viver de esmolas uns dos outros, almejando uma capacidade de resistência que só os sertanejos possuíam. Aos poucos, com a chegada dos reforços, os soldados começaram conquistar o terreno, já que “pediu um corpo auxiliar de cinco mil homens e curou de dispositivos para garantir a força que triunfara de maneira singular, a pique de uma derrota” (CUNHA, 2016, p. 448). Mesmo com a chegada do reforço, muitos soldados ficaram mortalmente feridos, saindo exaustos da guerra.

Em *Notas de um Diário*, Euclides da Cunha narra os dias 19 à 25 de julho, momento em que o exército acreditava ser o final da guerra, “precipitando num entoar de vitória” (CUNHA, 2016, p. 454). Todavia, não era o fim. O batalhão foi surpreendido mais uma vez pelos jagunços, que deslizavam pela caatinga, invisíveis, secos, magros, com a pele “colada sobre os ossos” (CUNHA, 2016, p. 469). Eram seres fantásticos que violavam as leis da natureza como se tivessem aliados a seu favor, ou até mesmo com “elementos sérios” (CUNHA, 2016, p. 473). Afinal, as vitórias consecutivas do inimigo eram inexplicáveis. Diante da situação, outros reforços chegaram à Bahia. Foram enviados “2.914 homens incluídos perto de trezentos oficiais” (CUNHA, 2016, p. 478) para dar suporte aos batalhões de linha desfalcados, totalizando, aproximadamente, 8.000 combatentes.

O governo, preocupado com a proporção do movimento, começou a agir e necessitava dar à campanha o que ainda não tinha até aquele momento: “uma linha e uma base de operações” (CUNHA, 2016, p. 482). O insucesso na batalha, em grande parte, se dava a falta de estratégias e de conhecimento da região nordestina. Em combates diários, por falta de planejamento, eram disparadas milhares de balas, sem direcionamento, sem um ferido sequer, demonstrando que, mesmo munidos de um arsenal, não estavam preparados para lidar com a região nem com os improvisos. Os invasores “sentiam-se fora do Brasil” (CUNHA, 2016, p. 493), o que gerou uma sensação nostálgica dos seus hábitos, da sua gente e da pátria.

Revolucionários agitavam propagando uma “restauração monárquica”, disseminando a ideia de que os sertanejos não agiam isoladamente mas, sim, conspiravam contra as instituições governamentais: “a República estava em perigo” (CUNHA, 2016, p. 352). Difundiu-se a existência de um movimento armado disfaçado

de fanatismo religioso, que se organizava em desfavor da elite dominante. Os jornais, a todo momento, publicavam ameaça à ordem constituída, ao colocar os sertanejos como um bando de monarquistas perigosos.

Galvão (2019, p. 35) estudou os noticiários publicados na época da Guerra de Canudos, recuperando cada página. Em uma reportagem publicada em 3 de abril de 1897, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, a pesquisadora reproduz o anúncio de uma missa em favor das almas dos soldados mortos, que enalteceu os “defensores da pátria” e os colocou como vítimas daquele confronto:

O partido republicano autonomista manda celebrar, às 10 horas de hoje, na matriz desta cidade, uma missa com *Libera-me*, pelo repouso eterno dos heroicos defensores da República, vítimas dos assalariados monarquistas; para esse ato convida todos os que sabem prezar o amor da Pátria.

Uma campanha misteriosa e uma impaciência heroica rondava o governo atuante. Procuravam, a todo instante, justificativas que explicassem a derrota do exército naquelas circunstâncias, já que “os jagunços eram duzentos ou eram dois mil. Nunca se lhes soube ao certo, o número” (CUNHA, 2016, p. 400). Tudo era embaraçoso. A luta desigual prolongou-se por vários dias, entre um assalto e outro, resultando em muitos ferimentos e mortes de ambos os lados, cenário de tragédia. Nos últimos dias da luta, avistou-se um verdadeiro “hospital do sangue” (CUNHA, 2016, p. 573). Degolações, tiros e bombardeios eram constantes. Em todos os lados, viam-se corpos estendidos, bem como “vestes em pedaços”. Havia soldados imóveis, gritos, choros, incêndios, cenas dramáticas de um “esmagamento completo” (CUNHA, 2016, p. 553). No dia 01 de outubro, já restavam poucos casebres de pé, que nos próximos dias foram estilhaçados, e mesmo assim o jagunço continuava atuante. No dia 5 de novembro de 1897, caiu o arraial, mas com a certeza de que “Canudos não se rendeu” (CUNHA, 2016, p. 574). Resistiu até o seu apagamento completo. No dia 6, em meio aos escombros, encontraram o corpo do agitador Antônio Conselheiro. Com uma “faca jeitosamente brandida” (CUNHA, 2016, p. 575), cortaram-lhe a cabeça e levaram-na para o litoral como prêmio, afinal, era o fim do conflito. Uma multidão de pessoas, em festa, delirava com a chegada do crânio.

Galvão ainda destaca que, provavelmente, Euclides da Cunha “acometido de desgosto”, se retirou do arraial antes mesmo do final da batalha, pois seu último registro foi dia 1º de outubro, sendo que o dia final foi dia 5: “E no amanhecer do dia 1º de outubro começou o canhoneio”. “Terminara afinal a luta cruelíssima” (CUNHA, 2016, p. 556 e 561). No dia 2, menciona apenas que a noite “entrou sulcada de tiroteios vivos”.

(CUNHA, 2016, p. 572) e que “NÃO HÁ RELATAR O QUE HOUE A 3 E A 4” (CUNHA, 2016, p. 573). Dessa forma, percebe-se que o escritor permaneceu no arraial até dia 1º, não assistindo o esmagamento final dos canundenses.

De modo geral, Euclides da Cunha apresenta, em sua narrativa denunciativa, as ideologias defendidas pelo governo regente. De um lado, “um falso apóstolo” e, de outro, “generais civilizados” (GALVÃO, 2009, p. 39) que autorizam e praticam a degola de sertanejos. O elemento poético natural utilizado pelo escritor é o fogo. A todo momento, ele fala sobre os incêndios, a seca e a temperatura elevada do cerrado. Tudo está relacionado com aquilo que queima. O sol é o inimigo do homem. O Sertão tem um cenário desolador e “sucedem-se manhãs sem par, em que o irradiar do levante incendiado retinge a púrpura das eritrinas” (CUNHA, 2016, p. 78), violando as leis gerais dos climas. Desse modo, percebe-se, no decorrer da escrita euclidiana, a permanência da natureza e suas relações com o homem.

Para Santana (2001, p. 14), a “literatura e a ciência são indissociáveis”. Segundo o professor, Euclides da Cunha estabeleceu, em diversos níveis de realidade, conexões imagéticas. O escritor faz um panorama do Brasil, comparando o mar ao deserto de Canudos, tendo em vista que “patenteiam sempre o mesmo cenário de uma monotonia acabrunhadora, com a variante única da cor: um oceano imóvel, sem vagas e sem praias” (CUNHA, 2016, p. 79). Inspirado em teorias naturalistas, reproduziu um cenário imagético do Sertão, ainda não desenhado por nenhum escritor, aproximando a vegetação, o homem e suas condições sociais.

Euclides da Cunha descreve o sertanejo como aquele que sofre com sucessivas secas, enfim, “um condenado à vida” (CUNHA, 2016, p. 137). Caracteriza suas vestes como uma espécie de armadura, vestimenta confeccionada para suportar a vegetação cortante das caatingas: “reflete, nestas aparências que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia” (CUNHA, 2016, p. 138). O resplandecer da sua face é deprimente, triste e esmorecido, assim como a vegetação seca e árida do Sertão. O homem do Sertão é como uma rocha viva, “bárbaro, impetuoso, abrupto [...]” (CUNHA, 2016, p. 138), com sua base enraizada no chão, um aliado da caatinga.

Nesse seguimento, percebe-se que a natureza sempre esteve presente nas escritas euclidianas. Segundo Santana (2001), projetava suas angústias sobre as paisagens, forma encontrada de expressar suas frustrações cotidianas. Para explicar os acontecimentos da guerra, baseou-se em estudos geográficos e antropológicos, analisando desde a formação do homem, da mestiçagem, do meio e da sua adaptação até os interesses principais da

República com a Guerra de Canudos.

A Guerra de Canudos foi um dos conflitos primordiais que marcaram a transição da Monarquia para a República no Brasil, um embate entre o governo (republicano) e os fanáticos (monarquistas). A governança, preocupada com o movimento rebelde e as ocupações de terras improdutivas, agiu incisivamente. O conflito aconteceu no início da modernização no Brasil, contando com transformações tanto nas estruturas produtivas e industriais, quanto nos estilos artísticos, culturais e literários, um período de instabilidade no país. Euclides da Cunha, em meio ao alvoroço, inconformado com a sociedade e a história, escreve sobre a importância de “refundar a República brasileira” (SANTANA, 2001), que foi deturpada com o “liberalismo ilusório” e o militarismo exacerbado, implantando “uma falsa política” (CUNHA, 2016, p. 239) que violava a Constituição por meio de fraudes eleitorais.

Galvão salienta também que o foco da República era desviar a atenção para uma contrarrevolução monarquista, já que a soberania do Estado estaria sendo ameaçada. Diante disso, “afirmava-se: ‘Trata-se da restauração; conspira-se; forma-se o exército imperialista’” (CUNHA, 2016, p. 352), dizia-se que o mal era grande. O livro critica a forma com que o governo fundou a República, um golpe militar, assim como as fraudes e manipulações impostas pela elite dominante vigente, incitando o exército a agir demasiadamente contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Implicitamente, Euclides da Cunha trouxe suas opiniões e posições políticas ao criticar a República e sua herança europeia.

Os Sertões aborda desde a colonização e povoamento do Brasil até a formação do povo sertanejo. Dessa forma, vale pensar nas implicações desse panorama que a obra traça sobre a constituição do que se entende por “brasileiro” como, por exemplo, o conceito de identidade defendido por Kwame Anthony Appiah (2018, p. 18). O autor traz à tona, em seu artigo intitulado *Identidade como problema*, uma teorização a respeito da natureza das identidades. Segundo ele, “as identidades sociais dependem de rótulos para a sua existência” e são consideradas ferramentas socialmente mantidas para a construção de uma vida. Nesse sentido, a identidade nacional é compreendida como um espaço imagético construído a partir dos discursos disseminados em determinada comunidade. Appiah explora diferentes conceitos para se referir a identidades nacionais distintas, examinando a necessidade e organização de cada grupo. Isso ocorre porque nem todos os conceitos podem ser aplicados em outras realidades da vida humana. Portanto, a identidade não é fixa e nem imutável mas, sim, uma construção social e individual

moldada tanto por fatores externos, como cultura e normas sociais, quanto por escolhas individuais. O autor entende que por meio da interação com diferentes culturas e perspectivas, as pessoas podem expandir e redefinir sua própria identidade. Assim, a identidade está em constante evolução e é influenciada por múltiplos fatores. Dessa maneira, a discussão proposta por Euclides da Cunha vai além da narrativa do povo sertanejo, uma vez que percorre na formação identitária do povo brasileiro de modo geral. O livro leva o leitor a refletir sobre como os processos históricos e sociais modificaram essa identidade e como ela é frequentemente modificada conforme interage com outras culturas.

O livro é uma “formidável enciclopédia” (GALVÃO, 2009, p. 34) ao abranger vastas noções de antropologia, psicologia social, folclore e religião. Ele comporta diversas teorias que explicam as causas da seca na região nordestina e a situação de descaso e abandono por parte do governo. Narra um movimento sertanejo confrontado pelo governo, tendo como seu representante as forças armadas e uma luta entre civilização e barbárie.

N’*Os Sertões*, é feita uma associação do homem, do meio social e da natureza que promove um debate entre as distintas áreas do conhecimento e suas relações. Constrói-se um elo entre elas e se adota um novo olhar para as questões sociais, políticas e econômicas do Brasil. Incontáveis definições da região sertaneja e a sua relação com a sobrevivência do homem estão explícitas e implícitas no livro. Entre uma metáfora e outra, o escritor descreve, insistentemente, a botânica da região, narrando a estranheza que aquela natureza causa aos recém-chegados: “vimos como a natureza, em roda, imita-lhe o regime brutal” (CUNHA, 2016, p. 54), provocando espanto e medo aos invasores daquela terra ignota, assim chamada por ele.

A caminho do Monte Santo, arraial que fazia vizinhança a Canudos, Euclides da Cunha descreve:

A serra de Monte Santo, com um perfil de todo oposto aos redondos contornos que lhe desenhou o ilustre Martius, empina-se, a pique, na frente, em possante dique de quartzito branco, de azulados tons, em relevo sobre a massa gnáissica que constitui toda a base do solo (CUNHA, 2016, p. 47).

O escritor apresenta minuciosamente o Sertão brasileiro até chegar aos traços daquele povoado triste e decadente, que reluta contra uma paisagem morta, repleta de galhos secos e circulares que “esta, por sua vez, de perto, perde parte do encanto” (CUNHA, 2016, p. 256). Por meio d’*Os Sertões*, percebe-se que “a natureza prefigura

então o embate entre o poder central e os sertanejos” (SANTANA, 2001, p. 109), acontecendo uma espécie de luta do Brasil contra Canudos, “firmara-se, de então, a derrota dos fanáticos” (CUNHA, 2016, p. 259).

Evidencia-se que o viajante está sempre em movimento. Conforme vai experienciando os acontecimentos, verifica-se uma alternância de definições e, aos poucos, ao aproximar-se do objeto em estudo, incluem-se novos conceitos e diferentes terminologias, passando do geral para o individual, como se em um movimento decrescente.

Naquela hora matinal a montanha deslumbrava. Batendo nas arestas das lajes em pedaços, os raios do sol refrangiam em vibrações intensas alastrando-se pelas assomadas, e dando a ilusão de movimentos febris, fulgores vivos de armas cintilantes, como se em rápidas manobras forças numerosas ao longe se apercebessem para o combate (CUNHA, 2016, p. 268).

Com o desbravar do Sertão, o autor adquire diferentes impressões. Surgem novas representações e conceitos que, antes, existiam apenas por meio de mapas e estudos teóricos. Após adentrar ao Sertão são modificados por meio do empirismo. A terra já não é mais uma terra qualquer: é uma terra protetora, com sua flora resistente que luta constantemente contra o clima e o calor escaldante do Sertão, “daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão” (CUNHA, 2016, p. 52), sendo considerado quase um deserto. O escritor cria um jogo de palavras, aproximando a vegetação sertaneja do homem, tais como as colônias de cabeças-de-frade e os cactos em forma de bola que são assemelhadas às cabeças decepadas dos jagunços.

Os *cabeças-de-frade*, deselegantes e monstruosos melocactos de forma elipsoidal, acanalada, de gomos espinescentes, convergindo-lhes no vértice superior formado por uma flor única, intensamente rubra. Aparecem, de modo inexplicável, sobre a pedra nua, dando, realmente, no tamanho, na conformação, no modo por que se espalham, a imagem singular de cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica” (CUNHA, 2016, p. 74).

De acordo com Galvão (2009), o texto euclidiano pertence ao gênero narrativa em prosa, possuindo traços de dramatismo devido aos vários níveis de conflitos. Nota-se que não existem personagens específicos, mas um número imenso de vozes estranhas umas às outras, já que esses não se encontram presentes no texto, apenas suas vozes são reproduzidas pelo escritor:

‘Dado o sinal da carga, ninguém mais procura evitar a ação dos fogos do inimigo. Carrega-se sem vacilar com a maior impetuosidade. Depois de cada carga, cada soldado procura a sua companhia, cada companhia o seu batalhão e assim por diante’ (CUNHA, 2016, p. 433).

Essas vozes dos interlocutores, em alguns momentos, acabam se contradizendo, já que “as ideias vão e voltam” (GALVÃO, 2009, p. 43) em um movimento enigmático sendo difícil identificar o autor e o narrador. Um diálogo sem a presença do enunciador: “não estão ali de corpo presente, como personagens épicas” (GALVÃO, 2009, p. 43). São meramente vozes que se fazem ouvidas, inúmeros textos são parafraseados, unificados e colocados de forma ininterrupta. O narrador discursa para persuadir. Ele não se auto anula afastando sua opinião, tendo em vista que objetiva convencer o leitor.

Além disso, de acordo com Galvão, *Os Sertões* não pode ser considerado um romance, mas sim um texto naturalista e narrativo, pois “não há propriamente personagens” (GALVÃO, 2009, p. 36), mas sim, um extenso diálogo de diversas vozes, mediadas pelo narrador. A primeira parte, denominada *a Terra*, é considerada descritiva. “Despontam-lhes, em geral, normais às barrancas, estratos de um talcoxisto azul-escuro em placas brunidas reverberando a luz em fulgurar metálico – e sobre elas, cobrindo extensas áreas, camadas menores resistentes de argila vermelha” (CUNHA, 2016, p. 49). A segunda, *o Homem*, é analítica, “com a aparência triste de um inválido esmorecido” (CUNHA, 2016, p. 135). E a terceira, *a Luta*, é narrativa. “O vilarejo morto, vazio, desprovido de tudo, mal os obrigava por um dia” (CUNHA, 2016, 462). Entretanto, a narrativa está presente desde o início do livro, não podendo ser considerado um gênero isolado apenas do terceiro capítulo.

Faz-se presente um cabedal de antíteses no decorrer do texto: “é uma diátese, e é uma síntese” (CUNHA, 2016, p. 163), sendo considerado como “uma forma épica não romanesca” (GALVÃO, 2009, p. 36). Há hipóteses, teorias e ideias sobrepostas sobre a voz do narrador, na primeira pessoa do plural. Uma espécie de polifonismo textual, ou seja, diferentes vozes em um “embate de perspectivas sociais e pontos de vista” (CULLER, 1999, p. 89) diferentes. Esse polifonismo testemunhal reside no texto em forma de citações e paráfrases, e que, em alguns momentos, chegam a se contradizer, deixando o leitor confuso:

O SERTANEJO É, ANTES DE TUDO, UM FORTE. [...] Reflete a preguiça invencível, a atonia muscular perene, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante à imobilidade e à quietude (CUNHA, 2016, p. 133 e 134).

A voz reproduzida é sempre do autor, mesmo que parcialmente nas paráfrases e algumas vezes panfletária de denúncia como “o fato era vulgar” (CUNHA, 2016, p. 533).

Uma voz parcial, ora narra os testemunhos de outras pessoas, ora depõe, misturando-se o autor e o narrador, em que o autor fala, em um plural majestático diretamente para o leitor porque “torturavam-nos alucinações cruéis” (CUNHA, 2016, p. 459). Esses aspectos transformam a missão de narrar em um testemunho histórico.

Em *Os Sertões*, há um arquétipo invertido, em que a primeira parte narra “imagens invertidas da segunda parte” (GALVÃO, 2009, p. 39), ou seja, imagens do cenário paradisíaco descritas ao contrário que trazem a sensação do caos, da tragédia. O Vazabarris, rio central, “reina a drenagem caótica das torrentes” (CUNHA, 2016, p. 43), transparecendo apenas seu paredão, um rio sem água, sem fluentes. Arbustos, icozeiros e cactos dão lugar a um “velho jardim em abandono” (CUNHA, 2016, p. 62), com uma vegetação em garranchos “sobre a natureza morta” (CUNHA, 2016, p. 73). Monte Santo, lugar lendário que se assemelhava ao “calvário de Jerusalém” (CUNHA, 2016, p. 158), surge desgraçoso e é atravessado por uma flora de gravetos.

A escrita euclidiana é rebuscada de termos científicos e técnicos, chegando a ser uma engenharia de palavras, o que revela o lado literário e imaginário do escritor:

Assim, duplamente bloqueados, entre milhares de soldados e milhares de mulheres – entre lamentações e bramidos, entre lágrimas e balas – os rebeldes se renderiam de um momento para outro. Era fatal. A segurança do pleito já dera mesmo ensanchas a grandes temeridades (CUNHA, 2016, p. 515).

A viagem de Euclides da Cunha trás em seus meandros conhecimentos naturalistas e científicos engrenados a aspectos imaginativos, que ora define a superfície, ora analisa os chapadões e os planaltos, que vão “da extrema aridez à exuberância extrema [...]” (CUNHA, 2016, p. 81). Em vários momentos, percebe-se uma mistura de conhecimento científico com a criação imaginária, levando o leitor à vagar pelo Sertão nordestino por meio dos elementos descritivos, caracterizando a região como “verdadeiros oásis, têm, contudo, não raro, um aspecto lúgubre: localizadas em depressões, entre colinas nuas, envoltas pelos *mandacarus* despidos e tristes, como espectros de árvores [...]” (CUNHA, 2016, p. 46), desvendando trechos percorridos pelos “filhos do sertão” (CUNHA, 2016, p. 47).

Diante da leitura euclidiana, percebe-se um embate entre o homem e o meio, entre o soldado e o sertanejo. No primeiro momento, constata-se uma luta travada do homem pela sobrevivência, “uma luta que ninguém descreve – a insurreição da terra contra o homem” (CUNHA, 2016, p. 150), em que o seu amparo principal é a fé, uma luta constante contra a seca, “enfrenta-a, estoico” (CUNHA, 2016, p. 148). Além da tentativa

contínua de manter-se vivo mediante a sequeidão e a fome, o sertanejo vê-se obrigado a lutar contra outro inimigo, o exército. “O exército marchando pronto a encontrar o inimigo em todas as voltas dos caminhos” (CUNHA, 2016, p. 262). Assim ocorre o embate secular do soldado contra o jagunço.

Euclides da Cunha adota a visão determinista, segundo a qual o meio determina o homem. Nessa perspectiva, a natureza é considerada um “elemento diferenciador” (SANTANA, 2021, p. 118) e é responsável por determinar padrões de comportamentos do homem. Segundo o autor, a capacidade de sobrevivência está relacionada à adaptação ao meio, defendendo que o sertanejo “mais do que qualquer outro está em função imediata da terra” (CUNHA, 2016, p. 155). É a resistência da terra contra o homem, uma luta constante contra a sequeidão e a pobreza, passando o sertanejo a ser visto como suficiente para interferir no meio “buscando nos estratos inferiores a água que fugiu da superfície” (CUNHA, 2016, p. 150), bem como formas de resistir à estiagem e à aridez da natureza que chegam a lembrar cinzeiros em combustão. Euclides da Cunha ensina que o homem assumiu um terrível papel de “fazedor de desertos” (CUNHA, 2016, p. 82). Com as queimadas e o desmatamento, tornou-se um aliado do clima, das erosões e das tempestades, transformando-os e agravando-os.

Após analisar a terra, os fatores geológicos e o clima, o escritor parte para o estudo do homem brasileiro e a sua formação antropológica que, inclusive, faz uma associação de três raças mestiças: “*o mulato, o mamaluco* ou curiboca, e *o cafuz*” (CUNHA, 2016, p. 95) originando, então, o brasileiro que surge do entrelaçamento dessa mestiçagem, que “seria *o pardo*”. Euclides da Cunha faz uma perambulação pelo Brasil, citando vários cientistas, pesquisadores e antropólogos que tratam das questões raciais, tais como Morton, Trajano de Moura, Nott e Gordon, dentre outros. Por meio deles, Euclides apresenta os elementos responsáveis pela formação das etnias e faz uma peregrinação na trajetória do sertanejo. Mediante a isso, percebe-se que “não temos unidade de raça” (CUNHA, 2016, p. 96), ou seja, o Brasil não tem uma raça uniforme ou um tipo étnico específico. Logo, o povo brasileiro é oriundo de uma miscigenação.

Portanto, percebe-se que além d’*Os Sertões* fazer “uma escamaruça científica” (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 57), essa obra concebe um estudo geológico do Sertão, explicando as influências do meio físico sobre a vida do sertanejo. A investigação realizada por Euclides da Cunha foi previamente anotada em sua *Caderneta de campo*, contendo dados e informações sobre a topografia da região nordestina, o clima, a vegetação, os hábitos dos sertanejos, entre tantas outras referências relevantes, que

incluem, ainda, inúmeros testemunhos de pessoas que presenciaram a guerra. Foi uma forma de preservação da memória da brasileira.

1.3 A Caderneta euclidiana

Euclides da Cunha esteve pouco tempo em Canudos, ou melhor, não foram “nem bem três semanas” (GALVÃO, 2009, p. 9). Lá participou e colheu informações de testemunhos que foram essenciais na construção do seu livro. O escritor reuniu o máximo de informações que conseguiu, além dos testemunhos, matérias de jornais e reportagens que foi fazendo, tendo como ponto inicial o *Diário de uma expedição*, livro-reportagem que ofereceu a matéria-prima para a escrita d’*Os Sertões*.

O jornalista chegou à Bahia dia 07 de agosto de 1897 e foi recebido com destaque pela imprensa, que informou aos leitores que o escritor escreveria um livro e que sua missão era estudar a geologia de Canudos e relatar a guerra, conforme a visão militar e científica vigente. As anotações de Euclides da Cunha na *Caderneta de campo* começam bem antes da sua chegada no arraial e intensificam-se no momento da sua viagem de trem para Canudos, destacando características físicas do local, do clima hostil com intenso calor durante os dias e madrugadas congelantes, da vegetação e da geologia da localidade. Nesse local, “o terreno presta-se muito pouco a raízes *pivorantes* etc. duro, pouco, decomposto, tendo a ligeira película à superfície só comporta plantas de raízes fasciculadas” (ANDRADE, 2009, p. 185), o que dava a impressão de quase um deserto. O escritor detalha o local sertanejo descrevendo-o com “a ajuda do mapa fornecido por Teodoro de Sampaio” (SANTANA, 2011, p. 97), as diferentes camadas daquelas terras desconhecidas. Chega em Belo Monte dia 06 de setembro de 1897 e em Canudos dia 16 do mesmo mês, conforme enfatiza Olímpio de Souza Andrade (2009), algumas semanas antes de se findar a sangrenta guerra.

De acordo com Olímpio de Souza Andrade (2009), o reconhecimento da importância da *Caderneta de campo* se deu por volta de 1956, quando a Revista do Clube Militar, coordenada por Jarbas Passarinho, iniciou a publicação do caderno de anotações de Euclides da Cunha. Em 1975, Olímpio de Souza Andrade, juntamente com editora Cultrix, em parceria com o antigo Instituto Nacional do Livro, atual Ministério da Educação e Cultura, organizou e deu continuidade a esse trabalho, publicando a primeira edição da *Caderneta de campo*. A Caderneta teve uma nova reedição em comemoração

ao centenário da morte do escritor, durante a qual foram realizados vários congressos, cursos e seminários, todos voltados em sua homenagem. Além disso, a Academia Brasileira de Letras, além de organizar e realizar inúmeras conferências comemorando o centenário, providenciou exposições de materiais raros contidos em seu acervo. A ABL decidiu reeditar o trabalho de Olímpio de Souza Andrade como parte da homenagem, contando com o auxílio de Joel Bicalho Tostes, genro de Manuel Afonso, filho de Euclides da Cunha. Além de ter participado da reedição, Olímpio de Souza Andrade teceu inúmeros comentários valiosos que contribuiriam para o entendimento das escritas desconexas do escritor: “Destas quatro folhas que passaremos a examinar, só a última se encontrava na ordem que estamos seguindo, as três outras se apresentando quase vinte folhas adiante, no manuscrito de Euclides ...” (ANDRADE, p. 2009, p. 342). Esses esclarecimentos e explicações responsáveis por dar significado às anotações desalinhadas do jornalista.

Na reedição, a escrita do autor foi preservada de forma minuciosa, contando com a originalidade da ortografia, concordância e termos utilizados naquele período. Ao ter acesso a esse material, utilizando-se dos manuscritos fidedignos do escritor, tem-se a sensação de uma aproximação dos acontecimentos da guerra. “E sobre a cobertura de couro do casebre passam, silabando, as balas. Já me vou acostumando a essa orquestra satânica” (ANDRADE, 2009, p. 164). Por meio dos relatos oficiais da *Caderneta de campo*, os pesquisadores euclidianos têm a oportunidade de manter permanente os acontecimentos da guerra, atestando o que ocorreu de fato na Guerra de Canudos.

Euclides da Cunha ficou pouco tempo em Canudos, mas foi profícuo o suficiente para experimentar o sofrimento dos sertanejos para escrever sua narrativa. Ele padecia das péssimas condições ambientais, da falta de água e de comida, assim como os militares da quarta expedição, liderada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, que afirmou: “quem perde o rumo naquelas regiões atordoado-se, fica vário até que a sede e a fome o prostram” (ANDRADE, 2009, p. 82). Mesmo antes de aceitar o convite para assumir a direção da luta, o general já defendia os preceitos da República e afirmava, por meio de um telégrafo: “todas as grandes ideias têm seus mártires; nós estamos voltados ao sacrifício do qual não fugimos, para legar à geração futura, uma República honrada, firme e respeitada” (ANDRADE, 2009, p. 242). Assim, ele compartilhava as ideias do governo.

No calor da hora, meio ao alvoreço, o escritor registra a viagem e as observações *in loco*, em sua *Caderneta de campo*, “escrevo rapidamente, mui rapidamente mesmo” (ANDRADE, 2009, p. 68). A princípio, ele começa descrevendo o local, a flora, e anota

elementos comuns, tais como as características das vegetações: “chique-chique – arbusto espinhoso semelhante ao mandacaru; alguns fazem do alvo miolo da planta cuscuz” (ANDRADE, 2009, p. 133) e as rochas, que apresentavam os “sulcos de erosão” (CUNHA, 2016, p. 41) e elucidavam diversas particularidades da impressionadora região nordestina. Ele apresentava atributos de um jornalista republicano e acreditava que a República estaria de fato sendo ameaçada pelos sertanejos, assim como todos os demais republicanos, que defendiam que a República era imortal. “Compreendo-o agora. Em breve pisaremos o solo aonde a República vai dar com segurança o último embate aos que a perturbam. [...] E domá-la-emos – A República é imortal [...]” (ANDRADE, 2009, p. 72). O autor ainda acrescenta que era preciso uma explicação qualquer para tanto sucesso: “tudo isso faz acreditar que tem raízes mais fundas esta conflagração dos sertões” (ANDRADE, 2009, p. 163). Estava convicto de que Canudos era uma cidade fortificada e tinha como seu representante “um Messias de feira” (CUNHA, 2016, p. 352), além de uma legião monárquica que conspirava contra a República.

Ao chegar em Canudos, o jornalista se depara com cenas que foram silenciadas pelo governo. A frieza ao utilizar métodos de extermínio praticados contra os prisioneiros sertanejos estava “ao presenciar a investida violenta e impávida dos soldados o moço capitão tirou o chapéu alevantando um viva ardente e entusiasta à República” (ANDRADE, 2009, p. 99). Ele compreende que “eram como animais raros num divertimento de feira” (CUNHA, 2016, p. 494), acontecendo um “esnobismo lúgubre” (CUNHA, 2016, p. 517) por parte dos militares, que agiam de forma violenta e desalmada. “O fato era vulgar” (CUNHA, 2016, p. 533) e público, era uma luta de “Titãs contra moribundos” (CUNHA, 2016, p. 539).

Depois de tudo que presenciou, Euclides já não acreditava nas superstições deflagradas pelo governo, que buscava explicar as técnicas de guerrilha e o poder de fogo daqueles sertanejos. “Como explicar essa prodigalidade assombrosa dos jagunços? Não nos iludamos. Há nesta luta uma face misteriosa que deve ser desvendada” (ANDRADE, 2009, p. 161). Imaginavam traças guerreiras seguidas de estratégias formidáveis. Percebe-se que tudo não passava de imaginações fantasiosas, versões e lendas, conferindo à campanha um tom lendário e impressionante, abalando a opinião pública de todo o país. O que de fato acontecia naquelas circunstâncias era uma “disciplina extraordinária, daquela gente! Lutam agora pela vida, no sentido mais estrito da frase” (ANDRADE, 2009, p. 161). Assim, a força adquirida pelos jagunços era movida pela vontade de sobreviver.

Pode-se dizer que existem, na *Caderneta de campo* de Euclides da Cunha, relatos de um antes e depois da sua chegada em Canudos. A princípio, encontram-se testemunhos de outras pessoas, de jornalistas militares registrados em diários. Encontram-se informações mais diretas e precisas que narram, por exemplo, a quantidade de feridos e de mortos:

Dia 1 de setembro – Bombardeio regular pela manhã – Regressou o comboio p.^a M. S. guardado pelo 32 e ala esquerda do 22 indo com ele 57 praças doentes e 24 oficiais licenciados p.^a tratamento de saúde. Seguiram cel. Campelo França e tte. Domingos Alves Leite – aquele p.^a tratar da organização de comboios e este p.^a a do transporte da artilharia canet. Deu parte de doente o cel. Pantoja comdte. da 4.^a brigada (ANDRADE, 2009, p. 278).

Com sua chegada a Canudos e a vivência dos fatos, os depoimentos passam a ser tomados por ele próprio. Percebe-se, então, uma alteração nos testemunhos regados de emoção. Eles contêm uma escrita que choca o leitor ao descrever cenas violentas por meio de degolações. Era um verdadeiro extermínio em uma narrativa composta de detalhes sempre com objetivo da “procura da verdade” (ANDRADE, 2009, p. 360). Informa-se o cenário de sofrimento dos envolvidos na batalha, das condições de sobrevivência perante à guerra: “Olho neste momento – cautelosamente – por uma fresta de trincheira para a igreja – é uma cratera fulgurante! Assombra...” (ANDRADE, 2009, p. 160). Dessa maneira, os relatos que, até então eram somente de cunho jornalístico, passam a ser denunciadores. Percebe-se as marcas desse narrador, que passa de observador a testemunha ocular dos rastros da violência do conflito.

Na *Caderneta de campo*, percebe-se uma diversidade de frases incompletas, raciocínios não terminados com palavras soltas e rasuras, que “deveriam ser 4 1/2 da tarde. Começou a Toda a força do flanco esquerdo logo após voltou” (ANDRADE, 2009, p. 223). Constui-se uma escrita improvisada que posteriormente seria moldada, corrigida e transferida para *Os Sertões*. O escritor reproduz versos dos “rudes poetas” da forma que eram escritos: ‘Qapitão Morera Sezar hera homi de opinião veo dar carne aos zurubú nas Catingas do Sertão quem briga com o Bom Jesus não conta vitória não’ (ANDRADE, 2009, p. 13), o que valoriza a fala e os costumes do sertanejo. Relatos como esses não são raros na *Caderneta de campo*, esboço utilizado por Euclides da Cunha durante sua caminhada no Sertão.

É importante destacar que, devido ao tamanho da letra, aos rabiscos e à ilegibilidade, a olho nu, o leitor não consegue compreender a sequência das palavras. De acordo com Olímpio de Souza Andrade (2009), as leituras só foram possíveis mediante

fotografias e cópias numerosamente ampliadas. Joel Bicalho Tostes, admirador euclidiano, foi o responsável por ler e datilografar a *Caderneta de campo* por inteiro. Preocupou-se em manter a paginação do material datilografado correspondente com a da *Caderneta de campo*, garantindo a autenticidade do manuscrito, seguindo à risca os parágrafos, pontuações e frases incompletas e muitas vezes sem sentido. A *Caderneta de campo* teve um papel preponderante na escrita d'*Os Sertões*, pois atesta o que de fato ocorreu em Canudos, dando conta dos conflitos ocorridos naquele local. Contribuiu, assim, com a preservação da memória literária e, posteriormente, com a divulgação das impressões e informações de Euclides da Cunha. Proporcionou seus leitores a conhecerem os acontecimentos, os fatos históricos e as construções imagéticas que foram desenvolvidas na escrita do livro. O texto euclidiano possui uma vasta gama de intertextualidades. Volta e meia o autor faz alusão a trechos bíblicos, a passagens de romances e a alguns poemas, que despertam a sensação de familiaridade ao leitor, mas sem citar nomes e referências.

Os Sertões é resultado de fatos historiográficos ocorridos em Canudos, juntamente com elementos ficcionais do imaginário de Euclides da Cunha: uma associação factual e imaginária. É um texto híbrido composto por ficção e realidade. A vegetação é a maior parte dos seus correlatos imagísticos: “as vargens se abrem, estalando como se houvessem molas de aço” (CUNHA, 2016, p. 71). Assim, quando se trata de autenticidade na escrita euclidiana, faz referência aos fatos e acontecimentos historiográficos narrados pelo escritor e não às construções imaginárias desenvolvidas por ele, que objetivam fomentar a empatia, despertando o sentimento de emoção e/ou tristeza no leitor. Essa carga de autenticidade vem acompanhada pela busca da verdade almejada pelo escritor, razão pela qual utilizou a *Caderneta de campo* para registrar as passagens da viagem a Canudos. Era parte do seu método.

Há uma indecifrababilidade de palavras que inviabiliza uma leitura contínua. As letras são bem pequenas, com uma escrita apertada, com objetivo de economia de papel, já que era escasso naquele momento da viagem. A sequência de palavras parece, a princípio, não tem sentido, pois existem segredos que só podem ser decifrados por um conhecedor da escrita euclidiana, como, por exemplo, “páginas seguidas utilizadas duas a duas” (ANDRADE, 2009, p. 59). São escritas com a Caderneta aberta e começam o texto pela página que fica à esquerda do leitor. Atravessam-se o miolo da Caderneta e terminam no final, à direita do leitor. É uma escrita direta, sem terminar um lado e continuar no outro, como de costume, não obedecendo uma sequência de paginação

lógica. Esses possíveis segredos, que não passam de abreviações e observações para Euclides da Cunha, exigem do pesquisador uma leitura vagarosa, detalhada e meticulosa. Para que a *Caderneta* chegasse ao ponto de publicação, foram necessárias várias leituras e correções. Folhas foram posicionadas na ordem e termos que antes eram ilegíveis foram decifrados e acrescentados. Colocaram-nas em microfilme e ampliaram muitas vezes, permitindo que fossem incluídas as paginações na sequência lógica. Ainda assim, fica uma ou outra palavra ilegível.

O labor de datilografar a *Caderneta de campo* foi trabalhoso, demorado e exaustivo, o que exigiu muita paciência e um conhecimento vasto do assunto, explica Olímpio de Souza Andrade (2009). Utilizaram-se de dicionários especializados em geografia, história, botânica, dentre outros materiais diversos que auxiliaram no desvendamento de termos ilegíveis. Além da dificuldade de compreender as palavras, a *Caderneta* apresenta uma certa desordem nos registros, misturando assuntos diversos, sem uma sequência lógica. Em alguns momentos, encontram-se rascunhos da Guerra de Canudos. Logo em seguida, há registros de engenharia, que confundem e atrasam a leitura.

A escrita de Euclides da Cunha foi realizada com muita pressa, desordenada e, muitas vezes, incompleta. Era, de fato, um rascunho. O estilo adotado por Euclides da Cunha é carregado de amor pela verdade, ao anotar tudo para não correr o risco de alterar pontos importantes da batalha, copiando, exaustivamente, depoimentos escritos e orais na íntegra. Além disso, o seu método estava voltado para alguns critérios, como: a valorização de coisas do seu interesse, baseado em contato direto, relatos, testemunhos e a própria experiência da guerra, como também na valorização da moral e do caráter. Firmado nesses motivos e utilizando-se das anotações como sustentação de suas narrativas, reproduziu a sangrenta Guerra de Canudos, como afirma Olímpio de Souza Andrade (2009).

Além da *Caderneta de campo* principal, existiam outras duas cadernetinhas de bolso que o escritor utilizava para anotar coisas variadas, como por exemplo, recortes de publicações estrangeiras e mapas referentes a inúmeras regiões do Brasil. Eram *Cadernetas* mistas. Todos esses blocos de folhas foram doados por José Carlos Rodrigues, jornalista e bibliófilo. A *Caderneta de campo* encontra-se preservada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, e os outros blocos mantidos no acervo do Grêmio Euclides da Cunha, situado em São José do Rio Pardo, local destinado à preservação e divulgação de materiais euclidianos. Por meio da análise dessas

Cadernetas, obtêm-se informações diversas, como por exemplo, de alguns utensílios que o escritor trouxera de Canudos, dentre eles: uma faca, um cinto de jagunço, um saco de pedras para análise, o “monumento de Babilônia” e até um jaguncinho:

Dia 22 – Os jagunços atacaram as linhas às 3 ½. Chegou comboio trazendo correspondência. Recebi cartão do velho, da Saninha e do tio José. Noto com tristeza que o jaguncinho que me foi dado pelo general continua doente e talvez não resista à viagem para Monte Santo (ANDRADE, 2009, p. 141).

As páginas da Caderneta euclidiana não são padronizadas. Há sempre um ar de improvisado, ora escrita com tinta, ora a lápis, de forma que facilitasse a escrita, mantendo as informações contempladas. Euclides da Cunha preferiu não confiar apenas na memória e, por meio das anotações, registrou os espetáculos da região e os flagrantes do homem.

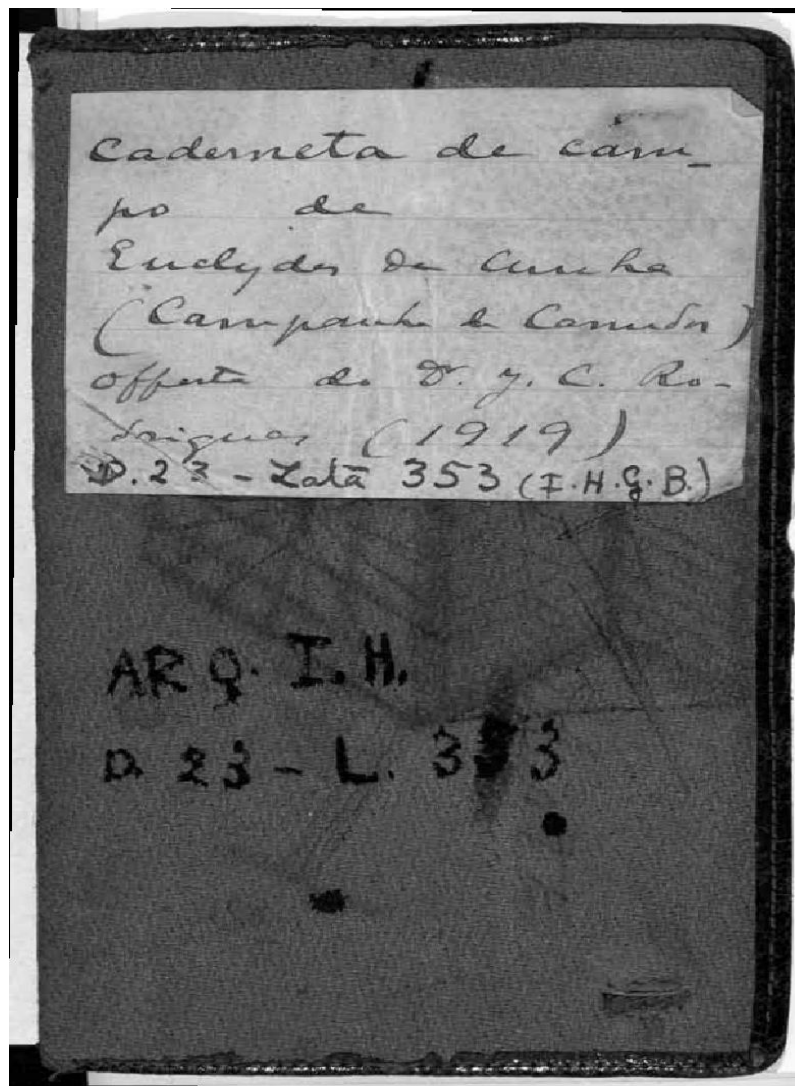
[...] Súbito silêncio descerra então sobre as linhas. Os soldados das trincheiras adjacentes ao rio, porém, não se iludiam. Sabiam que tornariam em breve ao mesmo ponto os infelizes coagidos pela sede. Abaixo, indistintamente, como grandes sáurios esquivos, os adversários, volvendo a tarefa. Deixaram-nos se aproximarem [...] (ANDRADE, 2009, p. 53-54).

Além disso, a *Caderneta de campo* traz um número abundante de informações que foram transferidas para *Os Sertões* e propicia tantas outras que não foram reproduzidas no livro, mas que servem como aparato complementar. As anotações são valiosas e a presença dos detalhes explicam e justificam os acontecimentos no Sertão baiano. Também encontram-se dados diversos, como por exemplo nomes de pessoas, expressões utilizadas na região, plantas exóticas, dentre outras informações: “Favela – folha palmutilobada – [...] Apresilhado – Era apresilhado com uma presilha etc. – Ao uso do sertão” (ANDRADE, 2009, p. 186).

Para testificar essa escrita, traz-se anexos reproduzindo algumas páginas oficiais da *Caderneta de campo* de Euclides da Cunha, pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional. São fragmentos da Caderneta que foram traduzidos por Joel Bicalho Tostes, assim como trechos similares a escrita da *Caderneta de campo* que são facilmente encontrados em *Os Sertões*. Ao juntar imagens, fotos e as traduções da *Caderneta de campo* aos trechos do livro, pode-se apontar a semelhança entre elas, demonstrando a autenticidade e clareza nos escritos.

A primeira imagem reproduzida é do frontispício da *Caderneta de campo* de Euclides da Cunha, que traz um ar de originalidade ao manuscrito.

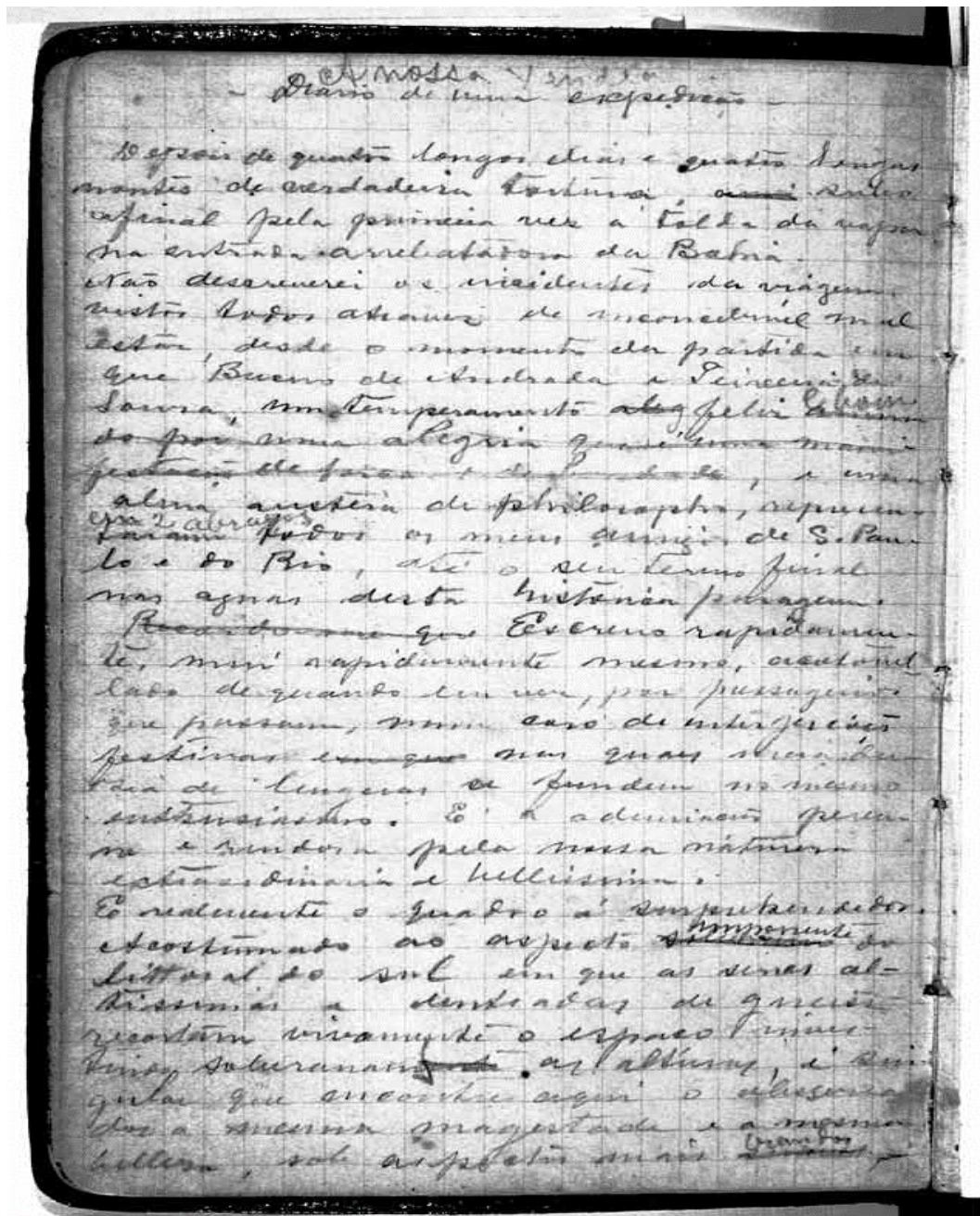
Figura 1 – Frontispício da *Caderneta de campo*



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

Em seguida, segue a página 1 da *Caderneta* e, no final, algumas outras que foram selecionadas e inseridas com o objetivo de sublimar o nascedouro de *Os Sertões*. Elas trazem versos, rasuras, traçados, diferentes tonalidades de tons de tintas, letras minúsculas em um espaço limitado, bem como algumas palavras e expressões conhecidas no livro. A *Caderneta de campo* de Euclides da Cunha é “matéria de carpintaria” (ANDRADE, 2009, p. 8), fonte valiosa de onde foram retiradas as anotações e é o alicerce de *Os Sertões*.

Figura 2 – Página 1 da Caderneta de campo



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

No artigo *A nossa Venda*, Euclides da Cunha descreve a natureza sublime e belíssima, comparando a região nordestina com a região Sul, encontrando o observador “a mesma majestade e a mesma beleza” (ANDRADE, 2009, p. 68). Já com os pés em solo baiano, envia sua primeira reportagem ao jornal de *S. Paulo*, no dia 07 de agosto de 1987, “depois de quatro longos dias e quatro longas noites de verdadeira tortura, subo afinal pela primeira vez à tolda do vapor na entrada arrebatadora da Bahia” (ANDRADE,

2009, p. 67). São narradas as suas primeiras impressões da região e expressando sua admiração pela natureza que dizia ser “extraordinária e belíssima” (ANDRADE, 2009, p. 68), um paraíso. Embasados nesse recorte e em tantos outros, é possível fazer um paralelo da Caderneta com o livro *Os Sertões*, percebendo a semelhança dos textos, a permanência de palavras e/ou sinônimos que foram utilizados naquele esboço e, posteriormente, transferidos para o exemplar. Segue um trecho do livro que faz referência ao anexo disponibilizado anteriormente.

E por mais inexperto que seja o observador – ao deixar as perspectivas majestosas, que se desdobram ao sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada, tem a impressão persistente de calcar o fundo recém-sublevado de um mar extinto, tendo ainda estereotipada naquelas camadas rígidas a agitação das ondas e das voragens (CUNHA, 2016, p. 50).

Ao examinar as páginas da Caderneta, depara-se a todo instante com expressões que são familiares n’*Os Sertões*. É possível perceber que Euclides da Cunha utiliza-se de palavras isoladas e a cadernetinha é uma espécie de lembrete. Comparando-se a *Caderneta de campo* com *Os Sertões*, verifica-se a equivalência em muitas informações, uma vez que foram transferidas em forma de narrativas e completadas com novas e longas explicações. Além das definições da região, do clima, da fauna e flora, localizam-se, por exemplo, levantamentos feitos pelo Tenente-Coronel Siqueira de Meneses, autor de várias observações como esta: “disseram-nos que acabavam de abrir um novo caminho indo em linha reta de Juá a Canudos” (ANDRADE, 2009, p. 53). Há informações sobre a vida do sertanejo que foram transcritas por Euclides da Cunha, já que o amigo lá se encontrava há mais tempo. Foi feito um verdadeiro roteiro d’*Os Sertões*.

Na *Caderneta de campo*, encontram-se fontes primárias d’*Os Sertões*, anotações referentes às pesquisas e estudos científicos que o escritor relatou, mesmo antes da sua chegada ao Sertão, o que comprova que o autor não se baseou unicamente em acepções e experiências pessoais para escrever o livro. Quando partiu para sua missão, já possuía um conhecimento vasto acerca da paisagem sertaneja e da formação da região, “– Monte Santo – 1785. Originou-se de uma fazenda de gado” (ANDRADE, 2009, p. 125). As anotações realizadas traziam objetivos preestabelecidos – relatar a guerra – acreditando que “em breve pisaremos o solo aonde a República vai dar com segurança o último embate aos que a perturbam” (ANDRADE, 2009, p. 71). Na falta de uma linguagem literária, os relatos chegam aos leitores com uma surpreendente carga fidedigna, transparecendo o sofrimento, a fome, a sede e o medo, de forma enfática.

Ao explorar a Caderneta, percebe-se o quanto Euclides da Cunha pesquisou para escrever o livro. Existe uma sequência de datas enumerando e explicando fases, batalhas e conquistas acontecidas no Brasil desde a chegada dos portugueses: “1549, chegou o Tomé de Sousa recebido Caramuru e seus Tupinambás que em sinal de submissão pousaram os arcos em terra. Os índios ajudaram os padres a construir a igreja” (ANDRADE, 2009, p. 119).

Além do seus estudos e experiências, Euclides da Cunha contou com relatos de outros jornalistas, também militares, que em meio aos acontecimentos registraram vários episódios: “Dia 19 – Tiroteio cerrado à noite. Cessou à madrugada. Acordei ao toque de alvorada e comecei a transcrever o diário de um dos ajud.-de-ordem do general o alferes Praxedes” (ANDRADE, 2009, p. 139). Euclides da Cunha ouviu, viu e anotou pontos fundamentais da história, registrando fielmente o que testemunhou, mesmo no final de algumas páginas, utilizando-se de pouquíssimas coisas, por muitas vezes achar que a informação era insuficiente e/ou duvidosa. Dessa forma, ao mesclar os seus conhecimentos mediados pelas leituras realizadas, seu empirismo e de outras pessoas, reproduziu a sanguinolenta Guerra de Canudos.

Outro aspecto interessante é que em *Os Sertões* o autor se vale da terceira pessoa do plural, “a selvageria impiedosa amparava-se à piedade pelos companheiros mortos. Vestia o luto chinês da púrpura e, lavada em lágrimas, lavava-se em sangue” (CUNHA, 2016, p. 537), em contrapartida à *Caderneta de campo*, que emprega, na maior parte da escrita, a primeira pessoa do singular.

Dia 20 – Despertei à 1 hora com o estampido dos canhões e forte fuzilaria no flanco direito atacado pelos jagunços. Durou 33 minutos esse ataque que como os anteriores foi repellido. Obtive do tte.-cel. Meneses algumas informações sobre a vida do sertanejo. Estive com o Fávila correspondente da *Gazeta*. Visitei às 9 horas o hospital do sangue sob a direção inteligente do dr. Cúrio. Telegrafei p.^a o *Estado*. Continuei e terminei pálido esboço de Canudos. Recebi jornais do Pará. Mandeí p.^a Monte Santo pelos alferes – os animais q. trouxe. O general Artur mandou copiar e entregou-me o plano de ataque que deu p.^a o assalto a Canudos (ANDRADE, 2009, p. 140).

Nesse sentido, percebe-se que o escritor utiliza-se da impessoalidade para escrever *Os Sertões*, estilo de padrão de linguagem recorrente em redações jornalísticas. Dessa forma, Euclides da Cunha estaria eliminando marcas de subjetividade do discurso, levando o leitor a ter consciência de que a escrita partiu de investigações e relatos oficiais, mesmo lançando mão de textos históricos em alguns momentos da escrita. Quando volta-se para a ficção, o escritor intertextualiza. É como se a ficção viesse dar suporte aos

acontecimentos históricos, já que o historiador não consegue atender os inúmeros ângulos oferecidos pelo período histórico interpelado, bem como sua incapacidade de narrar todos os testemunhos da guerra, implicando, então, a ficção do fato. Ou até mesmo, é inserida com o objetivo de realçar verdades que são silenciadas e/ou esquecidas, captando realidades formadas a partir da sociedade e jogando com elas, sem a pretensão de ser fiel. Assim, mesmo concluindo que Euclides escreveu o livro baseado em escolhas/recortes pessoais, nota-se a preocupação em eximir-se da impessoalidade, evitando que concepções sociais interferissem na escrita, já que poderiam alterar as informações verídicas.

Encontra-se na escrita apressada imprecisões na concordância das palavras, que ora seguem do plural para o singular, ora do singular para o plural. Escreve-se rapidamente com o objetivo de não perder as observações que fez momentaneamente: “Chegamos a Jeremoabo a 30 de maio e partimos 16 de junho às 2 da tarde. Acampa na Passagem a 2 léguas e tanto de Jeremoabo; a 17 acamparam l Cana Brava; a 18 no Brejinho aonde passaram todo o dia” (ANDRADE 2009, p. 212). Na pressa em registrar o máximo de informações, deixa escapar frases incompletas, que, posteriormente, ativaríamos à memória. A Caderneta euclidiana contém dados preciosos, reunindo impressões, fatos, costumes, características físicas, escritos no improviso. Alguns manuscritos encontram-se tremidos, tudo indica que foram redigidos no “lombo de um cavalo” ou durante a caminhada.

Observa-se em algumas páginas escritas com cores de tintas diferentes, sinalizando que, ao esgotar às informações daquele assunto, o escritor parte para outra página, retomando somente após obter novos elementos, uma espécie de vai e vem. Palavras e até mesmo frases foram escritas e rasuradas, apontando para informações registradas antes da sua chegada a Canudos, e que, sob novo prisma, obtiveram esclarecimentos distintos, rasurando-as e/ou substituindo-as, “o povo do R. J. reunido em meeting e ciente do doloroso revés das armas legais⁹ nos sertões da Bahia” (ANDRADE, 2009, p. 243). Encontra-se, também, espaços anotados e eliminados posteriormente, “no dia 18 regressa de Queimadas p.a Monte Santo o 16. – ”¹⁰
.....”¹⁰
(ANDRADE, 2009, p. 246), frases reescritas em busca de clareza e transparência. Outro ponto a ser destacado são os traços riscados nas verticais, como veremos numa imagem

⁹ Foi riscada a palavra “republicanas” e inserida por cima “legais”.

¹⁰ O pontilhado significa linhas escritas e eliminadas, informações duvidosas.

posteriormente. Ao que parece, os riscos são marcações de trechos acolhidas no livro, uma espécie de seleção, forma encontrada para assinalar os pontos considerados por ele mais relevantes.

Ao escrutinar-se os cadernos de Euclides da Cunha e compará-los com as matérias publicadas naquele período, encontram-se vários trechos correlatos contendo alterações na escrita e um certo aperfeiçoamento na editoração. Houve uma melhora na redação, nas pontuações, concordância e na organização dos parágrafos. As reportagens do escritor saíram n’*O Estado de S. Paulo*, seção *Canudos*:

Canudos, 24 de setembro [...] Cinco minutos depois de haver morto com um tiro de bacamarte ao alferes do 24º Pedro Simões Pontes e murmurou com um sorriso sinistro ao expirar: / — Estou contente! Ao menos matei um! Viva o Bom Jesus! / São duas horas da tarde e já temos treze baixas (GALVÃO, 2000, p. 184).

Escritas similares às publicadas no Diário de uma Expedição são encontradas na *Caderneta de campo*: “No dia 30, talvez. Foi morto no tiroteio de hoje o alferes do 24 Pedro Simões Pontes; o jagunço assassino foi também morto pronunciando as últimas palavras: – Ao menos matei um! morro contente! [...] São duas horas da tarde e já temos 14 baixas (ANDRADE, 2009, p. 142- 143). Além disso, o escritor se preocupou em citar na *Caderneta* trechos de publicações dos noticiários, informando jornal, data e assunto, concordando com sua escrita como forma de comprovação, “(Ver na 2.^a pág. do *Jornal Not.* de 22-3 depoimento tenente Ávila sobre combate Canudos)” (ANDRADE, 2009, p. 247), o que leva a crer que Euclides da Cunha estava preocupado com a verdade.

A soma de detalhes localizados na *Caderneta de campo*, as datas sequenciais explicando a origem de diversos povoados e vilarejos, impressionam. Percebe-se que em alguns trechos o escritor deixa em aberto as informações para uma posterior revisão e conclusão, certificando-se de sua autenticidade antes de dar continuidade á escrita. “Sexta brigada comandada pelo coronel Pantoja composta 26, 32 e 33; 1.º comandado pelo¹¹ ;
2.º comandado pelo major Colatino 3.º com.º tte.-coronel Napoleão Ramos” (ANDRADE, 2009, p. 212). Euclides da Cunha relata flagrantes ocorridos diariamente, situações meticolosas das suas andanças, narrando onde dormia, comia e até mesmo as condições do seu cavalo.

Jantei com o general Artur Oscar. Tiroteio constante. Visitei o gal. Barbosa

¹¹ Está em branco uma larga parte da linha.

ferido. Visitei acampamento Bm. paulista e dormi na barraca do cap. Abílio, assistente do comandt.-em-chefe. Encontrei antigos colegas Guabiru, Lacerda e Soares Nascimento – Observei Canudos (ANDRADE, 2009, p. 138).

Registrava as temperaturas, a máxima e a mínima, anotando tudo na afobação, mas com apreço e atenção nas informações, pois aquela Caderneta se tratava de um documento vivo e valioso. Assim “Dia 1.º de setembro – Queimadas temp.^a máxima 28 1/2°. Dia 2 ” ” ” ” ” mínima 17 ½ [...]” 12 ” ” ” ” ” ” mínimo 18 °” (ANDRADE, 2009, p. 134). Na pressa, escreveu “mínimo”, ao em vez de “mínima”, a escrita correta. Euclides da Cunha viajou em direção ao “discernimento e a própria maestria” (ANDRADE, 2009, p. 8).

Em vários momentos, Euclides da Cunha reproduz versos tanto de natureza política e religiosa quanto social e cultural, os quais o escritor faz questão de transcrevê-los ao pé da letra, com erros ortográficos e expressões típicas da região nordestina: “kalunia e mais calunia deste povo levantam i correram foram contar ao tal governador a fim de vim persigui ao nosso Salvador” (ANDRADE, 2009, p. 151). Além de valorizar a originalidade daquela região, demonstra um encantamento pelo dialeto sertanejo.

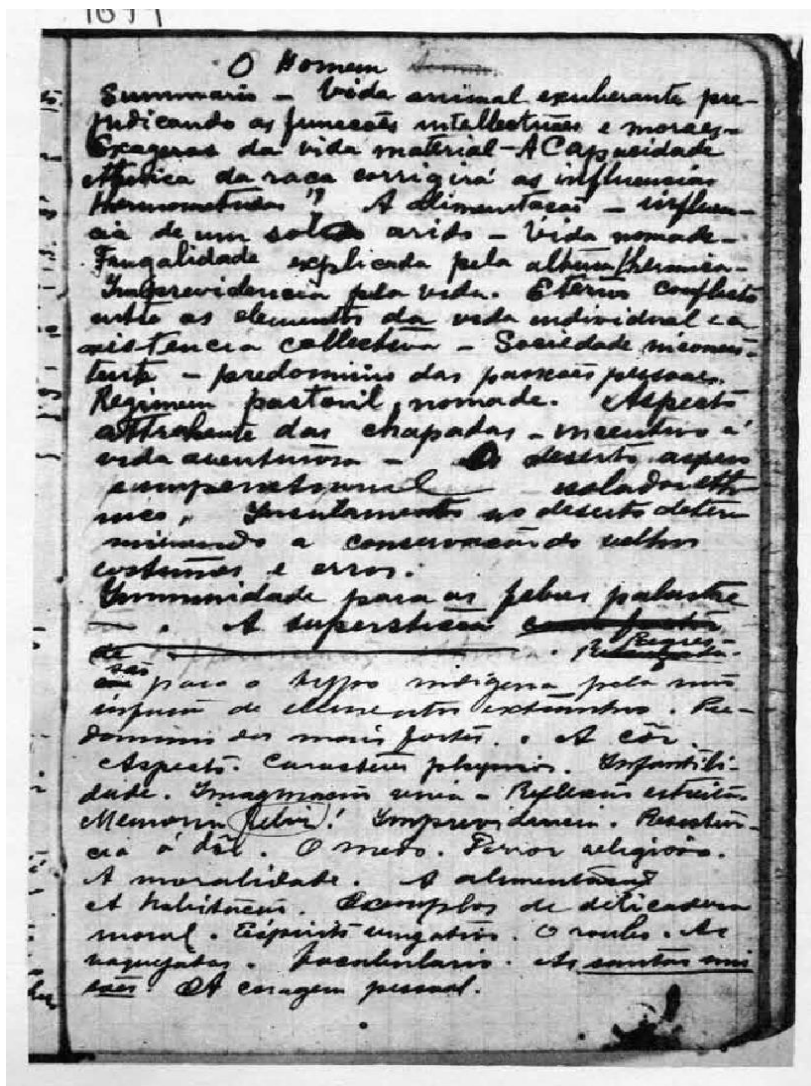
De modo geral, a *Caderneta de campo* euclidiana representa uma busca de culturas, costumes e linguagens do povo sertanejo. Além de cobrir a passagem de Euclides da Cunha, reúne informações preciosas, trazendo relatos autênticos ocorridos no Sertão da Bahia para a literatura brasileira. A escrita euclidiana concorda com estilo nacionalista adotado na época, com características rebuscadas de termos científicos e laboriosos, despertando algumas críticas nesse aspecto. O escritor José Veríssimo chegou a emitir uma nota afirmando que Euclides da Cunha havia pecado na sobrecarga da linguagem e na falta de simplicidade, mas a grandeza da obra sobrepôs os julgamentos, reconhecendo a eloquência e elegância do escritor.

Diante do exposto, seguem algumas imagens da Caderneta de bolso de Euclides da Cunha, documento histórico que conserva o testemunho de diversas pessoas que presenciaram a sangrenta Guerra de Canudos. Nas imagens seguintes, constam características que foram citadas ao longo dessa explanação, como: rasuras, letra pequena, tinta com cores claras e escuras, marcações, símbolos, desenho de plantas, espaços deixados em branco e até mesmo croquis muito bem desenhados pelo escritor. Ao todo, a *Caderneta de campo* possui 204 páginas, das quais aproximadamente 158 foram selecionadas, traduzidas e consideradas como relevantes para o tema.

Na imagem seguinte, encontram-se, na primeira parte do texto, uma escrita com

tonalidade de tinta escura, com excesso, chegando a borrar letras em alguns lugares, contribuindo para a ilegibilidade. Na outra metade do texto, a cor da tinta aparece mais clara levando a crer que Euclides da Cunha tenha continuado a escrita em outra oportunidade. A página comporta uma grande quantidade de palavras devido ao tamanho das letras, que são pequenas e escritas bem próximas umas das outras.

Figura 3 – Reprodução da p. 13 da *Caderneta de campo*

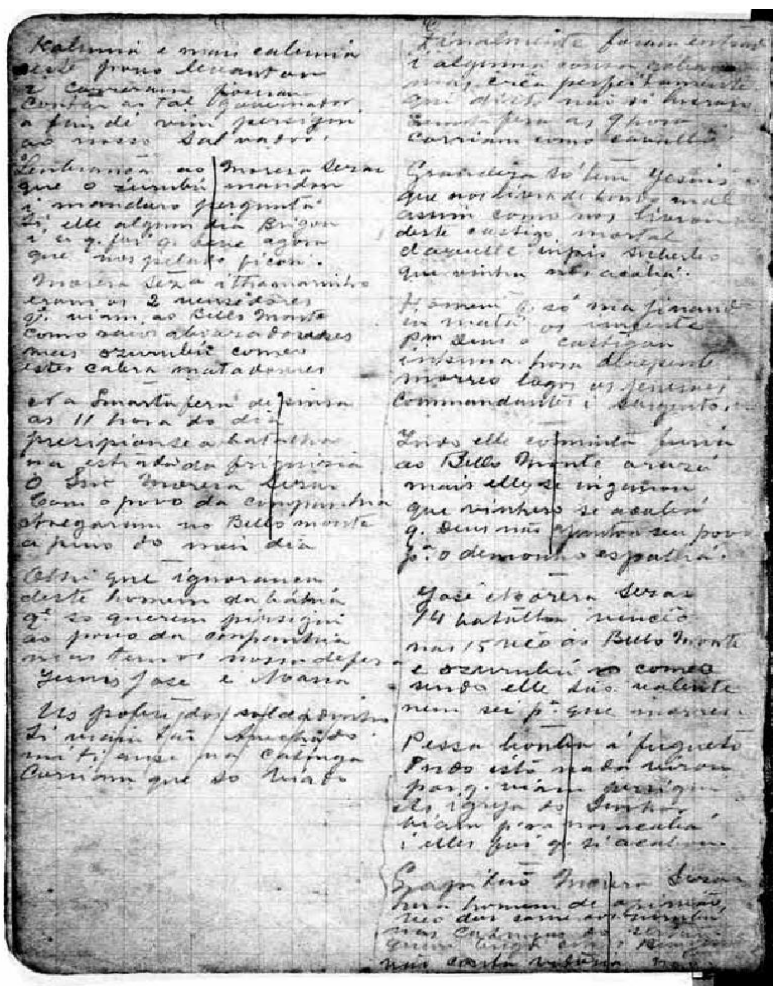


Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

Na figura 4, encontram-se marcações em alguns parágrafos, com riscos nas orientais, como já foi dito. Provavelmente, essa foi uma forma que Euclides da Cunha encontrou para marcar as partes que fariam parte do seu livro vingador, *Os Sertões*. Além dessas marcações, outros detalhes podem ser observados, como a divisão da página em

duas, seguindo a leitura primeiro pela coluna da esquerda e dando continuidade a partir da coluna da direita. Trata-se de um “ABC das incredulidade”¹², como afirma Euclides da Cunha. A segunda, quarta, décima, décima segunda e décima terceira estrofes foram marcadas com um risco na vertical. Já a sexta estrofe foi marcada de forma diferente, com seis riscos, um ao lado do outro. São versos que, provavelmente, foram reproduzidos por sertanejos e/ou copiados por Euclides da Cunha de anotações de outras pessoas.

Figura 4 – Reprodução da p. 60 da *Caderneta de campo*



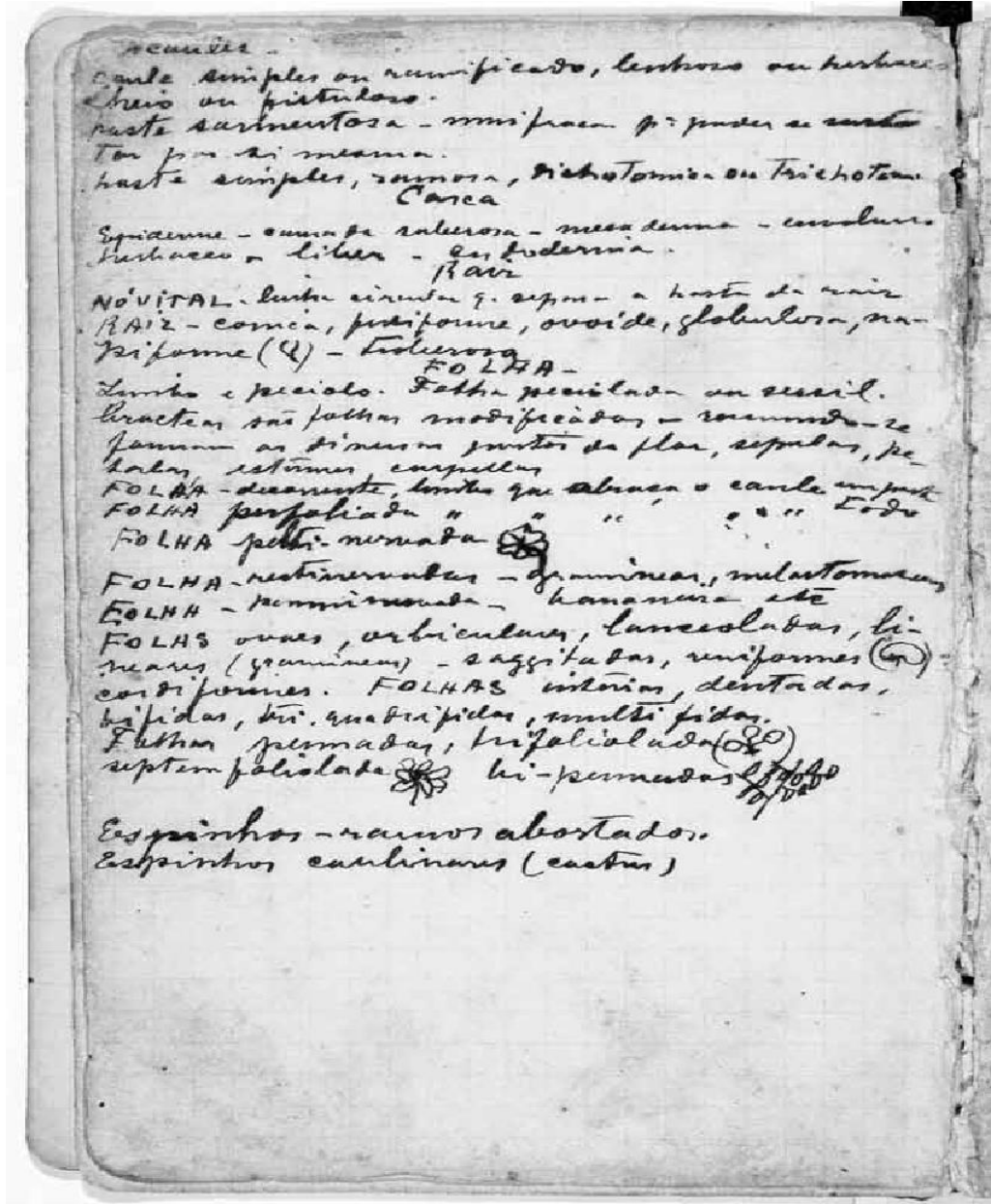
Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

Já na quinta figura, percebe-se que é feita uma relação de plantas do Sertão, ressaltando suas características por meio da escrita e de desenhos, como por exemplo: “FOLHA – pelti-nervada” (ANDRADE, 2009). Logo em seguida, foi feito um pequeno

¹² Nesse ABC a leitura da coluna à direita deve dar continuidade também à direita na folha seguinte, a da esquerda passará a ser feita na coluna da esquerda, os versos são iniciados com letras, “trata-se de um ABC do sertão” (ANDRADE, 2009).

desenho de uma planta, que registra as particulares da flora daquela localidade, tais como “mimosas tolhiças ou eufórbias” (CUNHA, 2016, 70) que, posteriormente, foram transferidas para *Os Sertões*¹³.

Figura 5 – Reprodução da p. 71 da *Caderneta de campo*



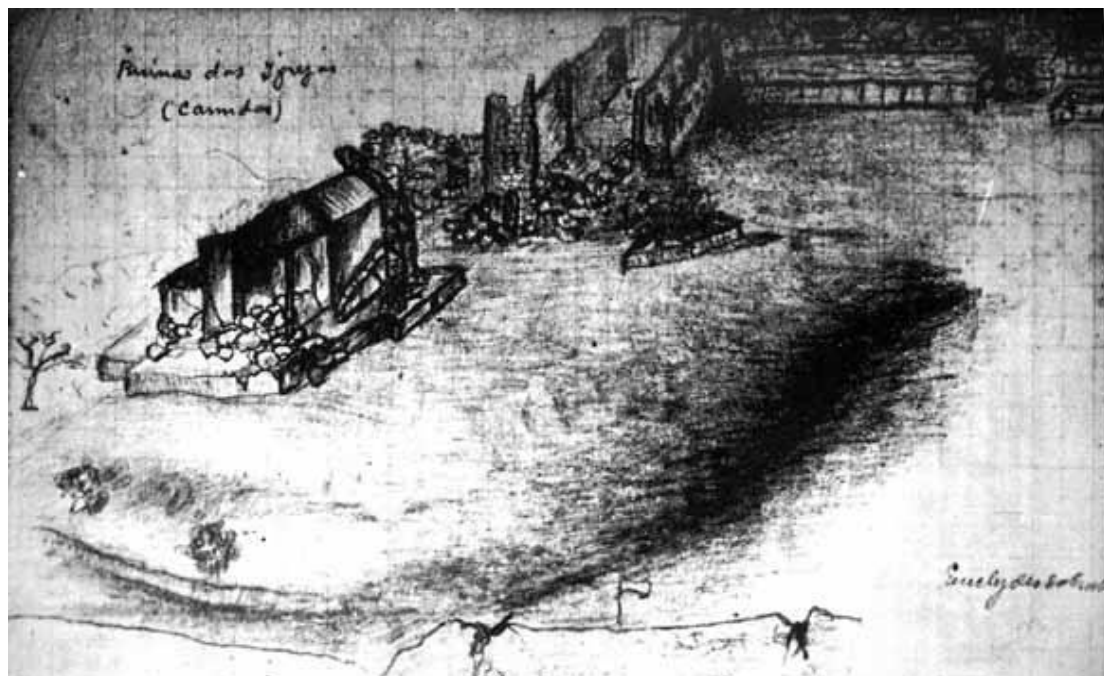
Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

A próxima imagem é um croquis das ruínas das igrejas de Canudos. Euclides da Cunha desenhou, por meio dos detalhes do local com paredes incendiadas e desabadas,

¹³ Planta de aparência diversa, com caules semelhantes a cactos ou a arbustos.

resquícios das construções que foram destruídas pela guerra. Há uma árvore seca sem nenhuma flor e ruínas amontoadas no núcleo da terra.

Figura 6 – Ruínas das igrejas de Canudos



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

A figura seguinte também é um croquis que mostra a visão do alto de Canudos. Logo atrás, encontram-se as montanhas que cercavam o arraial, uma depressão ampla com planícies onduladas e, “um montão de casebres [...] feito um fosso escavado” (CUNHA, 2016, p. 323) amontoados e presos em becos estreitos. Além do ajuntamento de casas, visualiza-se uma “grande praça onde se fronteavam as igrejas” (CUNHA, 2016, p. 323), no centro do arraial. As duas igrejas se destacam nitidamente: a nova e a velha. “E são o avesso das que conhecemos: – dão para elas os fundos de todas as casas; são um quintal em comum” (GALVÃO, 2000, p. 176). À esquerda do observador, localiza-se a nova, e à direita, a velha. O local parecia um cemitério, sem arbustos, sem flores, um “jardim agreste”, como denominou Euclides da Cunha.

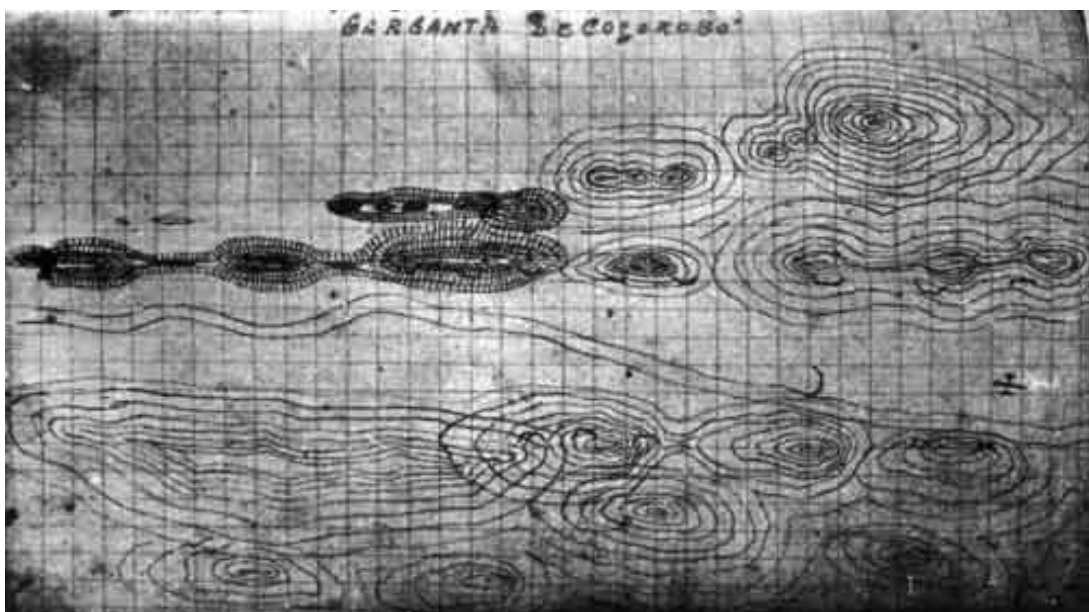
Figura 7 – Vista de Canudos (de uma encosta do Morro da Favela)



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

A figura a seguir é um croquis da garganta de Cocorobó, “vales de erosão ou quebradas” (CUNHA, 2016, p. 395) que foram abertos pelo rio Vaza-Barris no passado. É um rasgão de terra com contornos incorretos, com uma estrada ondulante que acompanha o leito vazio por meio de atalhos que levavam até ao arraial de Canudos.

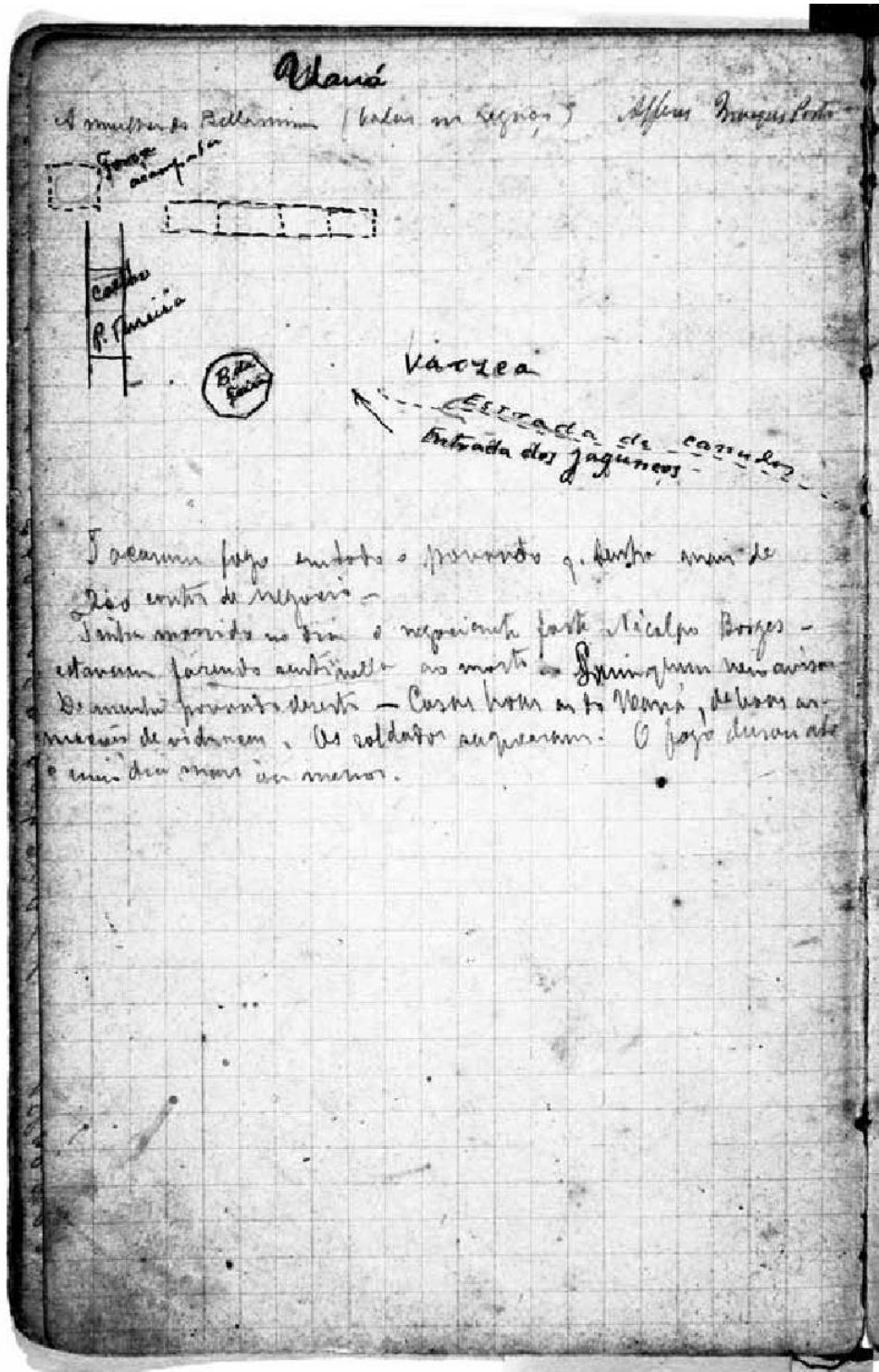
Figura 8 – Garganta de Cocorobó



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

A última imagem é um croquis da chegada ao vilarejo de Uauá. Trata-se de um lugar abandonado que estava sob o domínio de Canudos. O desenho é uma espécie de mapa, que demonstra a localização da região e os acessos para adentrar ao arraial.

Figura 8 – Uauá



Fonte: Acervo IHGB – Arquivo

Por fim, nesse capítulo apresentou-se um estudo da trajetória euclidiana, que analisou os caminhos traçados pelo escritor, as etapas da construção do livro, assim como da *Caderneta de campo* que Euclides da Cunha utilizou para registrar a tempo e a hora os acontecimentos da guerra. *Os Sertões* é um livro convidativo e abundante, que compartilha uma enorme quantidade de conhecimento, além de ser também um livro de reconhecimento e de reprodução do passado. O texto remete o leitor às imagens de sofrimento e às lutas enfrentadas por um povo esquecido. É a junção da narrativa histórica com a arte literária, um estudo que aproxima ciência e arte, revivendo fatos históricos e representando a realidade por intermédio da memória.

CAPÍTULO 2 – LITERATURA, MEMÓRIA E HISTÓRIA: INTERRELAÇÕES E INTERDISCIPLINARIDADES

2.1 Uma aproximação entre ciência e arte

A viagem de Euclides da Cunha ao Sertão baiano foi bem mais do que uma caminhada. Foi uma travessia rumo a uma região ignota e inóspita. Durante sua perambulação, o escritor reuniu os acontecimentos históricos e, posteriormente, transmitiu-os por meio da arte. De acordo com Santana (2001), literatura e ciência são indissociáveis, havendo uma conexão interdisciplinar, uma aproximação. O historiador ainda afirma que *Os Sertões* estabelece conexões imagéticas entre inúmeros níveis da realidade e, inclusive, ressalta a preocupação de Euclides da Cunha em escrever de forma poética e artística, fazendo uso da ciência para explicar e interpretar a Guerra de Canudos. Euclides da Cunha mergulhou a fundo na imaginação artística, garantindo, assim, sua imortalidade literária.

N’*Os Sertões*, narra-se a destruição de Canudos e a forma cruenta que levou à morte milhares de sertanejos que viviam naquele arraial. Os canudenses não enfrentaram somente os massacre e a degola, mas também suportaram os maus-tratos praticados pelo exército, cujas ações eram marcadas pela violência e impiedade. Muitos foram feitos prisioneiros, sendo arrastados, judiados, ficando exaustos e em estado deplorável, conforme explica o escritor. Durante os relatos, Euclides da Cunha descreve incontáveis cenas daquele genocídio: “sobre a tragédia anônima, obscura, desenrolando-se no cenário pobre e tristonho das encostas eriçadas de cactos e pedras, cascalhavam rinchavelhadas lúgubres, e os matadores volviam para o acampamento” (CUNHA, 2016, p. 534). Foi um grito de protesto. Os fatídicos acontecimentos foram consequências do confronto entre militares e sertanejos, em que os primeiros brigavam por causa de soberania e os segundos, pelo fim da alta cobrança de impostos.

Por meio da interdisciplinaridade, Euclides da Cunha explica os fatores ocorridos em Canudos, ao fazer uso de elementos científicos e literários para elucidar a guerra. A narrativa historiográfica tem o compromisso de entender os fatores e processos responsáveis pelas transformações históricas, sociais e explicar as causas das modificações mediante a outros fatores ideológicos, econômicos e políticos. Portanto, por meio dessa estratégia metodológica, o escritor promoveu, com sua narrativa, um novo olhar sobre os acontecimentos da Guerra de Canudos, encontrando marcas de uma

atividade científica não exploradas pela historiografia tradicional. Nesse sentido, Euclides da Cunha recorreu a arte, “procurando fixar e entender seus diversos liames com a ciência” (NASCIMENTO, 2011, p. 14), reproduzindo uma sentença científica por meio de um texto literário, expressando sentimentos de forma mais intensa, chamando a atenção do leitor para a gravidade dos fatos ocorridos no Sertão brasileiro.

Euclides da Cunha, alicerçado pela ciência e pela arte literária, descortinou a tragédia ocorrida no Sertão da Bahia, em meados de 1896 e 1897, durante a Guerra de Canudos. Em 1902, lançou o seu livro combativo *Os Sertões* e nele realizou um trabalho duplo, assinalado pelo olhar científico e artístico, um livro de natureza literária com explicações científicas. Esse trabalho duplo, relatando fatos pelas vias literárias, rendeu um trabalho historiográfico com discurso denunciante, considerado por por Gilberto Freyre (1966, p. 20) “notável como literatura e notável como ciência”. Seu livro revelador foi resultado das suas andanças pelo Sertão quando foi incumbido pelo jornal *O Estado de S. Paulo* para reportar os acontecimentos da guerra. Sensibilizado pelos acontecimentos em Canudos, mergulhou nas histórias que ouviu e presenciou. O autor buscou entender as causas do conflito e promoveu o combinação entre ciência e arte. Em uma carta enviada a José Veríssimo, em 03 de dezembro de 1902, Euclides disserta sobre a tendência mais elevada do pensamento humano, fazendo uma aproximação entre a ciência e a arte. Além disso, o literata ainda afirma que o escritor do futuro será “forçosamente um polígrafo”, ou seja, aquele que trata de diversos temas científicos. O texto é composto de palavras rígidas da realidade: “é um retrógado; não é um degenerado. Por isso, mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia” (CUNHA, 2016, p. 131). Nota-se que o autor buscava entender o quadro antropológico e cultural do Brasil, bem como almejava compreender os conflitos existentes. Houve, de fato, uma escavação em busca das raízes antropológicas, geológicas e históricas da guerra à procura das bases científicas que explicassem o antagonismo entre a República e os sertanejos, uma viagem ao centro da terra, como enfatiza Santana (2001).

No livro, é feito um vasto estudo histórico de Portugal e do Brasil, principalmente no que se refere ao povoamento e à colonização, subsídio importante para responder sobre a origem e formação dos sertanejos. *Os Sertões* é, sobretudo, uma narrativa recorrente de confrontos milenares, entre sertanejos e as forças armadas. Nele, é perpassado a formação antropológica do homem brasileiro resultante da missigenação oriunda do índio, do

branco e do negro. Além dessas nuances, Euclides percorre caminhos ainda mais tênues, tais como a trajetória do sertanejo, sua religiosidade e seus costumes. Nela, apresenta-se como resultado dos estudos uma formação distinta entre a mestiçagem dos sertões e a litorânea, devido às condições do meio:

O contraste entre ambas ressalta ao pararelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua face social incipiente (CUNHA, 2016, p. 131).

Os Sertões é, acima de tudo, um debate sobre a nacionalidade brasileira, que narra a realidade daquela “rude sociedade, incompreendida e olvidada, (que) era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade” (CUNHA, 2016, p. 121) responsabilizada pelos atrasos do Brasil. Euclides da Cunha analisa a mistura entre brancos, índios e negros e faz uma analogia ao granito, que provém uma mistura de três minerais. Ele denomina o sertanejo como “rocha viva da nossa raça” (CUNHA, 2016, p. 562). O autor explica que a cadeia evolutiva profusora das separações de raças proporciona à raça branca o lugar de privilégio, pois “todo elemento étnico forte ‘tende a subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha’ ” (CUNHA, 2016, p. 130), universalizando sua cultura e seus costumes ao promover uma cegueira por parte da sociedade dominante, obscurecendo então a existência e importância das demais raças brasileiras, esmagando-as pela civilização. Nesse sentido, Gilberto Freyre (2003, p. 273) esclarece que existe “uma degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada”, estabelecendo uma relação de cor de vencedores e vencidos, reinterpretando a raça pela cultura de um povo e pelo meio físico. Dessa forma, no Brasil, as relações entre as raças foram condicionadas por dois fatores: pelo sistema de produção econômica e pela escassez de mulheres brancas.

O autor pretendia não apenas contar o que vivenciou, mas explicar cientificamente o fenômeno da guerra por meio das teorias vigentes como o determinismo, por exemplo, que possibilitava condições para o sertanejo lidar com as mudanças climáticas ao longo do ano, permanecendo em constante adaptação. Além disso, aplicou os vastos conhecimentos que possuía, ensinando que: “a terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-lo, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios” (CUNHA, 2016, p. 108). Euclides da Cunha adota uma perspectiva determinista ao explorar diversos aspectos, desde a descrição geológica da terra até

estudos científicos, análises do homem e da sociedade. Ao abordar aspectos geológicos, busca-se compreender e explicar a relação do ambiente natural com os acontecimentos históricos e sociais que influenciaram na região. Além disso, suas análises sociológicas e seus estudos científicos permitem que o leitor tenha uma visão mais profunda das condições de vida dos sertanejos, ressaltando a influência desses fatores no conflito ocorrido em Canudos. O jornalista, por meios empíricos e testemunhais, reproduziu a Guerra de Canudos fazendo uma mistura historiográfica, literária, sociológica e geográfica.

Nessa perspectiva, os estudos interdisciplinares têm a capacidade de investigar e unir fatos históricos. Nesse obra, o autor utiliza a narrativa como meio de recontar a história por meio da literatura. Pelo texto, Euclides faz uma interpretação do Brasil, “e ali estão com suas vestes características, os seus hábitos antigos, o seu estranho aferro às tradições mais remotas, o seu sentimento religioso levado até ao fanatismo, e o seu exagerado ponto de honra, e o seu folclore belíssimo de rimas de três séculos...” (CUNHA, 2016, p. 122) com o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade o sofrimento do povo nordestino. Além disso, Euclides da Cunha era envolvido em questões sociais e políticas e seu atributo era que, mesmo tendo vínculo com o governo e sendo um defensor do regime republicano, teve um olhar atento para com aquele povo sofrido.

Nota-se a influência da arte literária na formação de um povo e, nesse contexto, a literatura teve um papel preponderante na inversão de valores, revelando o que até então não era de conhecimento da sociedade. Pelas vias literárias, o escritor faz uso da memória e desconstói a ideia do sertanejo sem cultura e desengonçado ao trazer novos significados por meio de novas apresentações: “o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias” (CUNHA, 2016, p. 134).

A literatura antecipa interpretações e é uma fonte de reflexão para a história, permite pensar problemas da teoria da história, como a memória, o esquecimento, a realidade, a violência e o trauma. Ela rompe com padrões dominantes da historiografia, compreendendo um conjunto de estratégias a fim de evidenciar acontecimentos passados. Assim, a arte literária, juntamente com a história, assume um papel desafiador reflexivo, que promove ao leitor diferentes interpretações e captura elementos que separadamente não os fariam. A relação de Euclides da Cunha com a História das Ciências no Brasil se dá a partir da sua formação e atuação como engenheiro. Ele foi influenciado pelas ideias

deterministas e positivistas, colocando-as em prática suas pesquisas e seu empirismo por meio da escrita. Em a *Terra* e o *Homem*, respectivamente primeira e segunda partes do livro, são basicamente um estudo científico e, a *Luta*, última parte, ficou responsável por narrar a guerra. De fato, uma ornamentação literária, uma “obra de revelação”, como aponta Gilberto Freyre (1966).

A História da Ciência no Brasil teve início com a criação de cursos notáveis, como o Observatório Imperial em 1871 e a Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, instituições das quais Euclides da Cunha foi aluno. Esses novos cursos deram espaço para a prática científica, influenciando estudiosos a participarem das ideias progressistas oriundas da modernidade. Esse novo olhar voltado para a ciência visava observar, analisar e difundir conhecimento, transpondo barreiras retardatárias e caminhando rumo a novas práticas.

Diversas correntes de pensamentos, tais como o darwinismo¹⁴, o positivismo¹⁵, o spencerismo¹⁶ e o determinismo¹⁷ contribuíram para essa base científica, impulsionando os estudiosos a enxergarem o fim do monarquismo e do regime escravocrata. Essas correntes passam a ser defendidas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, na Faculdade de Direito de Recife, nas Escolas de Medicina da Bahia, do Rio de Janeiro e na Escola Militar também do Rio de Janeiro, compondo as disciplinas de Ciências Físicas, Naturais e de Matemática, conforme aponta Santana (2001). Essas correntes de pensamentos caracterizaram parte do aparelhamento científico utilizado por Euclides da Cunha, que buscava compreender e elucidar os acontecimentos no Brasil ocorridos na segunda metade do século XIX.

José Leonardo do Nascimento (2011) explica que Euclides da Cunha foi um crítico e esteta que escreveu sobre a atividade artística. Ele estabeleceu vínculos entre a arte e o conhecimento humano e que, em um certo período da sua trajetória, estudou sobre arte, seu significado, quais os vínculos possuía com o conhecimento racional e o papel que ela exercia na ação humana. O escritor era intimamente ligado ao cientificismo. Comungava das ideias defendidas pela filosofia da história do século XIX,

¹⁴ Na Teoria da Evolução de Charles Darwin, o ambiente, por meio de uma seleção natural, determina as características e/ou variações do indivíduo, acontecendo assim, uma adaptação do homem ao ambiente, em busca da sobrevivência.

¹⁵ Corrente teórica desenvolvida pelo sociólogo Auguste Comte, ciência que defendia o progresso moral e científico contínuo da humanidade, baseando-se na ordem social e no desenvolvimento das ciências.

¹⁶ Corrente defendida pelo filósofo Herbert Spencer, a favor do liberalismo, garantia das liberdades individuais e do positivismo, em defesa do progresso humano.

¹⁷ Teoria de que o meio, determina o homem. As escolhas do homem são predeterminadas pela natureza, baseando-as nas relações de causalidade.

compreendendo que a história do homem era interpolada por fases necessárias e que o progresso do cientificismo obtinha relações com a teoria da evolução histórica. De acordo com ele, a arte teria como principal função servir à ciência, criar mecanismos como forma de definições científicas alcançando o meio social e elevar a consciência humana. Em outras palavras, a arte viria como um meio de induzir, resumir e propagar os conhecimentos científicos, de forma que a subjetividade, as emoções e a personalidade do artista não interferissem nos conceitos finais.

Euclides da Cunha vivenciou um conjunto de atividades que proporcionaram a ele experiências na área das ciências naturais, da engenharia, da geologia, relacionando-se com intelectuais de inúmeras áreas, que inseriram-no à comunidade científica daquele período, compreendendo que “o SERTÃO DE CANUDOS é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte” (CUNHA, 2016, p. 65, grifo do autor), um resumo do estudo da natureza. O escritor foi a fundo em prol da legitimação das suas ideias e interpretou os acontecimentos no Brasil, ao aliar uma perspectiva crítica ao compromisso com a verdade dos acontecimentos. Uma gama de possibilidades é aberta a partir de estudos e reflexões sobre o envolvimento de Euclides da Cunha com as ciências da natureza e/ou sociais, contribuindo com a valorização dessas ciências e, ao mesmo tempo, ao desvendar as relações existentes com outras áreas do saber.

Percebe-se que o interesse pelas ciências estava associado às suas práticas profissionais, tanto em interesses intelectuais quanto políticos e sociais, aplicando os conhecimentos adquiridos no decorrer da sua trajetória e firmado ao progresso do país. Uma das características da modernização, no final do século XIX, era a crença no progresso. Os intelectuais correlacionavam progresso e ciência, o progresso da nação dependeria da divulgação da ciência. Com base nessa justificativa, compreende-se que a maioria da escrita d’*Os Sertões* foi proveniente e adquirida nos estudos de Euclides da Cunha na Escola Militar:

Tinha estudado na Escola química orgânica, mineralogia, geologia, botânica, arquitetura civil e militar, construção de estradas, desenho topográfico, ótica, astronomia, geodésia, administração militar, tática e estratégia, história militar, balística, mecânica racional, tecnologia militar e as matemáticas. Afora outras, de natureza diversa destas, como direito natural e direito público, direito militar, análise de constituição, direito internacional relacionado às relações de guerra etc (GALVÃO, 1994, p. 624).

É importante ressaltar que Euclides da Cunha tinha um interesse maior pelas Ciências da Natureza, já que a maior parte do seu trabalho e estudo eram associados à

geologia, às ciências naturais e à botânica, inclusive, de acordo com Santana (2001), as melhores notas do escritor eram nessas disciplinas. Existia uma interação do escritor com a natureza. Suas leituras nas horas vagas eram de temas relacionados a essas, tanto que um dos livros de cabeceira do escritor era o livro francês da disciplina de Mineralogia e Geologia, adotado na Escola Militar, *Éléments de Géologie et de Paléontologie*, utilizado durante a formação e atuação de Euclides da Cunha, e, posteriormente, empregado na escrita d'*Os Sertões*.

De acordo com Santana (2001), Euclides nunca escondeu seu desejo em conquistar uma cadeira na Escola de Engenharia. Prova disso é que, em vários escritos a amigos e correspondentes, manifestava seus anseios pela profissão. O escritor buscava uma atividade estável e que abrisse seus dias, pois exercia um trabalho com condições precárias enquanto engenheiro na Superintendência de Obras Públicas do estado de São Paulo. Sempre preocupado com seu futuro e com as realizações almejadas, além da cadeira de Engenharia, idealizava, como segunda e terceira opção, a cadeira de Física Experimental e a de Mineralogia e Geologia. Se não as obtivessem por indicações, que seria por meio de concurso.

Dessa forma, o engenheiro destemido manifestava, nos artigos e jornais publicados, suas ideias referentes às ciências. Estudava nas horas vagas, vivia “ [...] em perene conflito com a minha engenharia obscura, cujas exigências me afastam de outras ocupações mais atraentes, às quais somente dedico um ou quarto de hora de folga nos meus dias fatigantes de operário” (SANTANA, 2001, p. 77). Ansiava tempo para suas atividades científicas rumo à construção do progresso. Após a publicação d'*Os Sertões*, foi consagrado a escritor pela comunidade científica da época. Filiou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1903, e aproximou-se de cientistas renomados como Orville Derby e Teodoro Sampaio, responsáveis pelo elo entre o escritor e o associativismo científico. Além disso, Orville Derby teria fornecido a Euclides da Cunha “notas valiosas sobre a geologia do Brasil” (FREYRE, 1987, p. 32) que auxiliaram na escrita d'*Os Sertões*. Assim, percebe-se que os olhares sobre ciência e arte de Euclides da Cunha foram essenciais para a sua consagração enquanto escritor que “dormiu desconhecido e acordou famoso” (SANTANA, 2001, p. 20).

Os Sertões foi escrito em um contexto histórico tenebroso, repleto de incertezas e mudanças, no qual a História do Brasil estava sujeita a uma série de acontecimentos políticos, sociais e econômicos. Nesse contexto de interesses e insatisfações, militares e a elite civil se uniram contra um golpe de Estado, expulsando a família real do Brasil e

derrubando a Monarquia. Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o regime monárquico deixou de fixar suas raízes, juntamente com suas inúmeras anomalias herdadas dos tempos coloniais, como a escravidão, a má distribuição de terras e as desproporções das riquezas da nação. Mesmo com o fim da Monarquia e a instauração da República, os problemas sociais que existiam permaneceram. Com o término do regime escravocrata, aumentou significadamente o número de pessoas desempregadas, sem moradia, permanecendo nas mãos de uma minoria a concentração das terras. Nesse período de insatisfação, surge o messiânico Antônio Conselheiro, com discurso religioso pregando contra os impostos abusivos cobrados pela República, incentivando a população sertaneja a não aceitar a imposição do “sistema político recém-instaurado” (CUNHA, 2016, p. 289). Fragilizada e objetivando restaurar seu prestígio, a República dá início a sanguinolenta Guerra de Canudos.

Com o advento republicano, o país enfrentou várias mudanças. Houve uma descentralização política e econômica do governo, aumentando a autonomia dos governadores e, conseqüentemente, a necessidade de criação de novas funções mediante o processo de industrialização e urbanização. Durante esse período de transformações, acontece a Guerra de Canudos:

A pique ainda das lastimáveis conseqüências de sanguinolenta guerra civil, que rematara ininterrupta série de sedições e revoltas, emergentes desde os primeiros dias do novo regime, a sociedade brasileira, em 1897, tinha alto grau de receptividade para a instrução de todos os elementos revolucionários e dispersivos (CUNHA, 2016, p. 289).

Em meio a esse período de transição da Monarquia para República, acontece a Guerra de Canudos. Uma manifestação do governo contra Antônio Conselheiro e seus seguidores, acusados de serem monarquistas e que “pregava contra República” (CUNHA, 2016, p. 210), incriminados de enfraquecer o governo e dividir o país. Chega Euclides da Cunha, enviado como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, descrevendo o interior do país em uma região inóspita e desconhecida. Enveredou-se por um caminho ainda não percorrido pelos escritores brasileiros. Ele consagrou o sertanejo a herói, ou seja, homens com habilidades superiores de sobrevivência, e, em contrapartida, demonstrou a manifestação de ódio por parte do governo, que desejava controlar a todos e impedir “o alastramento da nevrose” (CUNHA, 2016, p. 248), extinguindo aquele movimento antirrepublicano, assim considerado pela governança.

Preocupado com a qualidade das suas informações e conhecimentos científicos,

Euclides da Cunha menciona tanto na *Caderneta de campo*, que utilizava para anotar os acontecimentos, quanto nas reportagens enviadas para o jornal *O Estado de S. Paulo*, a necessidade de ouvir profissionais especialistas em diferentes áreas em busca de sanar deficiências da sua primeira escrita. A *Caderneta de campo* e seus amigos cientistas seriam seus interlocutores, intermediando-o ao longo da escrita do livro, tanto no que se refere à geologia como à guerra em si:

Estive com o Fávila correspondente da Gazeta. Visitei às 9 horas o hospital de sangue sob a direção inteligente do dr. Cúrio. Telegrafei p.^a o Estado. Continuei e terminei pálido esboço de Canudos. Recebi jornais do Pará. Mandeí p.^a Monte Santo pelo alferes – os animais q. trouxe. O general Artur mandou copiar e entregou-me o plano de ataque que deu p.^a o assalto a Canudos (ANDRADE, 2009, p. 140).

Com os estudos diversos que fazia de trabalhos científicos, Euclides propiciou embasamentos teóricos para a escrita d’*Os Sertões*. Possuía uma fortuna de impressões acerca da região, colocando em curso o conhecimento adquirido pelas leituras e pelas vias empíricas. No discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, o escritor enfatizou: “escritor por acidente – eu habituei-me a andar terra a terra, abreviando o espírito à contemplação dos fatos de ordem física adstritos às leis mais simples e gerais”¹⁸. Buscou, dessa forma, o triunfo como escritor e também um integrante da comunidade científica. É certo que o principal acontecimento responsável pela ascensão de Euclides da Cunha como um homem das ciências foi cobrir a Guerra de Canudos e, por meio das suas incursões literárias, revelou os fatos ocorridos no Sertão da Bahia.

O texto de Euclides da Cunha continua atuante e é objeto de estudo de diferentes saberes, como da História, Geologia, Sociologia e etc. Ele recria os acontecimentos por meio da linguagem e da memória, de forma que este evento traumático tenha ficado marcado na história nacional. O escritor recorre, muitas vezes, a metáforas para expressar seu descontentamento e, assim, produzir uma escrita de denúncia contra a República: “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo.” (CUNHA, 2016, p. 34). No trecho, percebe-se a presença da memória como a experiência adquirida pelo autor. Logo, as lembranças que foram conservadas por ele e por outras testemunhas, por intermédio da escrita, são reproduzidas e criando novos estímulos no presente. De acordo com Paul Ricoeur (2007), a memória é a rememoração do passado. É uma busca das memórias perdidas e tem a

¹⁸ Discurso de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/discursos-e-entrevistas/>

capacidade de guardar, por meio das lembranças, o tempo que se foi.

Os Sertões é um livro de relatos historiográficos que remetem à ideia do trânsito entre o narrador em terceira pessoa e o observador. Euclides da Cunha transcreveu a Guerra utilizando da interdisciplinaridade. Descreveu e analisou o conflito, o que despertou a consciência social nos leitores que, até então, não tinham conhecimento das dificuldades enfrentadas pelo povo sertanejo. *Os Sertões* tem como o intuito de levar o conhecimento à sociedade e contribuir com a democratização do saber, almejando uma nova interpretação do Brasil. O escritor carioca propôs mostrar a face cotidiana e a realidade das disparidades existentes no país, transcendendo o conflito e descortinando a verdadeira face do governo brasileiro, o qual estava preocupado em arrecadar impostos e controlar o povo.

E nessa aproximação entre História, a ciência que estuda o homem, suas ações no tempo e acontecimentos passados, e a Literatura, que compreende a cultura de um povo, é arte, que o autor reconstrói, por meio da memória, o episódio acontecido no povoado de Canudos. Euclides reproduziu os fatos trazendo à tona o passado, revelando com efeito as ideologias defendidas pela República, que até então encontravam-se ofuscadas pelo governo: “os governadores de Estado, os Congressos, as corporações municipais continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança.” (CUNHA, 2016, p. 357). Dessa forma, percebe-se que a Literatura tem a capacidade de orientar, contribuindo na possibilidade de leitura, ou seja, por meio dela o indivíduo entende conceitos, culturas, transmissões de valores, “ela é fator indispensável de humanização, [...] um instrumento poderoso de instrução e educação [...] confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate”, como afirma Antônio Candido (2004, p. 175). Ela desenvolve o senso crítico, ao possibilitar a interpretação das realidades sociais e atentar para novas experiências, como se lê em: “O martírio do homem, ali, é o reflexo de tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida.” (CUNHA, 2016, p. 89). E juntamente com a Literatura, a História, que é responsável por narrar os acontecimentos, norteando o homem no espaço e no tempo, possibilita a compreensão das relações sociais desencadeadas nas sociedades. Nesse caso, esta ciência está incumbida de buscar informações do genocídio ocorrido em Canudos e de reproduzi-los aos leitores. Portanto, percebe-se que para a criação do livro foi necessário o conhecimento interdisciplinar. Enquanto a História descortina e reproduz os fatos, ao narrar os acontecimentos vividos, a Literatura cuida de transmiti-los de forma interpretativa, explicando os acontecimentos por meio de novas abordagens. Assim, cada uma contribui, de forma complementar,

conforme entendem Paulo Alberto da Silva Sales e Zênia de Faria (2017, p. 53): “um saber não pode ser confundido com o outro, mas sim, suplementado, corroborado”.

Euclides pretende não apenas contar o que vivenciou, mas explicar cientificamente o fenômeno da guerra com base nas teorias vigentes, como o determinismo e os conhecimentos de sociologia que possuía. Ele destaca que “a terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatado, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios” (CUNHA, 2016, p. 108) por meio da narrativa e, com um gênero literário indefinido, envereda-se pelos campos artísticos, historiográficos, geológicos, etnográficos e científicos desencadeando uma mistura, um hibridismo de temas.

A narrativa euclidiana faz uma espécie de lastro bibliográfico que utiliza como suporte e fundamentação teórica inúmeros autores brasileiros e principalmente estrangeiros, como Hippolyte Taine, historiador francês que baseava-se do determinismo para compreender o homem e seu momento histórico, Ernest Renan, historiador estudioso do cristianismo e do nacionalismo, Henry Thomas Buckle, historiador britânico responsável por influenciar intelectuais brasileiros no século XIX, Nina Rodrigues, “médico maranhense, psiquiatra, antropólogo e professor de Medicina Legal na Bahia. O primeiro a estudar cientificamente o negro brasileiro do ponto de vista cultural e biológico-racial” (CUNHA, 2016, p. 599), e Ludwig Gumplowicz, um político e professor universitário polonês, autor de uma teoria sociológica baseada na luta de raças e conquista dos povos mais fracos pelos mais fortes. Vale ressaltar que esses estudiosos, assim como outros citados no livro, influenciaram de forma direta na escrita euclidiana, o que acabou contribuindo com as teorias e ideologias defendidas por cada um. Utilizou-se das fontes para dar validação científica ao seu trabalho, transformando detalhes da guerra em dados completos: “reflete – em círculo diminuto – esse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, luta comovedora e terna caracterizada pelo belo axioma de Gumplowicz” (CUNHA, 2016, p. 130). *Os Sertões* é um livro que “socializa saberes”, como explica Santana (2001, p. 141), em que o escritor incorporou inúmeras ideologias nas investigações antropológicas brasileiras que realizou, transformando-as no sustentáculo da sua obra-mestra:

Os estudos sobre a pré-história indígena patenteiam modelos de observação sutil e conceito crítico brilhante [...] Neste belo esforço, rematado pela profunda elaboração paleontológica de Wilhelm Lund, destacam-se o nome de Morton, a intuição genial de Frederico Hartt, a inteira organização científica de Meyer, a rara lucidez de Trajano de Moura, e muitos outros cujos trabalhos

reforçam os de Nott e Gordon (CUNHA, 2016, p. 93).

Euclides da Cunha embasou-se em historiadores que seguiam a mesma corrente de pensamento naturalista defendida por ele, de uma historiografia baseada na natureza. Nessa vertente, percebe-se que o escritor fez essa relação com as ciências naturais, utilizando-se de uma perspectiva histórico-literária para a escrita d'*Os Sertões*, somando as fontes históricas aos conteúdos ficcionais. O escritor proporciona ao leitor compreender as causas fidedignas que instigaram o exército a cometer tamanhas atrocidades durante a campanha, um movimento armado instaurado com o objetivo de aniquilar o povo sertanejo: “aquilo não era um assalto. Era um combater temerário contra barricada monstruosa, que se tornava cada vez mais impenetrável à medida que a arruinavam e carbonizavam” (CUNHA, 2016, p. 35). Movidos pelo espírito republicano implantado naquele período, acreditavam que, se extinguissem os adeptos da Monarquia considerados como um centro de resistência, estariam recuperando a ordem do país.

Apesar do engenheiro não ser historiador por formação, desempenhou com êxito essa função durante suas pesquisas no Sertão. Buscou, insistentemente, dialogar com a realidade dos acontecimentos:

Havia ali uma inversão de papéis. Os homens aparelhados pelos recursos bélicos da indústria moderna é que eram materialmente fortes e brutais, jogando pela boca dos canhões toneladas de aço em cima dos rebeldes que lhe antepunham a esgrima magistral de inexplicáveis ardis”(CUNHA, 2016, p. 416).

O modo grosseiro com pouco rigor de Euclides da Cunha nas referências teóricas e citações das fontes utilizadas é algo discutido entre alguns autores como José Calasans, “um pioneiro na história oral e no levantamento da documentação sobre Canudos, tendo entrevistado sobreviventes ainda nos anos de 1950” (GALVÃO, 2009, p. 11), como por exemplo nesse trecho: “é certo que o consórcio afro-lusitano era velho, anterior mesmo ao descobrimento, porque se consumara desde o século XV, com os azenegues e jalofos de Gil Eanes e Antão Gonçalves” (CUNHA, 2016, p. 114). Vê-se que o escritor cita rapidamente o nome de navegadores portugueses sem especificar a fonte da informação. Contudo, convém destacar que o jornalista e escritor não teve o arcabouço teórico que se espera de um especialista da área, tampouco compreendia a importância de pormenorizar tais aspectos. O objetivo de Euclides era compreender e explicar os recentes acontecimentos da guerra que estava presenciando. O engenheiro-letrado foi além do que se poderia esperar de um escritor em formação, já que registrou relatos, acontecimentos

violentos e produziu uma escrita artística de cunho histórico, fruto da acumulação de leituras realizadas das vivências e da sua capacidade imaginativa literária.

Sob esse enfoque, esse autor fez uma abordagem histórica de Canudos comparando os acontecimentos do Sertão baiano com a insurreição camponesa ocorrida na França, na cidade de Vendéia. Dois artigos seus foram publicados e intitulados como *A Nossa Vendéia*. Neles, há uma aproximação entre ambos acontecimentos, acreditando que tinham em comum um movimento de camponeses fanáticos: “vimos no agitador sertanejo, do qual a revolta era um aspecto da própria rebeldia contra a ordem natural, adversário sério, estrênuo paladino do extinto regime, capaz de derruir as instituições nascentes. E Canudos era a Vendéia ...” (CUNHA, 2016, p. 212). É como se a história da Vendéia estivesse sendo repetida em Canudos, com os mesmos objetivos da revolta vendeiana. Ambas as regiões eram inóspitas, afastadas e isoladas, apartadas da civilização, marcadas pelo monarquismo, fanatismo e barbárie. Esse equívoco foi sanado no decorrer da escrita d’*Os Sertões*, quando Euclides desmistificou aquele movimento e descobriu que não se tratava de uma campanha política mas, sim, messiânica.

Entre as possibilidades de análise, constata-se que sua escrita vem desmistificar o Sertão brasileiro ao dar relevo aos problemas e as dificuldades enfrentadas pelo povo nordestino em virtude da seca, além do desemprego e da desigualdade social. A seca é um dos fatores responsáveis pelos problemas causados naquela terra: “ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os ares urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestando; ruge o Nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos ...” (CUNHA, 2016, p. 71). Além de fazer um retrato do país, ele traz para o ponto de partida do pensamento questionamentos das razões do atraso do Nordeste e do Brasil em relação a outros países, ao destacar o descaso e o abandono dos sertanejos. Eles sobreviviam em uma região inóspita e sem recursos. Portanto, a obra apresenta, dentre outras coisas, o sofrimento, a seca, a fome, a desigualdade social, além de aproximar o leitor do martírio sofrido por aquele povo a partir das caracterizações geológicas do Sertão.

Ao unir ciência e arte, *Os Sertões* permite entender o conflito ocorrido no Sertão baiano, que terminou com cerca de 25 mil mortes e destruiu um arraial inteiro: “caiu o arraial a 5 [de outubro de 1897]. No dia 6 acabaram de o destruir, desmanchando-lhe as casas, 5.200, cuidadosamente contadas” (CUNHA, 2016, p. 574). Com a vitória da República, Canudos sofre com a dizimação dos sertanejos e transforma-se em abafamento da nacionalidade. A guerra revelou-se “a ignomínia de uma chacina de pobres-diabos”

(GALVÃO, 2010, p. 74), ao evidenciar que não houve nenhuma conspiração monárquica, revelando o massacre e a prática de degolar em público os canudenses indefesos e, que os sertanejos serviram como bode expiatório, desempenhando, involuntariamente, o papel de antagonistas incriminados de forjarem a ordem nacional.

Os Sertões é um livro singular, em que o conteúdo literário não é apenas literatura, mas, também, ciência. Uma narrativa historiográfica com passagens ficcionais, uma vez que retrata relatos do passado. Embora a escrita euclidiana contenha passagens imaginativas, possui um discurso historiográfico predominante, que segue uma cronologia e interpretação dos fatos. A ciência e a arte estão imbricadas e estabelecem uma ligação estreita entre ambas, pois ao mesmo tempo que Euclides da Cunha narra o genocídio contra os sertanejos, ele desperta no leitor um sentimento de solidariedade, ao aguçar a empatia e amor ao próximo. Com um discurso transformador e atual, o escritor trata não apenas do massacre em Canudos, mas faz referência ao sofrimento e à morte dos menos favorecidos causados pela indiferença e pelo ódio da classe dominante.

O livro se vale de um fato histórico ocorrido no final do século XIX. Narra-se a trajetória e o sofrimento do povo sertanejo, ao passo que contêm cenas horrendas ocorridas no arraial de Canudos: “e depararam um monte de cadáveres; seis ou oito, caídos uns sobre os outros, abarrecendo a entrada” (CUNHA, 2016, p. 543). No entanto, ele também possui elementos artísticos que criam um vínculo entre a fantasia e a realidade “existindo uma relação curiosa entre a imaginação explicativa do cientista, e a imaginação fantástica, ficcional, ou poética, do artista e do escritor” (CANDIDO, 1999, p. 83). A literatura ainda aparece “como forma de manifestação universal de todos os homens em todos os tempos”, um fator indispensável para a humanização, conforme ensina Candido (2004, p. 174). Dessa forma, percebe-se que a narrativa euclidiana é composta por atributos reflexivos e imaginativos, integrada por elementos históricos e literários, possuindo os dois lados, indissociáveis, “era uma colmeia alarmada: grupos inúmeros, dispersos, entrecruzando-se no lago, derivando às carreiras pelas barrancas do rio, dirigindo-se para as igrejas, rompendo, sopesando as armas, dos becos; saltando pelos tetos...” (CUNHA, 2016, 325). Por meio da junção entre essas duas disciplinas, o escritor promove uma combinação entre os valores defendidos pela ciência e os literários, enquanto a ciência preza em relatar os fatos na íntegra, de forma objetiva, a literatura se preocupa em interpretar e explicar para o leitor a causa dos acontecimentos. Assim, essa aproximação entre ciência e arte desempenha um papel relevante para os estudiosos da historiografia e da literatura, revelando o valor científico, assim como literário dentro do

texto, um trabalho de polígrafo, assim definido por Galvão (2009).

Euclides da Cunha acreditava que, por meio da arte, se formava um povo e, por intermédio da junção, era possível promover uma fusão entre o pensamento moderno, realista e literário. Foi com essa ideia que denunciou diversas violências contra os sertanejos. O olhar científico e literário do escritor explica a atualidade e a necessidade dos seus escritos serem revisados e estudados no século atual, pois trata-se de um livro composto por um conjunto numeroso de conhecimentos, organizados e articulados de maneira artística em uma escrita que explica as dinâmicas sociais brasileiras. Assim, ele entremeia ciência e arte para escrever a narrativa e se vale da imaginação para explicar os acontecimentos ocorridos no território brasileiro, especialmente na região sertaneja baiana. Desse modo, partindo dos estímulos da realidade, usou-se da ficção para elucidar o passado. Com seu texto ornamental, descortina verdades e proporciona ao leitor múltiplas inserções. Com sua hibridez, trata de diversos temas, inclusive de que a aproximação entre ciência e arte é a tendência mais elevada do pensamento humano.

O escritor, com seu estilo naturalista, faz um hibridismo muito forte, mesclando História e Literatura: “Fulminavam-nos. Percebiam-se, adiante quinze metros, gritos dilacerantes de cólera e de dor; dois ou três corpos escabujando à beira das cacimbas” (CUNHA, 2016, p. 544). Descreve o confronto ocorrido em uma disputa hegemônica entre sertanejos e republicanos. A “Bíblia da nacionalidade” (CUNHA, 1926, p. 30), título dado a *Os Sertões*, foi consagrada como obra-prima da língua portuguesa, uma enciclopédia que reunindo diversos textos e autores com métodos inovadores. O escritor faz uma caminhada pelo Brasil e, pelas vias literárias, denuncia, critica e analisa o contexto histórico ocorrido no arraial de Canudos.

2.2 Elementos críticos, literários e analíticos na ironia e denúncia

Euclides da Cunha foi reconhecido como um artista da palavra e criticado pela falta de simplicidade na escrita, mas desempenhou um árduo trabalho de análise da sociedade brasileira e produziu uma valiosa obra de arte. Em resposta às críticas que José Veríssimo teceu em um artigo, fez uma devolutiva escrevendo sobre a arte e a ciência, justificando o emprego dos termos técnicos utilizados:

Demonstra-o o belo artigo que acabo de ler, no qual, atendendo principalmente às observações relativas à minha maneira de escrever, colhi proveitosos ensinamentos. Num ponto apenas vacilo — o que se refere ao emprego de

termos técnicos. Aí, a meu ver, a crítica não foi justa. Sagrados pela ciência e sendo de algum modo, permita-me a expressão, os aristocratas da linguagem, nada justifica o sistemático desprezo que lhes votam os homens de letras — sobretudo se considerarmos que o consórcio da ciência e da arte, sob qualquer de seus aspectos, e a tendência mais elevada do pensamento humano. Um grande sábio e um notável escritor, igualmente notável como químico e como prosador, Berthelot, definiu, faz poucos anos, o fenômeno, no memorável d com que entrou na Academia Francesa. Segundo se colhe de suas deduções rigorosíssimas, o escritor futuro será forçosamente um polígrafo; e qualquer trabalho literário se distinguirá dos estritamente científicos, apenas, por uma síntese mais delicada, excluída apenas a aridez característica das análises e das experiências. Se não mo impedisse esta minha vida perturbada de *commis-voyageur* da engenharia (e hoje mesmo seguirei para 5. Luís do Paraitinga em viagem urgente!) abordaria esta questão pela imprensa¹⁹.

Euclides da Cunha ainda acrescenta que, para haver a impressão artística, exige-se uma noção científica sem exageros para que não sobrecarregue o livro, mantendo-se a afeição sintética e, sobretudo, a obra de arte. Além do ápice dos artigos intitulados *A Nossa Vendeia*, o escritor, com seu habitual estilo crítico, publicou o artigo *A vida das estátuas*, que posteriormente foi adicionado na coletânea de textos do livro *Contrastes e confrontos*, publicado em 1907. O artigo foi uma reivindicação de Euclides da Cunha para que inaugurassem a estátua esculpida em homenagem ao Marechal Ney, comandante militar francês que lutou nas guerras Revolucionárias. Segundo o escritor, era um descaso deixá-la se acabar em ruínas faltando apenas alguns reparos para finalizá-la. Indignado, Euclides da Cunha publica aquele artigo acusando os responsáveis pela falta de respeito: “E um instantâneo prodigioso. Uma vida que se funde no relance de um delírio e num bloco de metal. [...] E que a escultura, sobretudo a escultura heroica, tem por vezes a simultaneidade representativa da pintura, de par com a sucessão rítmica da poesia ou da música²⁰”. Assim, ele alega que não era simplesmente uma estátua que estaria sendo renegada, mas a essência da sua simbologia.

Dessa forma, o trabalho artístico seria o resultado da consciência coletiva de uma sociedade. O que estava em jogo não era o criador daquela estátua, mas o sentimento que ela representava. Compreende-se, então, que o significado daquele monumento está além daquela imagem. O que prevalece são os fatores sociais que influenciaram na magnitude do sentimento comunitário, afinal, a consciência coletiva da sociedade que a originou. Fazendo uma associação das esculturas com *Os Sertões*, percebe-se que o escritor, por intermédio da arte, representou o sentimento popular do sertanejo. Euclides da Cunha

¹⁹ Carta enviada a José Veríssimo. Lorena, 3 dez. 1902. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

²⁰ <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/contrastes-e-confrontos/a-vida-das-estatuas/>

“copiou o sentimento popular” (NASCIMENTO, 2021, p. 19) e reproduzindo-o por meio da linguagem literária. O artista, nesse caso, seria apenas um instrumento de transmissão, ficando a cargo da crítica desvendar e denunciar as “objetividades sociais” (NASCIMENTO, 2011, p. 16) da época. Em algumas passagens d’*Os Sertões*, encontram-se menções às artes plásticas, demonstrando uma sensibilidade do escritor, que, segundo Gilberto Freyre (1987, p. 24), esculpia com palavras, retirando delas “o máximo de recursos esculturais”, caracterizando seus personagens com traços escultóricos:

Daquele arcabouço denegrido e repugnante, [...] despontaram, repentinamente, linhas admiráveis – terrivelmente esculturais – de uma plástica estupenda [...] num desempenho impecável, feito uma estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrida e mutilada, naquela imensa ruína de Canudos (CUNHA, 2016, p. 535).

Euclides da Cunha, com sua sensibilidade de artista e escritor, comprometido com as causas sociais e coletivas, com espírito de combatividade, fez “um sério e fundo estudo social de nosso povo que tem sido o objeto das vossas constantes pesquisas, de vossas leituras, de vossas observações diretas, de vossas viagens, de vossas meditações de toda hora” (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 137 e 138), como enfatizou Silvio Romero, em 1906, durante o discurso de recepção de Euclides da Cunha à Academia de Letras. O livro de denúncia, de uma “vingadora veracidade” (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 54), traz nos meandros dos seus textos a violência cometida contra os sertanejos um massacre: “não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-na, prestes, a facção. Um golpe único, entrando pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido...” (CUNHA, 2016, p. 531). Em que o governo suprimiu um grupo messiânico liderado por Antônio Conselheiro, acusou-os de monarquistas e enviou o exército para combatê-los.

Outro ponto crítico explorado por Euclides foi a falta de organização e desequilíbrio do exército, enquanto perdeu três expedições, mesmo “magnificamente armados” (CUNHA, 2016, p. 399). Os sertanejos lutavam com pedras, espadas, facões e outros materiais rústicos. Era uma luta desigual que causou um grande derramamento de sangue que, previamente, era considerada como “uma batalha vencida” (CUNHA, 2016, p. 501). A princípio, Euclides da Cunha acreditava que a República era imortal e que a ação do governo era justa e necessária. Mas quando chegou ao campo, percebeu que o conhecimento daquele povo era em “função imediata da terra” (CUNHA, 2016, p. 155).

Viviam de uma agricultura rudimentar das plantações pela beira dos rios e não se tratava de bandidos, como estavam sendo acusados, mas, sim, de uma gente castigada pela fome e pela seca. Foi a partir dessa percepção que o escritor decide falar da realidade do Sertão, aspecto, esse que o leva a narrar o sofrimento do sertanejo e suas péssimas condições de vida.

O livro que seria, a princípio, uma narrativa da guerra, “talvez seja nosso primeiro grande ensaio”, segundo Galvão (2009, p. 175), que se transformou no mais importante manuscrito denunciante daquela campanha revela o embate entre os dois Brasis: “são duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, envolvendo sobre os influxos de uma administração única” (CUNHA, 2016, p. 106). Assim, o que era para ser um relato sobre o conflito se tornou um estudo sociológico, antropológico e social de um tipo específico de brasileiro: o sertanejo.

No Sertão, não só os canudenses sofriam com a região inóspita, mas qualquer ser vivo que se propusesse a sobreviver naquele lugar cruento. As plantas eram reduzidas a uma espécie invariável com aparência morta e a luta pela vida era uma “batalha surda” (CUNHA, 2016, p. 70). Naquele momento, Euclides da Cunha entendeu que qualquer raça, independente da sua mestiçagem, sofreria com os acontecimentos da vida no Sertão. Nas terras sertanejas, o homem forte se tornara frágil mediante a natureza desoladora e traiçoeira: “ao passo que a caatinga o afoga; [...] repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lanças; e desdobra-se na frente léguas, imutável no aspecto desolado [...] de tortura, da flora agonizante...” (CUNHA, 2016, p. 70).

Gilberto Freyre (2003, p. 54) explica que “por onde se vê que até mesmo onde se supõe conservar-se mais puro o sangue ameríndio ou o híbrido de português com índio chegou o africano: ao coração mesmo da Amazônia, à serra do Norte e aos sertões”. Nesse sentido, o sociólogo ainda acrescenta que a formação das raças no Brasil se deu a partir do contato com a população ameríndia, o que resultou nas primeiras camadas da mestiçagem. Isso causou um choque violento do contato com indivíduos diversos do tipo europeu. Dessa maneira, entende-se que a partir da miscigenação, diferentes culturas e influências sociais foram impregnadas no meio, além de fatores econômicos, políticos e sociais que foram decisivos na formação do Brasil.

Compreende-se que em *Os Sertões* os estudos e levantamentos referentes à etnologia brasileira são profundos. Para Euclides da Cunha “não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca. [...] A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social. Estamos condenados à civilização” (CUNHA, 2016, p. 97). Nessa visão, o homem precisa adaptar-se ao desenvolvimento das civilizações para então progredir. Caso contrário, a derrota é infalível. Durante a estadia no arraial de Canudos, Euclides percebe que os relatos dos correspondentes da guerra não correspondiam com as cenas que ele vivenciou. De acordo com as manchetes dos jornais, os sertanejos visavam acabar com a República, retardando ainda mais o desenvolvimento da nação. Ao fixar-se naquele povoado, o escritor compreende que aquela campanha era um crime e decide denunciá-lo.

Na *Luta*, o autor reúne várias testemunhas e promove um diálogo entre as vozes. Segundo Galvão (2009, p. 43), trata-se de “um diálogo *in absentia*”, ou seja, sem a presença do interlocutor. Seu propósito era colher testemunho e também testemunhar um crime ocorrido no arraial de Canudos. Ao longo das páginas, o escritor narra os acontecimentos e descreve cenas de degolações e de extermínios que foram presenciados por ele. A ironia está presente em diversos elementos que se afastam ao jogar com as palavras, ao revelar, por exemplo, que aquele era “espetáculo triste” de um crime “inútil e bárbaro”.

Além de desvendar um país profundo e autêntico, o livro cientificista apresenta uma ironia que nasce de elementos que se repelem: “eram, realmente, frágeis aqueles pobres rebelados... Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta. Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador – a bala” (CUNHA, 2016, p. 214). Nota-se uma ironia propositada conforme pontua Galvão (2009). A autora ainda acrescenta que *Os Sertões* vem a ser o *epos* da modernização. Há na voz narrativa uma mistura de épico e trágico composta por um determinismo que “mimetiza a Bíblia”, de Gênesis à Apocalipse. Soma-se a essas estratégias ironias e oxímoros, tais como “natureza morta” (CUNHA, 2016, p. 195) e “flora decídua” (CUNHA, 2016, p. 48). Outro autor importante que trabalha sobre essa temática, a ironia, é o historiador Hayden White (2019). Segundo ele, os documentos históricos, muitas vezes, querem dizer algo além do que está escrito e cabe ao historiador decifrá-los e “querer dizer” o que foi distinguido, valendo-se da imaginação poética para salvar a reflexão histórica e assim obter diferentes tipos de resultados na pesquisa historiográfica. Essa atitude irônica visa explicar de forma subjetiva os acontecimentos “de maneira mais realista” (WHITE, 2019, p. 384-385) na tentativa de abstrair do passado a verdade dos fatos.

White entende que a ironia é capaz de proporcionar ao leitor a autocrítica, captando as verdades por meio da linguagem. Dessa forma, ela fornece explicações, estrategicamente, que podem ser utilizadas em defesa de posições conservadoras, ideológicas liberais, até mesmo pelo anarquista e/ou pelo radical para “ridicularizar as ideias dos seus opositores liberais ou conservadores” (p. 52). Em outras palavras, o historiador usa a ironia como umas das suas “estratégias conceituais” para explicar e representar suas teorias. Além disso, o autor explica que a ironia, diferentes das outras formas de expressão, representa um outro “estágio da consciência”, pois sua perspectiva realista permite ao leitor fazer uma autocrítica e enxergar a verdade de uma maneira mais madura e diferenciada. Portanto, percebe-se a importância dessa figura de linguagem na escrita historiográfica, já que ela conduz o leitor a chegar a conclusões de eventos passados, tal como Euclides da Cunha faz em várias passagens de seu livro *Os Sertões*.

Em alguns trechos do livro, a ironia é evidente: “o coronel Carlos Teles poupara certa vez um sertanejo prisioneiro. A ferocidade dos sicários retraíra-se diante da alma generosa de um herói...” (CUNHA, 2016, p. 536). Nesse exemplo, comprova-se a ironia demasiada de Euclides, pois a degola dos sertanejos foi algo explícito e extremamente criticado pelo autor. Sendo assim, poupar uma única vida não seria justificativa para consagrá-lo a herói. Em outro tópico, “Passeio dentro de Canudos”, o escritor ironiza, dizendo ser um “passeio atraentíssimo”:

Data belíssima que resume um dos episódios mais viris da nossa história. [...] Soavam livremente as cornetas; andavam-se à vontade por toda a banda, entravam impunemente os comboios diários e correios, levando os últimos, para os lares distantes, as esperanças e as saudades dos triunfadores; grupos descuidados seguiam perlustrando pelas cercanias; improvisavam-se banquetes; e à tarde, formadas à frente dos quartéis de vários comandos, tocavam, nas retretas, as fanfarras dos corpos (CUNHA, 2016, p. 547).

Euclides da Cunha ironiza ao dizer que foi uma data belíssima e que todos caminhavam tranquilamente ao som das cornetas que tocavam as fanfarras dos mortos. Em um tom sarcástico, ainda continua a ironizar: “tinham valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades” (CUNHA, 2016, p. 531). Aqui, faz-se menção ao homem valente, herói, que aparece no texto como homens mais atrasados que os próprios sertanejos que levam o leitor a refletir sobre o conceito de “povo bárbaro” e de “povo civilizado”. Dessa maneira, percebe-se que Euclides ironiza para denunciar, trazendo em seu texto o

sarcasmo como forma de protesto e ao denunciar a República pelos maus-tratos e prestar solidariedade aquele povo injustiçado.

A chacina ocorrida em Canudos foi considerada pela sociedade brasileira como necessária, já que os cidadãos brasileiros se encontravam imersos no sonho da restauração republicana, revelando-se contra os rudes patrícios. Inúmeras mentiras heroicas foram deflagradas naquela circunstância, ideias alarmadas de que os sertanejos não eram carolas fanáticos, mas um exército terrivelmente armado e disciplinado. As notícias divulgadas pelos jornais e via-telegrafo eram, praticamente, todas sobre a tentativa da restauração monárquica. Os republicanos cantavam a vitória: “calcavam-se numa morte única – Bandidos encurralados! Vitória certa!” (CUNHA, 2016, p. 454). A história vista pela nação foi de uma visão invertida: a de que os sertanejos eram agitadores perigosos e precisavam ser combatidos. Era preciso desmistificar toda aquela campanha cruenta e trazer para a sociedade os fatídicos acontecimentos de Canudos. Não se tratava mais de uma luta contra um bando de monarquistas mas um cenário de tragédia, com “cenas – real, concreta, iniludível” (CUNHA, 2016, p. 523).

Por meio da escrita dessa obra, o autor multifacetado buscou, insistentemente, verossimilhança equivalente aos acontecimentos factuais que, muitas vezes, foram representados pelo imaginário. Além disso, descreveu os resultados do seu estudo científico, fazendo uma mistura entre ficção e realidade. *Os Sertões* foi construído como uma colcha de retalhos, na qual o escritor inseriu reportagens, testemunhos e experiências empíricas, o que esvaneceu o preconceito contra o sertanejo.

Essa costura à mão, construída a partir de várias experiências, tem como resultado final essa escrita emblemática com um discurso denunciativo, que refuta a opinião corrente que priorizava a elite e desmerecia o homem simples. Ela reproduz o “intuito político: o jagunço é tão inapto para aprender a forma republicana como a monárquico-constitucional” (CUNHA, 2016, P. 211). Com sua escrita multifacetada, o autor abre caminhos para diferentes leituras da realidade que rompe com a ideologia de que prevalecia a lei do mais forte. Aboliu a ideia do sertanejo com postura deselegante e deprimente, que estaria ligada a um homem fraco.

Euclides da Cunha, embebido de concepções inovadoras, desencadeou uma abundância de discursos em seu livro ao retratar as condições de sobrevivência dos sertanejos, como também os valores deflagrados pela República com promessas infundadas de transformar o país em uma potência moderna. No entanto, as difundidas promessas não compunham, em seus projetos, a incorporação de valores comuns a todos.

Os interesses atenderiam apenas parte da população alcançando a classe elitizada e dominante da época. O sertanejo “era um animal” (CUNHA, 2016, p. 535), homem sem pátria, não era reconhecido como cidadão e abandonado em sua própria terra. Ele apenas sobrevivia naquele lugar inospitaleiro.

A escrita euclidiana trouxe, em seus meandros, a história de um povo sofrido, renegado e martirizado, em que “a significação superior dos princípios democráticos decaía – sofismada, invertida, anulada, (com um governo exercendo) função combatente e demolidora” (CUNHA, 2016, p. 290) infringia as garantias constitucionais. Durante a batalha, vozes de comando soavam por todos os cantos como palavras mágicas: Pátria, Glória e Liberdade firmadas na derrota dos fanáticos que foram responsabilizados por fomentar a barbárie daquela época, retardatários acusados de atrasar a civilização do país. Aquele cenário desolador de vingança e esmagamento dos inimigos da República vem à tona por meio da escrita euclidiana.

Era preciso escrever, conservar aqueles acontecimentos cheios de medos porque “a História não iria até ali” (CUNHA, 2016, p. 537) e “Era uma cruzada” (2016, p. 447). De um lado, o governo republicano com seu discurso patriótico, atentava contra a vida dos inimigos imaginários. Do outro, o sertanejo, que defendia seu lar invadido. Era um espetáculo de morte. Dessa forma, *Os Sertões* narrou as diferenças existentes entre os povos das regiões do país e descreveu o sertanejo “antes de tudo como um forte”. Segundo sua visão, o jagunço era mais perigoso e valente, enquanto o gaúcho do Sul possuía habilidades e valentia. Já “o vaqueiro do norte é a sua antítese. Na postura, no gesto, na palavra, na índole e nos hábitos não há equipará-los. (O gaúcho do Sul é) adepto a uma natureza carinhosa que o encanta [...] A luta pela vida não lhe assume o caráter selvagem da dos sertões do norte” (CUNHA, 2106, p. 135). Euclides da Cunha foi atravessado pelos acontecimentos e propiciou experiências que contribuíram de forma incisiva na escrita do livro, trazendo os fatos do passado para o presente e para o futuro.

Essa obra se torna precursora do modernismo no Brasil por meio de seu teor crítico e denunciativo. O livro traz, em seus meandros, aspectos de uma tradição literária ocidental antiga e moderna. De acordo com Galvão (2009), encontra-se uma influência muito forte de Victor Hugo no texto euclidiano, que foi um defensor dos menos favorecidos e conhecido como um escritor denunciante que se preocupava com as questões humanas e sociais. Além disso, ele tinha uma forte ligação com a natureza. Buscava, também, um elo entre homem e o universo natural e almejava, como Euclides da Cunha, uma vida peregrina. Desse modo, percebe-se que o escritor carioca não só

bebeu da fonte de Victor Hugo mas, também, foi de fato influenciado pelas ideologias defendidas pelo francês, comprometendo-se a difundir a história dos canudenses por meio da escrita. Ele se tornou um dos maiores responsáveis em manter vivo, por meio da memória, da história e da literatura, o massacre ocorrido no Sertão da Bahia.

Euclides da Cunha aproxima o leitor, no bojo d'*Os Sertões*, daquele acontecimento fatídico e reproduz o sofrimento e desperta o senso crítico. Afinal, “*Os Sertões* é um elemento instigador da memória brasileira que nos faz lembrar o que já fizemos e continuamos a fazer com a maioria de nossos compatriotas” (GALVÃO, 1981, p. 84). Na leitura detida da obra, percebe-se que o escritor debruçou-se sobre o estudo da Revolução Francesa e dos principais intelectuais da época. Volta e meia encontram-se associações entre o novo regime, a República, e a Revolução Francesa indicando visíveis semelhanças entre ambas as histórias. Em uma carta enviada para seu amigo Reinaldo Porchat, o escritor menciona: “há ainda uma razão poderosa que fixa a minha posição: pressinto através da feição dúbia de alguns caracteres, através da simpatia suspeita pela revolta, por parte da esquadra estrangeira — o fantasma do 3º Império”²¹. Assim, Euclides da Cunha viu o Sertão e o sertanejo com um olhar profundo. Isso o propiciou fazer um diagnóstico daquele local e das pessoas que ali viviam, interpretando o homem e a guerra em pormenorizadas explicações.

Os Sertões é composto por inúmeros flagrantes do homem, da natureza e até dos animais, que foram capturados pelos olhos das testemunhas e arquivados em suas memórias e, posteriormente, eternizados pela escrita. Envolto nos acontecimentos, cumpre sua missão de denunciante narrando um dos maiores massacres ocorridos nas terras brasileiras. Sendo assim, fica explicitada no texto euclidiano a importância da reconstituição e interpretação dos fatos históricos pelas vias narrativas. Ao empregar estratégias para elucidar os acontecimentos, consegue explicá-los e representá-los de forma artística, tornando claro o conteúdo da guerra. Portanto, ao unir elementos críticos, literários e analíticos por meio da narrativa historiográfica, Euclides da Cunha promove uma sequência de esclarecimentos denunciativos e críticos, contextualizando para reproduzir o genocídio ocorrido no arraial de Canudos.

2.3 Narrativa X historiografia: a relação da Nova História com o Trauma e a relação euclidiana com a Nova História

²¹ A Reinaldo Porchat. Rio de Janeiro, 22 de nov. 1893. <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/>

Em meados do século XVIII, um grupo de intelectuais passou a se preocupar com a moral e os costumes da “história da sociedade”. A partir dessa inquietação, surgiu um movimento voltado para à reconstrução de valores e comportamentos do passado ao abranger áreas como a literatura, a arte e a música. Esse conjunto de pesquisadores contava com a participação de escritores de diversas nacionalidades, incluindo Itália, França, Escócia, Alemanha e outros países. Ao longo de várias fases, teve como precursores “Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie” (BURKE, 1991, p. 7), entre outros estudiosos.

As revistas dessa época concentravam suas pesquisas em eventos políticos, enquanto esse novo grupo de estudiosos possuía uma visão mais ampla da história, que discordavam e criticavam a perspectiva política defendida pela história tradicional. Em 1928, Lucien Febvre e Marc Bloch, membros desse grupo, fundaram a revista inicialmente chamada de “*Annales d’histoire économique et sociale*” (BURKE, 1991, p. 23), e passaram a atuar como editores. Desde o início, essa revista tinha como objetivo abordar temas relacionados à história social e econômica da sociedade.

A *École des Annales* foi dividida em três momentos. A primeira fase foi de 1920 a 1945, ao conduzir uma guerra “contra a história tradicional, a história política e a história de eventos” (BURKE, 1991, p. 8). Uma segunda fase se deu após a Segunda Guerra Mundial e uma terceira por volta de 1968, que foi marcada pela fragmentação. A terceira fase da Escola dos Anais, especificamente, é conduzida pelo historiador Jacques Le Goff, o que marca o início da chamada “Nova História”. Essa nova abordagem, que ganhou destaque por meio de uma coleção de trabalhos publicados na revista, rompeu com a perspectiva antiga que se concentrava apenas em assuntos políticos e no Estado, ao adotar uma visão mais abrangente e uma narrativa não-linear na análise dos eventos históricos. Com a criação da Nova História, foi possível realizar estudos mais detalhados e contextualizados dos temas, bem como explorar assuntos que antes eram negligenciados pela historiografia tradicional, tais como a morte, a loucura, o corpo, a fala e o silêncio. Essa nova forma de contar a história abriu espaço para discussões e explicações anteriormente negligenciadas, como o determinismo, que busca compreender como os seres humanos se adaptam ao ambiente natural para garantir sua própria sobrevivência.

Na velha história, as fontes eram predominantemente baseadas em documentos

oficiais controlados pela elite dominante da época, tais como os reis, a igreja e os oficiais. Isso resultava na restrição da história a apenas uma perspectiva, aquela que atendia aos interesses da classe vigente. No entanto, com a Nova História, os pesquisadores passaram a buscar diversas fontes para explorar diferentes indícios e expressões que poderiam explicar a cultura predominante da época, incluindo a poesia, os romances, as pinturas e a arte em geral. Esse novo jeito de se fazer história, com suas características distintas, colaborou com outras disciplinas e a arte, utilizando a interdisciplinaridade para revelar as injustiças que a velha história deixava de expor. A chamada *história vista de baixo* permitiu trazer diferentes versões das pessoas que compunham a sociedade. Segundo White (2019, p. 278), a velha história era uma ciência “ ‘empírica’ e ‘indutiva’, sua filosofia era ‘realista’ e sua arte era antes ‘mimética’, ou imitativa, que expressiva ou projetiva”. De modo geral, essa nova abordagem histórica já estava sendo adotada em outros países da Europa, como a Alemanha e Inglaterra, e a França, com as publicações de Jacques Le Goff, só estaria dando continuidade.

A Escola do Anais trouxe novas abordagens para a pesquisa histórica. Passou-se a adotar o uso de fontes testemunhais, fotografias e pinturas. Os novos historiadores buscam repensar os fatos históricos e encontraram apoio em diversas áreas de conhecimento, sobretudo na psicologia, na sociologia, na antropologia e a arte para aprofundar e compreender os eventos históricos. Com essa ampla gama de possibilidades, os novos historiadores puderam explicar suas teorias de maneira mais abrangente e precisa, refletindo sobre questões importantes para o avanço do estudo historiográfico. Portanto, a Nova História passa a revisitar e resignificar as fontes que já existiam, mas que não tinham o valor categórico que passou a ter. A Nova História, em síntese, diverge da abordagem dos historiadores da velha história que consideram os documentos oficiais como a única fonte válida de informação. Nessa perspectiva, cabe ao historiador a responsabilidade de realizar uma análise e interpretação crítica dos fatos.

Partindo dessas questões historiográficas, entende-se que Euclides da Cunha estabeleceu conexões entre a narrativa literária e a historiografia para reportar os acontecimentos ocorridos no arraial de Canudos. Com um discurso narrativo em prosa, sobretudo em o homem e a luta, o autor oferece uma compreensão mais profunda dos acontecimentos, explicando-os historicamente. A narrativa literária possibilita partilhar conhecimentos com outro olhar, diferente do historiográfico, uma fonte alternativa, trazendo para o leitor uma novo método de como expandir os acontecimentos históricos, estabelecendo conexões entre a narrativa literária e a narrativa historiográfica.

Há algum tempo, os estudos historiográficos vêm sendo discutidos em diferentes perspectivas. Segundo Hayden White (2019), ao analisar os conceitos de narrativa e historiografia, e ao explicar estratégias conceituais adotadas por cada abordagem, a Nova História tem tido um papel crucial na interpretação e explicação de diversos eventos históricos, ao buscar compreender as interações multidimensionais entre ciência e arte. Ainda de acordo com o autor, o elemento meta-histórico foi essencial em obras dos principais filósofos do século XIX (Marx, Hegel, Nietzsche) que permitiu, por meio de explicações que inspiram e informam que fossem compreendidos e suas teorias confirmadas. Inclusive, os pensadores da história também foram intérpretes da linguagem, ao entenderem os fundamentos poéticos e a contribuírem com a análise do funcionamento cultural, social e econômico das sociedades.

Com a Nova História, a produção social tem buscado estabelecer diálogos com a literatura de forma a enriquecer a compreensão da realidade social. Nesse sentido, têm surgido estratégias que visam explicar e levar o leitor a refletir sobre a história de maneira ampla. Segundo Hayden White (2019), ao analisar os textos dos pensadores históricos do século XIX, é possível perceber uma “reconstituição da história como forma de atividade intelectual” que engloba elementos poéticos, científicos e filosóficos. Essa abordagem estimula a busca por novas fontes de pesquisas e contribui para a promoção de discussões pertinentes ao conhecimento histórico. Essa nova perspectiva ao debate em forma de discurso narrativo amplia e estimula a reflexão histórica do indivíduo, auxiliando na “iluminação de problemas e conflitos sociais existentes” (WHITE, 2019, p. 20). Assim, a forma como a história é contada ou narrada interfere diretamente na compreensão do leitor, influenciando no seu julgamento.

Euclides da Cunha narrou e ficcionalizou a história de Canudos, transformando a experiência literária em fonte histórica. O escritor pesquisou, estudou e analisou documentos oficiais e reportagens publicadas, objetivando conferir confiabilidade à sua pesquisa historiográfica. As fontes utilizadas por Euclides da Cunha proporcionam uma diversidade de informações ao leitor, ao explicar e contribuir com a interpretação e com o entendimento do contexto histórico ocorrido em Canudos. Esse trabalho histórico, realizado a partir da narrativa, visa transmitir uma mensagem, no caso d’*Os Sertões*, uma denúncia, explicando como e porque os acontecimentos transcorreram em uma escrita subjetiva que aborda contextos sociais, políticos, históricos e culturais de um povo e de sua região.

Segundo White (2019), a meta-história surge como uma resposta à "crise do

historicismo" e tem como objetivo resgatar a ciência histórica, reconhecendo a narrativa como a expressão central da historiografia. Essa nova abordagem da historiografia busca apresentar os fatos históricos de forma mais estratégica e compreensiva, fazendo uso de pesquisas e, também, da ficção/imaginação para levar o conhecimento histórico. Dessa forma, tanto a narrativa quanto a historiografia visam a transmitir o conhecimento histórico ao leitor, mas com metodologias diferentes. Maria Célia Leonel e José Antonio Segatto (2012, p. 54) explicam que “o historiador ocupa-se com o existente, com a realidade de si, ou seja, com a realidade histórica concreta que independe da consciência do sujeito”. Assim, enquanto os historiadores baseiam-se em questões epistemológicas mais técnicas e profundas, representando o que ocorreu e por que ocorreu, “na literatura, a realidade é criada ou recriada, inventada ou reinventada artisticamente por meio de figuras, metáforas, símbolos, alegorias” (LEONEL; SEGATTO, 2012, p. 55). Dessa forma, o narrador elucida o processo de desenvolvimento e as causas do acontecimento, utilizando a imaginação e a invenção, reinventando a realidade daquilo que poderia ter acontecido. Portanto, com esse novo jeito de tecer a escrita, Euclides da Cunha consegue conduzir a consciência histórica de maneira mais profunda, apresentando uma interpretação dos eventos de maneira mais irônica e envolvente ao leitor.

White baseia-se, ainda, na teoria dos *tropos* para analisar a linguagem poética por meio da interpretação e identificação dos acontecimentos historiográficos. O tropo é uma figura de linguagem responsável por mudar o significado da palavra e por dar sentido à narrativa. Segundo White (2019, p. 46), a teoria dos tropos fornece uma base para a análise da linguagem poética, o que permite a “caracterização de objetos em diferentes tipos de discurso direto, ou figurado”. A partir dos *tropos*, metáfora, metonímia, sinédoque e ironia o historiador pode escolher as “estratégias conceituais” que achar mais favorável para explicar os dados processados para realizar um ato *poético* e, automaticamente, explicar os acontecimentos históricos. Dessa forma, percebe-se que a linguagem é capaz de transcender limites entre história e literatura, analisando e explicando a natureza problemática dos acontecimentos passados. De acordo com ele, cada um desses modos oferece a base essencial para um protocolo linguístico na utilização de estratégias singulares de interpretação para elucidar a história.

Os quatro tropos são figuras de linguagem responsáveis por construir os textos e explicar os conteúdos, bem como permitir que o historiador atribua sentido aos fatos, já que o sentido vem do pesquisador, e não dos acontecimentos. Cada um desses recursos tem seus efeitos, já que consentem que o autor conceba textos autocríticos e reflexivos.

Essas figuras de linguagens inseridas “são especialmente úteis para entender as operações pelas quais o conteúdo de experiência que resistem à descrição em apresentações não ambíguas em prosa podem ser prefiguradamente compreendidos e preparados para a apreensão consciente” (WHITE, 2019, p. 46-48) estão presentes no texto euclidiano e despertando no leitor a autocrítica e levando-o diretamente à conclusão do contexto apresentado. Em diversos momentos, percebe-se a presença de recursos estilísticos na obra, já que o autor os utiliza para dar ênfase: “atestam-no os nossos admiráveis patrícios dos sertões, aquela vestidura bizarra, capaz, em que pese ao seu rude material, de se afeiçoar aos talhos de uma plástica elegante, parece que robustece e enrija” (CUNHA, 2016, p. 369).

Esse novo seguimento dos elementos estruturais da narrativa trouxe uma consciência historiográfica inovadora que permitiu alcançar acontecimentos do passado ofuscados. Por meio das narrativas, o historiador consegue abordar caminhos para temas complexos como trauma, o testemunho e o silenciamento, trazendo para o cerne debates e soluções de problemas que foram silenciados no decorrer da história, fazendo-se presente “a necessidade de lembrar para não esquecer” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 11). Essa relação da Nova História com o trauma possibilita ao historiador narrar o testemunho a partir da sua experiência traumática e, validando seu testemunho minuciosamente, pode-se produzir documentos historiográficos.

Antes da Nova História, “a experiência não cabia a narrativa” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 13). Existiam muitos limites que dificultavam alcançar novas possibilidades críticas acerca da narrativa. Com essa nova perspectiva, diversas contribuições no ramo da memória histórica, política, cultural e identitária foram inseridas para estimular a criatividade cultural e artística. A partir do testemunho de uma experiência traumática, o sujeito assume uma responsabilidade pelo outro por meio de “uma condição ontológica” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 15) de estar no mundo. Isso estimula a reflexão a partir da transmissão intergeracional e transferindo memórias traumáticas e culturais das testemunhas que presenciaram algum tipo de episódio traumático para a geração seguinte.

A relação da Nova História com o trauma propicia a ligação entre trauma, testemunho e linguagem. Logo, é possível transmitir as experiências traumáticas das vítimas por meio do diálogo interdisciplinar, capturando, com o auxílio da narrativa, expressões artísticas. Vê-se a possibilidade de promover um debate histórico a partir da memória e do testemunho, tendo o devido cuidado para que os relatos traumáticos não se

percam no tempo. Assim fez Euclides da Cunha ao narrar as cenas cadavéricas traumatizantes: “Os soldados invadiram-no atumultuadamente. E depararam um monte de cadáveres; seis ou oito, caídos uns sobre os outros, abarrecendo a entrada” (CUNHA, 2016, p. 543). Ele narrativizou experiências vivenciadas e trouxe-as em seu texto para que não houvesse o silenciamento da Guerra de Canudos.

Esse novo seguimento historiográfico, a narrativa, possibilita que os sobreviventes de eventos traumáticos desempenhem papéis como “agentes sociais e políticos” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 37), o que colabora com seus discursos na elaboração de ações que visem amparar vítimas de genocídios e massacres. Além disso, dá voz a essas pessoas para que elas não sejam apenas sobreviventes convivendo com suas dores decorrentes do trauma. A partir dessa análise, percebe-se que Euclides da Cunha promove, com sua narrativa, uma espécie de reexperiência de sua estadia na guerra ao se tornar um porta-voz das vítimas que foram massacradas e mortas, como também das testemunhas que vivenciaram o genocídio. Portanto, o discurso testemunhal foi, de fato, essencial na construção d’*Os Sertões*. Além da busca da história não oficial por meio dos relatos, transmitiu-se o sofrimento e a melancolia dos sertanejos motivado pela compaixão e respeito para com o próximo.

Os Sertões é fruto de um manuscrito de Euclides da Cunha, a *Caderneta de campo*, utilizada para registrar os fatos no calor dos acontecimentos. Escrito a partir de um narrador imparcial, que na maior parte do tempo não participa dos acontecimentos, mas que tem a capacidade de penetrar antecipadamente na mente do leitor e persuadi-lo, o escritor utilizou-se do hibridismo entre os saberes para reconstruir a história. A relação interdisciplinar é promovida por meio de componentes fictícios e artísticos, essenciais na escrita literária, responsáveis por despertar uma visão realista no leitor. De acordo com White (2019), nas formulações da meta-história, a testemunha que participou do processo poderia *transcender* (grifo do autor). Ecléa Bosi explica que:

Quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo... (2003, p. 16).

A testemunha assumiria um papel fora dos acontecimentos, extraindo da realidade conclusões e reflexões apropriadas acerca do pensamento histórico. Seguindo o pensamento realista, Euclides da Cunha acreditava no progresso, em um movimento inovador, de que as pessoas pudessem compreender e interpretar a realidade social do

Brasil, especialmente do Sertão baiano.

A meta-história trouxe consigo a ironia e diversas outras contribuições para a teoria da história que modificaram o panorama historiográfico com um discurso inovador e atribuíram significados por meio da narrativa histórica. A Guerra de Canudos, além de ter vitimado cerca de 25 mil pessoas, desencadeou experiências traumáticas para os sobreviventes. Euclides da Cunha, com seu livro vingador, traz profundas discussões referentes à forma cruenta do exército mediante os sertanejos: “Cabeças envoltas em tiras sanguinolentas; braços partidos, em tipoias; pernas encanadas, em talas rigidamente estendidas; pés disformes pela inchação, atravessados de espinhos; peitos bloqueados à bala ou sarjados à faca; todos os traumatismos e todas as misérias...” (CUNHA, 2016, p. 480). O horror, a repulsa e o medo tomaram conta do cenário. Baseando-se nos testemunhos, percebe-se a presença do trauma, tanto em Euclides da Cunha quanto em outros sobreviventes. Essa narrativa da experiência traumática só foi possível devido as aberturas no segmento historiográfico, permitindo que testemunhas de corpo presente contribuíssem com suas vivências na escrita literária e fornecessem relatos autênticos. Assim, não houve o apagamento do massacre ocorrido no arraial de Canudos.

Além dessas possibilidades, a Nova História consiste em explicar e contextualizar o passado, ao passo que permite transcender ironicamente os discursos e retornar aos acontecimentos históricos por meio da representação poética, conforme explica White. Nesse sentido, contribuir com a abordagem de temas polêmicos como a Guerra de Canudos permite que o trauma possa ser discutido por meio de expressões artísticas. Essa abertura na historiografia proporciona não apenas oferecer espaço e oportunidade para a testemunha se pronunciar por meio da linguagem mas, também, de manter viva a memória de acontecimentos como o conflito ocorrido em Canudos, perpassando gerações e rompendo com o silenciamento. Euclides da Cunha explorou, reconheceu e afirmou o sofrimento dos canudenses, “era assombroso... Como um manequim terrivelmente lúgubre, o cadáver desaprumado” (CUNHA, 2016, p. 347). Suas experiências o levaram a denunciar o atentado. A força positivista de sua formação foi uma aliada do realismo e fez com que o seu narrador apresentasse seu material baseado em evidências e tomasse posição enquanto testemunha e narrando o trauma.

A melancolia recorrente do trauma pode se tornar uma dimensão crítica e criativa, segundo Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes (2020), se estendendo à formação de grupos e ações políticas, pois além de transcender, combate, evitando que ocorra uma possível repetição do evento traumático. E uma das formas de combater é por intermédio

do testemunho, pelo viés literário. Com o auxílio da literatura, experiências traumáticas são reproduzidas e vem à tona sensações e emoções extraídas do testemunho, “a cena – real, concreta, iniludível [...] um ato de tragédia” (CUNHA, 2016, p. 523), o que possivelmente não seriam acessadas por outro ângulo. A literatura permite que experiências limítrofes de um grupo sejam compartilhadas, o que possibilita a enunciação do trauma.

História e literatura caminham juntas. “A imaginação literária cria e faz histórias” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 102). A ficção serve como uma transposição do acontecimento vivido, convertendo a história e tornando-a pensável para o receptor. Por meio da escrita, Euclides da Cunha deu forma aos fatos e demonstrou como a literatura permite pensar a guerra embasado nas experiências dos sobreviventes e até das vítimas do massacre, fazendo uma relação com o tempo, com a guerra e até mesmo com a morte. Ele concedeu justiça aos mortos ao apresentar aspectos importantes da guerra e pós-guerra. Dessa forma, os laços com o passado foram restabelecidos por meio da memória e representados pelo viés testemunhal. O elo entre ficção e realidade está presente na narrativa: “passaram-lhe, sem que protestasse, uma corda de sedenho na garganta. E, levado aos repelões para o flanco direito do acampamento, o infeliz perdeu-se com os sinistros companheiros que o ladeavam no seio misterioso da caatinga” (CUNHA, 2016, p. 530-531). Ao objetivar expandir o pensamento reflexivo, o narrador estabelece um laço entre o real e o imaginário por meio do mapeamento do passado e, com isso, possibilita mudanças no presente e no futuro.

White (2019) ressalta que, ao fazer uso da narrativa, os conteúdos do texto podem ser comprovados por meio dos fatos e complementados, inventados, pela ficção. Em *Os Sertões*, o texto é composto por uma gama de fatos empíricos, mas que para serem explicados em uma história lógica e corrente, inseriu-se uma sequência de trechos imaginativos:

Contemplava-se o arraial embaixo. Modificara-se-lhe, afinal, o aspecto – sombreado de largas manchas escuras, de incêndios; erriçado de madeiramentos varando pelos rombos dos tetos; tumultuando em montões de argila – num esmagamento completo, arruinado, queimado, devastado...” (CUNHA, 2016, p. 553).

Essa maneira de reconstruir o passado, por intermédio da narrativa interpretativa, é uma estratégia explicativa correspondente ao que um cientista faz, porém com uma metodologia diferente. Dessa forma, as narrativas explicam o porquê e como os contextos

acontecem, sendo subjetivas, mas influenciadas pelo período, pelos fatores históricos, políticos, culturais e pelas circunstâncias do narrador. De modo geral, o resultado da narrativa é a soma dos fragmentos historiográficos com imaginativos, reproduzidos por meio da linguagem.

Euclides da Cunha traduz o trágico por intermédio da narrativa ao fazer uso de estratégias específicas como forma de “interpretação histórica” para explicar os acontecimentos, conforme explica White (2019, p. 13). A narrativa é a fonte documental responsável por revelar o horror praticado contra os canudenses, certificando os acontecimentos e as fatalidades ocorrida no arraial de Canudos:

Sobre estes, corpos de sacrificados ainda: pernas surdindo inteiriçadas, braços reopantando desnudos, num retesamento de angústia; mãos espalmadas e rígidas, mãos contorcidas em crispaduras de garras, apodrecendo, sinistras, em gestos tremendos de ameaça ou apelos excruciantes...” (CUNHA, 2016, p. 552).

O testemunho fica a cargo de fornecer as provas e o antídoto contra a tentativa de silenciamento, que é responsável por ofuscar os acontecimentos e transformá-los em *não fatos*, conforme afirmam Fredrigo e Gomes (2020). Nesse caso de abafamento da verdade histórica, o perpetrador tenta anular os fatos, o que impossibilita a vítima de dar seu testemunho e o arquivamento dos acontecimentos “é o seu meio e o seu fim” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 147). Com o discurso das testemunhas que presenciaram o extermínio em Canudos, Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, combateu o arquivamento e revelou a verdade histórica.

O texto literário reproduziu a catástrofe ocorrida no Sertão da Bahia, possibilitando que a narrativa trouxesse, em suas entrelinhas, aspectos recorrentes do trauma das testemunhas: “exageravam-se, calculadamente, outras: os martírios dos amigos trucidados, caídos nas tocais traiçoeiras, ludibriados depois de cadáveres e postos como espantalhos à orla dos caminhos” (CUNHA, 2016, p. 536 e 537). Neste trecho, Euclides da Cunha descreve o sofrimento e o pavor dos sertanejos, cenas, essas, que ficaram marcadas pelo trauma em sua memória.

De acordo com Fredrigo e Gomes (2020), o papel da testemunha não é garantir a verdade do enunciado no arquivo, mas de impedir seu arquivamento e de potencializar a escrita com suas recordações. Além disso, a narrativa historiográfica abre-se ao passado e cria elos com o presente, oportunizando novas interpretações e representações. É uma busca pela verdade, não uma garantia. Euclides da Cunha propôs não apenas relatar o

massacre em Canudos, mas impulsioná-lo:

Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente a nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava levá-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhes o brilho da civilização através do clarão de descargas” (CUNHA, 2016, p. 354-355).

A obra estabeleceu conexões com os acontecimentos do passado ao explicar os contextos responsáveis pelo desencadeamento da guerra e ao desvendar as relações do genocídio com uma história mais ampla. O autor narra que além de Canudos ser uma “tapera miserável, fora dos nossos mapas, perdida no deserto (era um atraso para a República, um choque entre uma) formação moderna a uma formação antiga [...] Aquele afloramento originalíssimo do passado, patenteando todas as falhas da nossa evolução, era um belo ensejo” (CUNHA, 2016, p. 355), era a oportunidade de estudar, corrigir e anular aquelas falhas.

Tudo indica que os espaços em branco contidos na historiografia foram preenchidos pelo curso imaginativo de Euclides da Cunha, uma forma fantasmagórica que o escritor encontrou para explicar o massacre, impossibilitando que os fatos caíssem no esquecimento. Além de travar uma luta contra o apagamento, ele encontra uma forma de homenagear os mortos, estendendo-lhes o direito de justiça, tornando compreensíveis os acontecimentos e dar sentido à sua escrita e preenchendo as lacunas da escrita oficial. Para Fredrigo e Gomes (2020, p. 154) “a elaboração literária é a resposta de uma geração que herdou um passado que ainda parece desconhecido, traumático e que precisa ser narrado por aqueles que sofrem seus afetos no presente”. Dessa forma, a narrativa literária cumpre seu papel ao garantir a continuidade dos fatos e evitar seu esquecimento.

Além da historiografia cumprir seu papel de registrar os fatos do passado, ela também define sua tarefa de travar uma luta contra o silêncio e o esquecimento. Quando fala-se em esquecimento, Jeanne Marie Gagnebin (2013, p. 3) explica que não se trata apenas de uma falha ou de “um branco de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorda, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração”. Euclides da Cunha consegue narrar os acontecimentos sem assumir a obrigação de relatar os fatos exatamente como aconteceram, uma preocupação da historiografia tradicional. Dessa maneira, a narrativa consegue explicar o passado, preenchendo os espaços e as possíveis lacunas, por meio da ficção. Compactuando com a teoria de Walter Benjamin, Jeanne Marie Gagnebin (2013) reforça

que a continuidade da história não deve ser exaustiva. Ela precisa dar espaço para que se possa sonhar com palavras “transparentes e imediatas” em uma prosa “liberada”, assim chamada por Benjamin.

Dessa forma, tanto a literatura quanto a história desempenham a função de reconstruir um passado que nos escapa. Segundo Jeanne Marie Gagnebin (2013), por meio da narrativa, pode-se descobrir outras verdades e dar origens a outras histórias, permitindo uma visão reflexiva e distante de apenas apresentar uma interpretação contrária, mas propondo uma interpretação alternativa do passado. Mas cabe a ela permitir que o historiador interrompa a história para inserir “silêncios e fraturas eficazes” (p. 104), que passariam despercebidos pela historiografia tradicional. Essa ideia de interrupção é perceptível em *Os Sertões*, pois nos momentos que Euclides da Cunha insere a ficção no texto, traz sentido à narrativa, refletindo na interpretação do leitor. Portanto, reconstruir o passado não trata-se de arquivá-lo e tesarizá-lo de forma fiel e taxativa, mas sim lembrá-lo com a preocupação de uma necessária transformação do presente.

Diante de obras de cunho histórico, o leitor não apenas compreende como ocorreram os eventos do passado, mas também é capaz de reabri-lo, permitindo a transformação dos agentes políticos e sociais do tempo presente. A narrativa literária possibilita o engajamento da geração atual, permitindo interpretações críticas acerca dos acontecimentos passados, ampliando o senso crítico e potencializando o sentido interpretativo e imaginativo do leitor. Com a memória transgeracional, herança das memórias emocionais transmitidas de uma geração a outra, o legado da geração anterior é transmitido para as próximas gerações. Isso permite que testemunhos sejam propagados, revelando sofrimentos até então desconhecidos e garantindo o direito de continuar a vida, além de evitar a repetição de eventos traumáticos, como foi o caso da Guerra de Canudos.

Os níveis de esquecimentos são efetivamente maiores do que os episódios lembrados, os rastros são apagados, as memórias manipuladas dominam o passado e o presente. Vários eventos traumáticos ocorridos no Brasil, envolvendo a memória pública, foram manipulados e/ou embaralhados tanto pelo Estado quanto pelos meios de comunicação de massa em uma disputa de interesses políticos. Durante a Guerra de Canudos, a mídia assumiu o controle sobre os acontecimentos da guerra, tornando-se palco de disputa em que “a opinião nacional esbatia-se de tal modo na imprensa. Na imprensa e nas ruas” (CUNHA, 2016, p. 352), produziu-se múltiplas narrativas que naturalizavam a violência e criavam a imagem de um Estado protetor da sociedade,

induzindo o povo ao esquecimento. O massacre em Canudos foi uma forma que o governo encontrou de abafar e apagar os rastros dos sertanejos que se manifestavam contra a República, impediam que houvesse uma disputa sobre o sistema governamental da época.

Diante do silenciamento e da manipulação da população de massa, as pessoas foram ludibriadas pelos detentores do grande poder, tornando-se incapazes de refletir sobre os acontecimentos da guerra. Predominavam interesses comuns entre os componentes da elite dominante, que trabalhavam a favor dos seus benefícios, “individualizando o passado traumático somente nas vítimas e não na memória histórica” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 171), o que converteu os fatos em um passado cristalizado que apagou as memórias dia após dia e evitou que as narrativas cumprissem seu dever de tornar público a chacina no arraial de Canudos. Mediante esse cenário, Euclides da Cunha escreve seu livro denunciador mantendo viva a memória do passado e as experiências, lutando contra o esquecimento das violências cometidas contra o povo sertanejo.

Galvão (2019, p. 121) destaca que os jornalistas enviados ao arraial de Canudos eram militares e “iam em missão de guerra”. A maioria dos soldados foi recrutada e forçada a se juntar as expedições enviadas a Canudos e se calavam diante dos fatos presenciados. Eles praticamente não mencionavam sobre as práticas de degolação dos sertanejos. Como exemplo, tem-se parte de uma peça publicada por Alberto Silva, no jornal *A Bahia*, na primeira página, em 12 de setembro de 1897: “- É um zumzum que ensurdece, / Um vaivém que nos põe mudos, / Desde que o dia amanhece / Até que acaba: - Canudos! / Batalhões, balas e peças, / Lanças, obuzes, escudos, / Moções, discursos, promessas, / Para arrasem Canudos” (GALVÃO, 2019, p. 38). Trechos com esse teor são encontrados em algumas matérias, mas sem fazer referência a prisioneiros ou degolas. Percebe-se que existia um controle do governo sobre os jornais, uma censura rigorosa, impedindo que matérias de cunho divergentes fossem divulgadas, evitando escândalos e ocultando os métodos de extermínio empregados contra os sertanejos. Sendo assim, a maioria das correspondências enviadas para publicação enaltecia a República. Tem-se, como exemplo, uma matéria publicada no jornal *Diário de Notícias*, em 05 de outubro 1897, que confirma esse controle por parte do governo: “as músicas romperam com o hino da vitória e as tropas confraternizadas saudaram a República e o predomínio da lei e da ordem” (GALVÃO, 2019, p. 146), possuindo um padrão literário padronizado, com seu estilo positivista patriótico.

White (2019), por seu turno, explica que a narrativa é capaz de descomplicar os

enredamentos contidos na historiografia. Ela oferece um enredo e/ou trama que caminham lado a lado com a ficção, transmitindo experiências traumáticas e compartilhando uma história. Seguindo o pensamento de Hegel, White explica que o historiador não pode agir com liberdade na hora da escrita e que o pensamento imaginativo do leitor é essencial para recriar os acontecimentos. Portanto, o que está em jogo não é exclusivamente a forma como a história foi escrita, mas a essência do seu conteúdo e a força do conjunto de estilos de uma vida compartilhada em grupo. Assim, a narrativa torna-se um objeto de reflexão acerca dos acontecimentos históricos. Voltam-se para o domínio das fantasias, dos sonhos e da imaginação, enquanto o historiador está voltado para o domínio da verdade no afã de produzir uma imagem real dos acontecimentos. Expor os fatos de forma direta e criar estratégias para explicação não cabem a ele.

O discurso manipulador era para que deixassem o passado no passado, o que fortalecia a prática do esquecimento sobre a história política do país. Constrói-se diferentes enunciados sobre os acontecimentos e se evidencia que “o papel do Estado brasileiro como agente do esquecimento” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 178) minimiza os efeitos da violência e dificulta a propagação dos fatos. As memórias traumáticas das testemunhas registradas n’*Os Sertões* impediram o silenciamento daquele genocídio, como também reivindicaram as práticas e as políticas de esquecimento enraizadas na sociedade brasileira.

Considerando as formas de narrar o trauma, percebe-se a preocupação de White (2019) em instigar os historiadores a repensarem a forma como acontecem as representações do passado, destacando a importância da leitura e da sua interpretação no contexto da narrativa. Isso demonstra a relevância da arte na reprodução dos fatos e a “necessidade de lembrar para não esquecer” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 11). Portanto, o método narrativo propõe abordagens interdisciplinares em uma confluência entre historicidade e ficção ao interpelar testemunhos e experiências que levam à problematização da relação entre a linguagem e os acontecimentos reais. É uma narrativa realista que produz uma literatura-denúncia marcada pela autorreflexão do “escritor enquanto agente político”, conforme explica Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 39). *Os Sertões* é resultado da junção desses parâmetros: um texto reflexivo que relaciona testemunhos e ironia, ficção e realidade e uma narrativa historiográfica com discurso denunciante.

A experiência dos testemunhos na Guerra de Canudos configura-se como *mártir*,

pois foi um martírio o que os sobreviventes testemunharam naquele genocídio ao trazer, por meio da linguagem, a experiência traumática. Dessa forma, a partir da perspectiva da Nova História, a obra de Euclides permite que a experiência vivenciada no arraial fosse transmitida por meio de testemunho. Ela narra as consequências traumáticas da guerra e pode despertar no leitor a capacidade de perceber a realidade dos fatos. De acordo com Jonathan Culler (1999, p. 84), a melhor maneira para entender as coisas e o que está acontecendo no mundo é por meio das histórias, pois “entender significa conceber como uma coisa leva a outra”, compreendendo a lógica dos acontecimentos. Nesse sentido, as narrativas têm a função de ensinar sobre acontecimentos do mundo a fim de enxergar os eventos com diferentes pontos de vista e compensando, com explicações contundentes, a falta de compreensão que a historiografia possa apresentar.

Percebe-se que essa abordagem de combinar elementos críticos e poéticos na narrativa historiográfica fez d’*Os Sertões* um livro singular e atuante. Euclides da Cunha possibilitou que essas vozes silenciadas fossem ouvidas e as experiências das testemunhas envolvidas na Guerra de Canudos: “a vida no arraial tornou-se então atroz. Revelaram-na depois a miséria, o abatimento completo e a espantosa magreza de seiscentas prisioneiras. Dias de angústias indescritíveis foram suportados diante das derradeiras portas abertas para a liberdade e para a vida” (CUNHA, 2016, p. 520). Por meio das emoções, Euclides mesclou elementos ficcionais aos fatos históricos, que instigam e despertam o leitor à consciência histórica. A Nova História ensina que a história está intrinsecamente relacionada com os objetivos individuais de pessoas e de grupos e que “os testemunhos dessa atividade devem estar presentes no relato do historiador” (WHITE, 2019, p. 105). Assim, pode-se ler a narrativa de Euclides por meio dessa perspectiva ao extrair verdades dos relatos históricos, já que o autor descreve os acontecimentos de uma forma emocionalmente envolvente para o leitor.

Ao apelar por uma abordagem imaginativa, Euclides da Cunha proporciona ao leitor uma interpretação mais impactante, levando-o a uma experiência reflexiva, induzindo-o a analisar os acontecimentos passados e compreender como eles interferem no presente e no futuro. Desse modo, houve a transferência dos fatos para uma narrativa histórica, que diminuiu a distância entre o passado e o presente, desencadeando uma história atuante capaz de captar a essência dos acontecimentos, transcendendo-os. Essa reflexão atenta do escritor, com o novo estilo de reproduzir os fatos, é gerida pelas experiências e paixões da humanidade, conforme explica Hayden White (2019). Euclides da Cunha representou o sentimento coletivo das testemunhas recorrendo a relatos de uma

memória coletiva. Ele propiciou a transmissão de experiências traumáticas entre gerações, potencializando “uma importante crítica à historiografia [...] que lida com esses passados traumáticos marcados por genocídios, guerras e regimes autoritários” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 135).

Dessa forma, Euclides da Cunha trouxe n’*Os Sertões* diferentes perspectivas e saberes, conseguindo retratar aspectos complexos da guerra e proporcionando ao leitor uma compreensão mais completa de ideias. O escritor obteve uma colaboração mútua de diferentes disciplinas na construção do texto e combinou teorias de distintas áreas, no intuito de despertar uma visão mais ampla dos acontecimentos da Guerra de Canudos. Com isso, nota-se que a interdisciplinaridade é de fato preponderante na integração e compreensão de diversos temas. Além disso, ela é capaz de unir os objetivos de cada linha de pesquisa, ao colaborar na compreensão do conflito ocorrido entre o governo republicano e os sertanejos. Assim, a intersecção entre História e Literatura enriquece a compreensão dos acontecimentos ocorridos em Canudos por intermédio da narrativa historiográfica impactante e reflexiva. Isso induz o leitor a desempenhar uma leitura mais atenta e profunda acerca dos eventos ocorridos em Canudos.

O historiador desempenha um papel fundamental como cientista. Ele busca a verdade ao explorar meteticulosamente as fontes disponíveis para apresentar relatos contundentes e fundamentados. Por outro lado, o narrador utiliza-se dessas fontes historiográficas e as molda e as aplica em seus textos, dando forma à narrativa. Assim, cada um, do seu modo, desempenha sua função final: registrar e levar ao indivíduo o conhecimento dos acontecimentos passados, seja de forma direta de um observador atento que visa explorar as fontes, ou em forma de paráfrases, explicando e interpretando o conteúdo exposto. A narrativa consegue tornar a história mais atraente para o público, enquanto a historiografia palta-se em retratar os eventos de forma mais objetiva e fiel. Portanto, “enquanto a história ocupa-se do real, a literatura liga-se ao possível” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 55). Assim, ambas as formas têm sua maneira de representar o passado e são essenciais no desenvolvimento da compreensão histórica, desvendando singularidades muitas vezes latentes da realidade.

Desse modo, percebe-se que a viagem de Euclides da Cunha ao Sertão da Bahia rendeu muito mais que um livro literário. Foi criado um trabalho científico capaz de revelar aspectos fulgurantes do homem sertanejo, da natureza e da guerra. Além disso, apresenta-se uma ciência consorciada à arte pelas vias narrativas, verdades científicas podem ser analisadas e divulgadas de forma denunciativa. *Os Sertões* é decorrente de um

estudo atento, resultado “feliz de um conjunto de qualidades artísticas e de preparo científico” (NASCIMENTO; FACIOLI, 2003, p. 57) de uma caminhada pelo país, descortinando um crime que denuncia um crime bárbaro em Canudos.

CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA E O TRAUMA N’OS SERTÕES

3.1 Memória e historiografia

Embora a memória e história estejam intrinsecamente relacionadas, elas caminham em sentidos opostos, pois “uma é sempre o que a outra não é” (ASSMANN, 2011, p. 143). Enquanto a memória corresponde ao esquecimento, a história está interligada à recordação. Enquanto a memória encarrega-se de transmitir lembranças e experiências de indivíduos e/ou grupos sociais, a historiografia se dedica em reproduzir o passado por intermédio de evidências dos acontecimentos. Assim, ambas são importantes na construção das narrativas colaborando na compreensão do passado.

O conceito de memória relaciona-se com recordação: “a pura força de armazenamento [...] a ficção encena recordação (coletiva) como atualidade fingida, traz de volta ao presente o passado (partilhado), como que com uma varinha de condão” conforme explica Aleida Assmann (2011, 115). Juntamente com a memória encontra-se a imaginação, que também desempenha um papel crucial nesse processo, pois é capaz de antecipar a recordação e auxiliar na recuperação dos conteúdos recordados. Dessa forma, ao imaginar e visualizar determinados acontecimentos, o indivíduo consegue resgatá-los de forma mais eficaz. A memória e a imaginação são elementos indispensáveis para a recordação e a literatura faz uso dessas ferramentas para transmitir conhecimento e auxiliar na formação da consciência do homem, ao se aproximar dos acontecimentos de forma elucidativa e prazerosa. Antonio Candido (1999) acredita que a literatura desempenha um papel importante na transmissão do conhecimento e na formação do homem, pois ela é capaz de se aproximar dos fatos, de forma verossímil e de proporcionar uma experiência significativa para o leitor.

Percebe-se que a memória é fator preponderante na obra *Os Sertões*. Ela ganha forma a partir de relatos com uma narrativa contando detalhes de uma Guerra devastadora, já que descreve aquele episódio trágico. Essa abordagem confere ao texto um caráter realista, pois os relatos são baseados em experiências vividas pelas testemunhas. No decorrer da narrativa, o autor descreve com riqueza os detalhes das cenas bárbaras presenciadas na guerra, episódios de degola, matança e muita violência. Esses relatos intensos têm como objetivo revelar a desumanidade e a brutalidade do conflito, bem como a dimensão trágica do combate. Em um dos bombardeios ocorridos contra os sertanejos,

Euclides da Cunha narra o impacto de uma explosão de granada ao ser lançada na serra de Cambaio, que ficava a caminho de Canudos: “o bloco despregado desceu pesadamente, em baque surdo, sobre os infelizes, sepultando-os...” (CUNHA, 2016, p. 273), ou seja, houve a descrição das lembranças daquele episódio trágico e traumático. Dessa forma, ao registrar os acontecimentos, o autor trava uma luta contra o esquecimento, possibilitando que o passado mantenha-se ativo no presente.

O livro apresenta o retrato do Brasil e reproduz acontecimentos históricos pelas vias da literatura. Ao utilizar-se do recurso literário, Euclides da Cunha narra inúmeros fatos ocorridos na batalha: “um golpe único, entrando pelo baixo-ventre. Um destipamento rápido...” (CUNHA, 2016, p. 531) que assume o compromisso de depor a favor daqueles que não sobreviveram, recordando a tragédia e enlutando os mortos. Portanto, a narrativa historiográfica desempenha, como medida, o papel de preservar as memórias registradas no arraial de Canudos, ao reconstituir a história por meio de um discurso narrativo em prosa.

Por meio da historiografia, os cientistas buscam resgatar e registrar os acontecimentos passados ao estudarem o homem e suas transformações sociais ao longo do tempo. Até o século XVIII, os estudos historiográficos baseavam-se principalmente na neutralidade do historiador. Valoriza-se a distância do pesquisador em relação aos eventos históricos. Quanto mais distante dos acontecimentos, mais considerado profissional era o historiador. No entanto, a partir do século XIX, com a Nova História, o saber histórico que era considerado como verdadeiro, satírico e fabuloso, passou a ser distinguido entre “história verdadeira e história filosófica” (WHITE, 2019). Nesse período, houve uma maior ênfase nas pesquisas fidedignas, que visavam aperfeiçoar o labor historiográfico. Walter Benjamin, em sua narrativa autêntica, confere o olhar singular do indivíduo e defende a autenticidade da narrativa na captura da realidade. Ele acredita que a experiência individual contribui para a compreensão do mundo e argumenta que a narrativa carrega significados profundos. Essa é capaz de resgatar eventos esquecidos pela historiografia tradicional e de oferecer diferentes perspectivas.

Para White, Friedrich Nietzsche acreditava que o estudo da história deveria servir para algum fim, e não para, especificamente, si mesmo. Assim, a compreensão do passado era fundamentalmente importante para explicar a evolução histórica e, de certa forma, prever o futuro. Para o filósofo, a verdade absoluta da história e do mundo não existia, acreditando na dualidade humana dividida entre sonho e realidade. Existe assim, uma necessidade do homem em se refugiar da “realidade no sonho de *impor* ordem a

experiência na ausência de qualquer sentido ou conteúdo substantivo [...] O impulso estético era dinâmico por natureza [...] transitando incessantemente entre o sonho e a realidade [...] e gerando novos sonhos para sustentar a vontade da vida” (WHITE, 2019, p. 340, grifos do autor). Além disso, acreditava-se que a história escrita era baseada em diferentes interesses dos historiadores, que interpretavam a realidade conforme sua cultura e perspectiva.

A filosofia defendida por Friedrich Nietzsche almejava libertar a consciência poética do homem e, por meio da ironia, buscava resgatar a autoconsciência que culmina com as ideias que considerava ultrapassadas. Dessa forma, o filósofo pretendia desprender o homem das ilusões, defendendo que a experiência cotidiana era essencial e que “o poder de lembrar torna o homem não-heroico, isto é, previsível” (WHITE, 2019, p. 344). Embasados nessa perspectiva, acredita-se que a memória desempenhava um papel significativo para a continuidade da preservação de valores e crenças de uma sociedade. Portanto, a forma como a memória histórica foi apresentada no livro, influencia, profundamente, na compreensão do passado, e ainda desempenha um papel essencial na construção de identidade coletiva do homem.

Além das memórias de Euclides da Cunha, o livro *Os Sertões* é enriquecido por testemunhos e relatos de “jornalistas sequiosos de notícias, davam-lhe um tom de praça concorrida em dia de parada” (CUNHA, 2016, p. 500), os quais, ao vivenciarem os momentos da guerra, retrataram a angústia e a aflição sofridas pelo povo sertanejo. Dessa forma, esse retorno ao passado acontece quando Euclides da Cunha faz uso desse hibridismo:

Como se não bastasse aquele bombardeio à queima-roupa, descera, a 23 de agosto, do alto da Favela, o Withworth 32. [...] A grande peça detonou: viu-se arrebear, com estrondo, o enorme *Shrapnell* entre as paredes da igreja, esfarelado-lhe o teto, derrubando os restos do campanário e fazendo saltar pelos ares, revolteando, estridulamente badalando, como se ainda vibrasse um alarma, o velho sino que chamava ao descer das tardes os combatentes para as rezas... (CUNHA, 2016, p. 486).

As lembranças da guerra, embora dolorosas, são necessárias para compreensão da historiografia brasileira, como também, para refletir sobre as desigualdades sociais, resistência popular e religiosidade. O conflito deixou marcas profundas na memória das testemunhas e continua a ser lembrada como uma figura de resistência do povo brasileiro.

Ao adentrarmos ao estudo da memória, de acordo com Henri Bergson (2010), é possível identificar diferentes formas de armazenar as lembranças. Dentre elas, destacam-

se a lembrança hábito, que é aprendida por meio da repetição, e a lembrança de lição aprendida, que utiliza a imaginação para se manter ativa no presente. A segunda forma de memorização está diretamente relacionada à ação, que mantém viva a influência do passado no presente. Essas duas memórias são caracterizadas pela repetição e imaginação.

Quando relacionamos essas formas de memória aos episódios memorísticos dos participantes da Guerra de Canudos, é possível observar que eles foram prolongados através da ação e da vivência da experiência. Essa representação tem origem em eventos espontâneos, conforme explicado por Henri Bergson (2010, p. 90 e 91): "A lembrança espontânea é imediatamente perfeita; o tempo não pode adicionar nada à sua imagem sem distorcê-la; ela preserva para memória seu lugar e sua data." Dessa forma, ao adquirirem as imagens-lembranças da guerra, as testemunhas foram capazes de preservar e reproduzir os fatos, ao redesenharem as imagens ao longo do testemunho. Elas buscaram resgatar percepções anteriores que se aproximassem das percepções do presente a fim de transmitir de forma fiel suas memórias.

Embasada na teoria de Henri Bergson, Ecléa Bosi (1994) sustenta que as percepções do presente têm uma influência significativa na forma como recordamos eventos passados, e ao se apropriar da memória, ela desempenha funções decisivas no processo psicológico, manifestando-se como uma força subjetiva e ocupando a esfera da consciência: "pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência" (BOSI, 1994, p. 47). Logo, a conservação dos fatos históricos se dá pela memória: "a torrente ruidosa das aclamações rolou até a sanga do hospital de sangue. Os doentes e os moribundos calaram os gemidos – transmutando-os em vivas" (CUNHA, 2016, p. 429). Sendo assim, por meio da narrativa, Euclides da Cunha busca seletivamente traços da guerra por intermédio da memória.

É importante ressaltar que nem todas as lembranças estão ocultas no inconsciente, pois para acessar essas memórias que não estão conscientes utiliza-se a memória. Assim, quando recordamos experiências passadas, as imagens que vêm à mente não são exatamente as mesmas que ocorreram no momento original, pois a percepção individual se transforma com o tempo e novas experiências modificam o ponto de vista e afetam o juízo de valor sobre os acontecimentos. Portanto, ao lembrar de um evento, a memória reconstrói-o, trazendo à consciência novos sentimentos e sensações. A filósofa Marilena Chauí (2009, p. 140) destaca que a "memória é uma atualização do passado ou a

presentificação do passado e é também registro do presente para que permaneça como lembrança”. É nesse sentido que a memória também desempenha um papel crucial na preservação dos registros históricos, ao arquivar parte dos acontecimentos históricos e operando entre a lembrança e o esquecimento.

Esse novo paradigma historiográfico do século XIX, a narrativa, reconhece a impossibilidade de traduzir integralmente o passado, pois é essencialmente permeado pela subjetividade e pela seletividade da memória. Nesse sentido, o historiador passa a valorizar as experiências individuais e coletivas da sociedade como fontes de conhecimento histórico, tendo em vista que incorpora os testemunhos e as memórias de diferentes grupos sociais. Ao reconhecer a limitação da imparcialidade e da objetividade absoluta, a historiografia moderna passa a se preocupar em compreender como a memória opera na construção do passado. Ela entende que a seleção e o esquecimento são processos inevitáveis no registro dos acontecimentos históricos, como bem elucida Seligmann-Silva:

A historiografia decerto estaria mais próxima desse modelo: ela – na sua visão moderna – se quer não apenas imparcial e fria, mas também capaz de arquivar *todos* os acontecimentos (aspecto da história criticado por Nietzsche, que defende a importância dos diferentes pontos de vistas e das múltiplas interpretações). [...] O registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera no *double bind* entre lembrança e esquecimento (2003, p. 61 e 62, grifos do autor).

Dessa forma, a memória é compreendida como um elemento ativo na produção do conhecimento histórico, que dialoga com o presente e é influenciada pelos interesses e perspectivas da atualidade. Nesse sentido, o século XIX marca uma ruptura com o modelo histórico anterior, abraçando uma visão mais complexa e plural da memória e da história. A historiografia passa a reconhecer a importância das experiências individuais e coletivas na construção do passado, compreendendo a seletividade da memória e a influência do presente na produção do conhecimento histórico.

Com a construção da “*nova ética e estética da historiografia*” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 65), a ideia de que o historiador deveria apenas narrar os fatos de forma como realmente ocorreram, realista e imparcial, foram remodeladas. A responsabilidade histórica passa a entender e explicar os acontecimentos do passado, reparar os erros e romper com as ações inconsequentes, evitando ameaças ao futuro. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha narra os acontecimentos históricos, explica as causas e consequências e, de forma denunciativa, cumpre seu papel, testemunhando a favor dos oprimidos. O

autor afirma que “a situação tornou-se, de repente, inaturável” (CUNHA, 2016, p. 528).

Com a Nova História, a geração passa a ser marcada pela necessidade de repensar a história, conscientizando sobre a importância em assumir as ações humanas, implicando em uma ruptura entre a historiografia antiga e a nova. Com a modernidade, a historiografia assumiu uma nova roupagem, modificando o modelo historiográfico, informando, julgando e justificando os fatos, por meio dos relatos.

Euclides da Cunha traz em seu texto inúmeras passagens que testificam o ocorrido em Canudos: “E quando, afinal julgados, eram conduzidos à presença dos chefes militares, iam conformados ao destino deplorável” (CUNHA, 2016, p. 534). Por meio de suas palavras, o autor retrata a resignação dos sertanejos diante da triste condição. Ao trazer à tona os testemunhos, o escritor revela a brutalidade e a injustiça sofridas pelos moradores de Canudos. Ele convida o leitor a refletir sobre as consequências avassaladoras do abuso de poder, bem como a necessidade de denunciar aos crimes ocorridos contra os canudenses.

Esse novo aspecto busca, de forma explicativa, conscientizar os indivíduos exercendo uma função informativa acerca do conhecimento do passado, travando longos debates, a fim de levantar discussões baseadas em acontecimentos históricos. Com o objetivo de explicar os fatos, Euclides da Cunha contextualiza o texto e, para isso, emprega paráfrases e exemplos elucidativos:

E no amanhecer do 1º de outubro começou o canhoneio. Convergiam sobre o núcleo reduzido dos últimos casebres, partindo de longo semicírculo de dois quilômetros, das baterias próximas ao acampamento até o redente extremo, da outra banda, onde findava a estrada do Cambaio. Durou 48 minutos apenas, mas foi esmagador. As pontarias estavam feitas de véspera. Não havia errar o alvo imóvel (CUNHA, 2016, p. 556).

Nesse trecho do livro, percebe-se a eficácia e o poder destrutivo dos ataques. Após tentativas mal sucedidas, o exército estava decidido a dizimar completamente aquele povoado. *N'Os Sertões*, há uma variedade de termos metafóricos oriundos da mitologia grega, como o oxímoro Hércules-Quasímodo, os quais reforçam e destacam os atributos do sertanejo e evidenciam seu atributos e sua natureza selvagem: “ANTES DE TUDO, um forte. [...] É desgraçoso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos” (CUNHA, 2016, p. 133). Nesse sentido, entende-se que toda escrita é movida por uma motivação, e que ao comparar o sertanejo ao herói grego Hércules, o escritor representaria a força do homem do Sertão, associando a essa figura de resistência, de aparência deprimente, desengonçada e deformada, um Quasímodo.

A personagem principal do livro *Notre-Dame*, de Victor Hugo, publicado em 1831, recebeu o nome de Quasímodo. No enredo, Quasímodo era um corcunda que vivia isolado na Catedral de Notre-Dame, de Paris, e era temido pelos habitantes da região devido à sua aparência, fato, esse que o excluía socialmente. Apesar disso, o personagem demonstrava coragem e vigor, características que Euclides da Cunha atribui aos sertanejos de Canudos. Dessa forma, Euclides da Cunha estabelece um paralelo entre Quasímodo e o sertanejo, ambos caracterizados por uma aparência deprimente, uma selvageria e uma força avassaladora. É notável, portanto, a influência de vários escritores ao longo da narrativa historiográfica de Euclides da Cunha, associando o sertanejo e sua cultura a outros personagens da literatura com o intuito de explicar os eventos que ocorreram no Sertão baiano.

Para Maria Celia Leonel e José Antonio Segatto (2012, p. 40) *Os Sertões* é considerado como “híbrido de literatura/ficção e ciência”, pois, pelos moldes narrativos, interpreta o processo histórico do Brasil. Além disso, eles o consideram um ensaio histórico-sociológico brasileiro por apresentar uma exposição de ideias subjetivas e variadas, ao passo que oferece um estudo historiográfico sociológico do espaço territorial, social e político do país. O livro também se mostra como um retorno ao passado, como exemplificado por Euclides da Cunha: “insistamos sobre esta verdade: a guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história” (CUNHA, 2016, p. 211). Nesse seguimento, percebe-se que a narrativa não só registra o massacre em Canudos, mas também se revela por meio de um discurso reflexivo. Utilizando da imaginação, a narrativa conta diversos acontecimentos, dando-lhes sentido e modelando a história de forma agradável e compreensível ao leitor. A escrita euclidiana também contribui para iluminar os conflitos sociais, utilizando-se da memória e propiciando um embate entre as diversas formas de entender o passado e de delimitá-lo.

O clássico foi construído a partir da memória coletiva, em que Euclides da Cunha reuniu testemunhos de outros participantes da Guerra, que foram somados às suas recordações, auxiliando na composição do livro. Além dos relatos memorísticos dos soldados/jornalistas, também foram incluídos trechos do linguajar sertanejo, reproduzidos fielmente na escrita:

A República era a impiedade: / “Garantidos pela lei / Aquelles malvados estão / Nós temos a lei de Deus / Elles tem a lei do *cão*! Bem desgraçados são elles / Pra fazerem a eleição / Abattendo a lei de Deus / Suspendendo a lei do *cão*! [...] O governo demoníaco, porém, desaparecerá em breve: [...] O Anti-Cristo nasceu / Para o Brasil governar / Mas ahi está o *Conselheiro* / Para delle nos

livrar! (CUNHA, 2016, p. 213).

Dessa forma, percebe-se que *Os Sertões* foi composto por um conjunto de lembranças individuais de um grupo de pessoas que testemunharam aquele factídeo episódio. E para que a memória individual das testemunhas possa ser evocada, Maurice Halbwachs (1990) explica que é necessário, frequentemente, apelar pelas memórias dos outros, apoiando-se nas memórias coletivas. N’*Os Sertões*, Euclides da Cunha utiliza-se desse mecanismo para resgatar as lembranças do massacre, em que o escritor faz uso de uma bagagem de lembranças históricas que foram emprestadas por meio dos testemunhos: “ ‘meus camaradas. Acabo de receber do Sr. general comandante em chefe um telegrama comunicando-me que amanhã nos abraçaremos em Canudos. Não podemos, portanto, faltar ao honroso convite, que é para nós motivo de justo orgulho e de completa alegria’ ” (CUNHA, 2016, p. 408), cobrindo lacunas que a memória individual não consegue preencher sozinha. Assim, o trabalho metucioso do escritor ao resgatar os fatos pela memória coletiva contribui para uma compreensão mais intrínseca da história e das barbaridades vivenciadas pelos sertanejos.

De acordo com Maurice Halbwachs (1990), muitas recordações só acontecem a partir de uma perspectiva coletiva, do qual o indivíduo participa. Ao se apoiar na memória coletiva, o indivíduo é impulsionado a pensar de determinada forma e a rememorar lembranças que provavelmente não teria recordado se estivesse sozinho, pois ninguém vive sozinho. Embora cada indivíduo tenha sua consciência pessoal, quando essas consciências são colocadas em conjunto, a perspectiva muda, reportando a pontos de referências que são determinados pela sociedade e utilizando palavras e ideias emprestadas do meio que estão inseridas.

Ainda nesse seguimento, entende-se que a memória é distinta das lembranças de outras pessoas que experimentaram os mesmos eventos, pois cada uma tem sua experiência. Para aquelas que estão profundamente envolvidos, como no caso de Euclides da Cunha, as lembranças serão vívidas e duradouras. Já aqueles que não fazem questão de serem inseridos, não terão os mesmos interesses e não se beneficiarão das mesmas recordações. Euclides da Cunha, não apenas vivenciou o massacre, mas também se apropriou do sofrimento das vítimas, usando os testemunhos de outras pessoas para prestar esclarecimentos fundamentais na compreensão dos fatos históricos. Segundo os conceitos apresentados por Maurice Halbwachs (1990) “nossa memória não se confunde com a dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 54), considerando as lembranças e as experiências subjetivas, ou seja, a memória é intrínseca e individual.

Mediante essa explicação, percebe-se que Euclides da Cunha promove um contraste entre memória individual e memória coletiva ao combinar os testemunhos dos participantes da Guerra de Canudos. Ao narrar relatos individuais dos participantes e juntá-los a memória coletiva do grupo, ocorre uma reorganização dos acontecimentos históricos ocorridos no Sertão da Bahia. Maurice Halbwachs (1990) ainda explica que o marco da memória coletiva está relacionado com os acontecimentos históricos ou nacionais, em que os fatos constituem sinais exteriores na vida do grupo, reintegrando os acontecimentos públicos. A Guerra de Canudos, responsável pelo massacre de aproximadamente 25 mil de pessoas, é um desses acontecimentos históricos nacionais, representando um passado tenebroso marcado pelas atrocidades praticadas contra o povoado de Canudos.

A memória desempenha um papel preponderante na historiografia, pois, como afirma Maurice Halbwachs (1990, p. 71) “a história vivida se distingue da história escrita”. A experiência vivida dos participantes da guerra permitiu preservar, por meio dos testemunhos, os acontecimentos do passado, uma vez que a lembrança é considerada uma reconstrução do passado, utilizando dados emprestados do presente. Nesse sentido, a memória está intrinsecamente ligada ao tempo, ela “se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento” (ASSMANN, 2011, p. 53), consentindo que a história de uma sociedade seja reproduzida ao longo dos anos. Assim como os fatos, as impressões das testemunhas foram documentadas e preservadas ao longo do tempo, impedindo que se apagassem ou se enfraquecessem lentamente.

Dando seguimento ao pensamento de Nashe, Aleida Assmann (2011) afirma que a história nacional, lista de acontecimentos mais importantes que transformam a vida de uma nação, emerge a partir do reconhecimento entre passado e presente, despertando uma consciência aguçada acerca do retorno, da recordação e do esquecimento. Euclides da Cunha, por meio da sua habilidade literária, valida os fatos históricos, valendo-se das experiências vividas pelas testemunhas, trazendo para o presente os acontecimentos passados. Dessa forma, ao reunir os testemunhos de diversas pessoas, ele impede que apenas uma parte das recordações sejam resgatadas e registradas, evitando-as de serem esquecidas completamente, uma vez que o ser humano nunca se dispõe completamente das suas lembranças, conforme explica Aleida Assmann (2011). Por meio da linguagem, Euclides da Cunha reúne os fatos e os transmite a várias gerações, transcendendo as meras informações que dizem respeito ao comportamento e à vida social do homem.

A memória coletiva é representada por um grupo específico que possui signos e

símbolos restritos no tempo e no espaço, assegurando a continuidade identitária desse grupo. Ao reunir os testemunhos dos participantes da guerra, Euclides da Cunha preserva a continuidade dos fatos, utilizando a memória para resgatar os acontecimentos ocorridos no arraial de Canudos e mantendo esses fatos presentes e eternos. No entanto, é importante destacar que “a memória pertence a portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, ‘pertence a todos e a ninguém’ ” (ASSMANN, 2011, p. 146). Enquanto a memória mantém as recordações do passado, a história representa objetivamente o passado.

Geralmente, a necessidade de escrever uma história de uma época surge quando o grupo está distante daquele passado e a memória se perde em novas sociedades. A melhor forma de salvar as lembranças é arquivá-las por escrito por meio da narrativa, “uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990, p. 81). Assim, é possível restabelecer a continuidade dos fatos que foram interrompidos entre passado e presente. Euclides da Cunha publicou seu livro vingador após passados cinco anos do evento, nesse intervalo, ele se dedicou a reunir os testemunhos e publicações dos jornais, buscando registros da guerra em fontes de pesquisas. Dessa maneira, conservou a memória do grupo antes que seus interesses fossem renovados por novas vertentes, já que o fatos tendem a se distanciar seguindo os períodos de início, meio e fim.

Existem vários tipos de memórias, para além da memória individual e coletiva, conforme explica Maurice Halbwachs (1990). A história social ou histórica é aquela “que é fixada por uma sociedade por meio de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva” (CHAUI, 2009, p. 141). Um exemplo marcante da história social ou histórica é a Guerra de Canudos, que existe fora do indivíduo e é preservada em inscrições, obras de artes, monumentos e outros objetos. Os vestígios dessa guerra permanecem vivos na vida social do grupo que participou desse episódio, armazenando e recuperando informações anteriormente arquivadas. O impacto da Guerra de Canudos é evidente nas palavras de Euclides da Cunha: “e no último dia de sua resistência inconcebível, como bem poucas idênticas na história, os seus últimos defensores, três ou quatro anônimos, três ou quatro magros titãs famintos e andrajosos, iriam queimar os últimos cartuchos em cima de seis mil homens!” (2016, p. 450). Graças a reconstrução mnemônica desse evento, a Guerra de Canudos ganhou proporções e se tornou um marco histórico no Brasil.

Considerando que a memória individual não está isolada nem fechada, é comum que o indivíduo sinta a necessidade de apelar pelas lembranças dos outros para evocar seu próprio passado. De acordo com Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva está intrinsecamente ligada às memórias individuais, embora não se confundem. Nesse sentido, a memória coletiva desempenha o papel de armazenar os fatos históricos, registrando os acontecimentos e as datas que marcaram a vida de um determinado grupo. Um exemplo disso é o livro *Os Sertões*, cujo objetivo de reconstruir fatos históricos por meio da memória, revelando os conflitos e o sofrimento vivenciado pelos sertanejos. Em notas de um diário, encontra-se um trecho em que Antônio Beato, auxiliar do Conselheiro, arma uma cilada ao general, em uma conversa registrada da seguinte maneira: “não foi perdida uma sílaba única do diálogo prontamente travado. ‘– Quem é você? ‘– Saiba o seu doutor general que sou Antônio Beato e eu mesmo vim por meu pé me entregar porque a gente não tem mais opinião e não aguenta mais’ ” (CUNHA, 2016, p. 567, grifo do autor). Assim, nota-se que a memória desempenha um papel positivo e direto no texto, pois, além de materializar os acontecimentos, confere-lhes verossimilhança, enriquecendo e enaltecendo a escrita.

A memória tem um papel imprescindível na compreensão do passado, podendo explicar as relações de poder e o sofrimento dos oprimidos, possibilitando uma luta do homem pelo fim das injustiças e das desigualdades sociais. Segundo Ecléa Bosi (1994), nem todas as lembranças são experiências pessoais, muitas delas são herdadas, baseadas em histórias contadas por outras pessoas ao longo do tempo, tornando-se parte integrante da vida e enriquecendo o conhecimento do homem. Nesse contexto, Euclides da Cunha foi capaz de reunir suas experiências com as de outras pessoas ao escrever seu livro, trazendo relatos da Guerra de Canudos de forma verossímil: “Translademos, sem lhes alterar uma linha, as últimas notas de um diário, escritas à medida que se desenrolavam os acontecimentos” (CUNHA, 2016, p. 566), possibilitando a continuidade da história ocorrida no arraial de Canudos.

De maneira geral, a memória e a história desempenham um trabalho fundamental na análise do passado. A memória age na seleção dos acontecimentos, não registrando todos os fatos, ao passo que a história busca mapear e preservar a totalidade do passado, sem distinção ou seleção dos eventos, reorganizando e resgatando-os. Desse modo, a memória e a história existem “graças à nossa capacidade de (re)inscrever os traços deixados pelo passado” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 78). Um protótipo disso é o livro *Os Sertões*, que continua a narrativa dos acontecimentos e retrata a vida e a tragédia

ocorrida no Sertão brasileiro. Esse texto transformou o passado perdido em um documento histórico, servindo como uma moldura para a realidade que foi aniquilada pela máquina de guerra republicana.

O livro é considerado precursor do pensamento sociológico brasileiro, abordando questões como o regionalismo brasileiro, as sub-raças e aspectos culturais e históricos. Ao retratar a realidade dos moradores da região, o livro também destaca a Guerra de Canudos e os diversos interesses que cominaram ao genocídio. Essa narrativa reproduz o sofrimento, a indiferença e o abandono dos sertanejos diante do governo republicano, expondo a exclusão, o aniquilamento e a violência contra os “patrícios” do Sertão. Além disso, ela preserva a imagem do homem sertanejo e procura impedir que horrores semelhantes ocorram novamente no Sertão da Bahia. Ao valorizar o testemunho como fonte histórica, a historiografia perde espaço na sociedade, enquanto a memória ganha mais importância, ocupando o vazio deixado pela historiografia tradicional. Seligmann-Silva (2003, p. 80) elucida que “o testemunho é o vetor dessa nova disciplina”, uma vez que não há mais lugar para verdades absolutas e leis consideradas universais. Dessa forma, percebe-se que *Os Sertões* é considerado uma fonte indispensável para o estudo do sertanejo nordestino, sendo um texto histórico construído a partir de dados da memória e do testemunho, capaz de reescrever o passado no presente.

3.2 O testemunho: trauma e silenciamento

O trauma nas testemunhas é uma cruel consequência da realidade. Segundo Aleida Assmann (2011, p. 276), gera um terror que danifica o *self* da memória e despreza conceitos que englobam a “memória heroica”, tais como: “escolha, vontade, poder de reflexão, asseguarção de expectativas”. O *self* danificado não possui controle físico e intelectual sobre o ambiente, privando-se de livre-arbítrio, autoestima, valores positivos, futuro e opções intelectuais. Esse estado impede o acesso a “memória não heroica”, afastando a testemunha de recursos significativos. Em situações de trauma de guerra, como ocorreu em Canudos, ocorre uma transição de “memória heroica” para “memória não heroica”, assim, com o *self* danificado provoca a destruição da “autoconstituição integral” (ASSMANN, 2011, p. 277). Com a perda de raciocínio e reflexão, as testemunhas se tornam manipuláveis e reproduzem distorções, passando a silenciar os fatos ou distorcê-los. N’*Os Sertões*, Euclides da Cunha traz essas elucidações em seu

texto: “alguns ardiam, lentamente, sem chamas, revelados por tênues fios de fumaça, que se alteavam em diversos pontos” (2016, p. 548). As testemunhas presenciaram corpos incinerados, soldados alvejados à queima roupa, amontoados, apodrecidos, enfim, um verdadeiro “hospital de sangue”.

De acordo com Aleida Assmann (2011, p. 277), o *self* danificado desencadeia o trauma impossibilitando a autoconstituição integral da vítima. Além disso, o *self* danificado requer todo um processo de “reinterpretações e novas percepções”. O trauma é como um fantasma que ronda a testemunha traumatizada, é como um corpo estranho que as palavras da vítima não conseguem expressar adequadamente as feridas físicas e mentais. Com o objetivo de amenizar essa perturbação mental e as recordações de sofrimento, muitos consideram a terapia hipnótica como um possível tratamento, pois ela é capaz de reduzir o tormento e induzir o esquecimento. A partir desse processo, as vítimas conseguem delimitar seu espaço de recordação e reinventar uma nova forma de viver.

A estudiosa traz também outros esclarecimentos sobre o tema, como a experiência de Ruth Klüger, uma sobrevivente dos campos de concentração de Auschwitz que testemunhou seu sobrinho Hans ser torturado pelos nazistas. Em sua biografia, Klüger (1992, p. 9) descreve com detalhes as cenas, enfatizando que a agonia, a tortura e o sofrimento persistem na memória da vítima. Dessa maneira, as palavras são incapazes de expressar completamente essa ferida, e mesmo que a testemunha tente demonstrar o sofrimento, não se equipara a constante da lembrança.

Quando se trata de trauma, é impossível não pensar na psicanálise, uma abordagem amplamente defendida por Freud. Após o término da Segunda Guerra Mundial (1914 a 1918), um grande número de combatentes foi afetado psicologicamente. Diante dessa situação, o renomado psicanalista Sigmund Freud realizou estudos aprofundados e percebeu que o trauma sofrido pelos combatentes se manifestava de forma constante, de forma onírica, o que fazia que a vítima revisitasse os momentos de sofrimento da guerra. Buscando diminuir as características do trauma, Freud percebeu que a psicanálise poderia oferecer formas de amenizar a dor e o sofrimento. Para ele, o trauma é a incapacidade do psiquismo controlar a excitação e os estímulos recebidos, um elemento estranho à consciência, que se mantém congelado, impossibilitando o esquecimento. O tratamento analítico tinha como objetivo resgatar lembranças que estavam guardadas no inconsciente, muitas vezes inacessíveis à consciência do indivíduo. Ao invés de simplesmente recordar as cenas do trauma, o sujeito as reproduz, substituindo

o impulso de repetição pelo impulso de recordação, o que possibilita a diminuição do sentimento de dor presente no inconsciente. Ao trazer esses sentimentos reprimidos, os traumas podem ser enfrentados e superados. Nesse segmento, Julia Cozer (2021, p. 43) escreve:

A compulsão à repetição, assim, serve de fundamento à pulsão de morte, na medida em que seria uma expressão dessa força que busca eternamente retornar a um estado anterior, marcado pela ausência de excitações. A partir desse momento, a pulsão deixa de ser concebida apenas como uma força que impele à mudança, à ação.

Dessa forma, o texto busca destacar que, por meio de repetição, o indivíduo procura retornar ao seu estado original, anterior ao qual foi afetado por fatores externos. O trauma, por sua vez, provoca desequilíbrio por meio de vários estímulos. Percebe-se que o trauma vivenciado pelos protagonistas, tanto na Primeira Guerra Mundial quanto na Guerra de Canudos, tem um impacto profundo, resultando em perturbações psicológicas duradouras. Em "Os Sertões", há inúmeros registros que demonstram as cicatrizes psicológicas deixadas pela guerra:

Chamou-se aquilo de ‘hospital do sangue’ dos jagunços. Era um túmulo. De feito, lá estavam, em maior número, os mortos, alguns de muitos dias já, enfileirados ao longo das quatro bordas da escavação e formando o quadrado assombroso dentro do qual uma dúzia de moribundos, vidas concentradas na última contração dos dedos nos gatilhos das espingardas, combatiam contra um exército (CUNHA, 2016, p. 573).

Susan Sontag (2003) aborda a questão da memória e do trauma de forma contundente. Segundo a autora, muitas pessoas tem dificuldades em entender e assimilar o sofrimento daqueles que lhe são próximos, evitando pensar sobre a dor alheia, adotando uma postura imparcial. A autora também destaca que a atenção pública é guiada pelas imagens divulgadas pela mídia, o que faz com que a guerra, por exemplo, se torne ‘real’ somente quando há exposição visual desses eventos. As imagens têm o poder de tornar o ser humano insensível, incapaz de se colocar no lugar do outro e de reconhecer que o seu próprio sofrimento pode ser equiparado ao de outra pessoa. Isso resulta em uma grande injustiça no mundo. Sontag ainda ressalta que recordar demais pode gerar rancor, enquanto “fazer as pazes significa esquecer” (SONTAG, 2003, p. 46). Diante disso, a autora convida o leitor a refletir sobre as imagens das tragédias que ocorreram no mundo, incentivando uma análise crítica acerca dessas representações e estimulando o desenvolvimento do sentimento de compaixão diante da dor do outro.

Nesse sentido, é possível perceber que Euclides da Cunha propôs o registro das dores das vítimas do massacre de Canudos, com o objetivo de oferecer ao leitor informações precisas sobre a Guerra. Ao longo do livro, o escritor utiliza palavras como degolar, esmagamento, extermínio: “[...] e os degolamentos, e os incêndios, e a fome, e a sede; e dez meses de combates, e cem dias de canhoneio contínuo; e o esmagamento das ruínas [...] – a queda de um ideal ardente, a extinção absoluta de uma crença consoladora e forte [...]” (CUNHA, 2016, p. 562), para reproduzir o horror vivenciado. É notável a presença do trauma nos testemunhos e o impacto que as cenas do genocídio tiveram. Nesse sentido, pode-se estabelecer uma semelhança entre os sobreviventes de Canudos e os do Holocausto, por exemplo, ambos relatando eventos traumáticos e consagrando discurso em memória aos mortos.

No tópico “Últimos dias” d’*Os Sertões*, Euclides da Cunha expõe de forma contundente os relatos e depoimentos, inclusive os seus, sobre extermínio impiedoso dos sertanejos. O autor retrata o sofrimento dos canudenses, depondo e narrando os horrores que vivenciaram: “a degolação era, por isto, infinitamente mais prática, dizia-se nuamente. Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança” (CUNHA, 2016, p. 536). Dessa forma, Euclides da Cunha aborda o sofrimento e a crueldade animalesca inflingida aos sertanejos, era “o estrebuchar dos vencidos”, considerados pelo governo como pessoas miseráveis e despresíveis.

Seligmann-Silva (2003, p. 373) destaca que o testemunho, cuja origem é o termo latim *testis*, se refere ao “depoimento de um terceiro em um processo”. Nesse sentido, a testemunha busca transmitir a verdade ao narrar sua experiência e representar os acontecimentos factuais por meio de uma narrativa. É nessa perspectiva que *Os Sertões* se apresenta mais do que um gênero literário. O livro permite uma revisão e análise da história da catástrofe de Canudos, bem como questiona a sua relação com a verdade. A partir da sua experiência como correspondente do jornal *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha, foi testemunha ocular da sangrenta Guerra de Canudos. Ao reunir seu testemunho com o de outras pessoas, ele escreveu o livro que revelou ao mundo o ocorrido no Sertão da Bahia.

Após o massacre em Canudos, o povoado foi praticamente extinto e os poucos sobreviventes silenciados, deixando apenas os depoimentos daqueles que testemunharam essa atrocidade como registro. Segundo Fredrigo e Gomes:

o testemunho prestado é secundário; os comentários são, quando muito,

derivativos; e a pedagogia, apesar de requerer os comentários e o conhecimento, busca transmitir, quase como um estigma, o testemunhar e o tipo de testemunho que expresse a impossível e aporética tentativa de expressar algo que vai além do conhecimento. O ponto, nesse sentido, é aparentemente chegar tão próximo quanto possível da experiência de ser uma testemunha e tornar-se o tipo de testemunha secundária que, de alguma forma, reviva ou seja marcada pelo o que a vítima do trauma vivenciou (2020, p. 34).

Dessa forma, o testemunho secundário busca se aproximar ao máximo da experiência de uma testemunha, transmitindo de forma contundente as vivências traumáticas experienciadas pela vítima. Com base nessa afirmativa, percebe-se por meio das descrições minuciosas, que Euclides da Cunha reproduz os acontecimentos a partir do seu ponto de vista. No entanto, é importante destacar que, mesmo que o escritor relate os acontecimentos vivenciados por ele, esses relatos não serão idênticos aos das vítimas, uma vez que existe uma “distinção entre presenciar como testemunha e dar testemunho” (FREDRIGO; GOMES, 2020, p. 33). Assim, a experiência pessoal não pode ser completamente vivida por outra pessoa, pois o trauma que a vítima carrega é uma “experiência abaladora” que pode distorcer a memória, tornando-a “falível e vulnerável”.

O escritor oferece uma narrativa que não é estritamente factual, mas motivada pela compaixão e empatia, fazendo uma análise sociopolítica dos eventos ocorridos no arraial. De acordo com Seligmann-Silva (2003), um sobrevivente que testemunhou a morte de perto, desperta a empatia no leitor, levando-o a compreender o terrível inferno que foi experienciado. Por meio da sua escrita literária, Euclides da Cunha reconstrói os acontecimentos, aproximando-se do sofrimento e angústia das vítimas da guerra, que é narrado no terceiro capítulo, oferecendo detalhes e uma visão de uma pós-memória: “adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo; devia-se degolar. A repressão tinha dois polos – o incêndio e a faca” (CUNHA, 2016, p. 536). O escritor, descreve a batalha fria e devastadora que se desenrolou em Canudos, utilizando a força da ficção para transmitir a magnitude da tragédia.

Segundo Marianne Hirsch (2012), o final do século XX e XXI foi marcado por uma multiplicação de genocídios e catástrofes, o que gerou graves impactos traumáticos nas vítimas desses acontecimentos. Essas questões tornam-se cada vez mais relevantes, devido aos efeitos cumulativos que podem durar por gerações. A autora ainda destaca a importância da pós-memória, que está diretamente relacionada aos testemunhos de sobreviventes que vivenciaram tais eventos traumáticos. Essas experiências são transmitidas de forma profunda para os descendentes, gerando um distanciamento crítico e uma inter-relação com o mundo moderno. A pós-memória reflete a preocupação com a

continuidade das memórias traumáticas, descrevendo a relação da geração posterior com aquela que testemunhou o trauma. As histórias contadas pelas testemunhas são uma fonte de aprendizado e experiência para os ouvintes, possibilitando que eles adquiram um conhecimento mais profundo sobre os acontecimentos.

É interessante ressaltar que as experiências narradas pelas testemunhas têm um impacto profundo nos ouvintes que cresceram ouvindo os relatos, tornando-se uma parte de sua história, como se tivessem vivido experiências por si mesmos. Marianne Hirsch (2012, p. 107, tradução nossa) explica que a conexão entre a pós-memória e o passado não está relacionada à mera lembrança, mas sim à imaginação e à criação. “A conexão da pós-memória com o passado não é, portanto, realmente mediada pela recordação, mas pelo investimento imaginativo, pela projeção e pela criação”.²² Essa memória herdada tem a responsabilidade de transmitir, de forma indireta, imagens e projeções do passado ao presente.

A memória herdada possui um importante papel na projeção do passado para o presente, permitindo que aconteça uma aproximação da efetividade do “pós”. A pós-memória não é idêntica a memória, mas uma reconstrução, que por meio de *flashes* de imagens, mantém e projeta as experiências da guerra mediante as expressões corporais das vítimas, como explica Marianne Hirsch (2012, p. 109): “postmemory is not identical to memory: it is “post,” but at the same time, it approximates memory in its affective force”. Dessa forma, é possível constatar que as testemunhas da Guerra de Canudos relataram suas experiências de forma a evidenciar os impactos e consequências do trauma no psicológico dos sobreviventes. Vale ressaltar que essa pós-memória recebida difere da recordação das testemunhas que estiveram presentes no episódio, podendo, assim, contribuir para a construção de identidade dos brasileiros e auxiliar na formação crítica do indivíduo.

O conceito inicial de Marianne Hirsch (1992, p. 339) é de que a pós-memória se refere aos descendentes de sobreviventes de genocídios. No entanto, essa ideia foi expandida para diferentes contextos, entendendo que não apenas os descendentes representam essa pós-memória, mas também existem testemunhas distantes que têm relação com o trauma pessoal, coletivo e cultural. Essas testemunhas distantes possuem lembranças de experiências vivenciadas, contribuindo para uma memória “transgeracional”. Nesse sentido, é possível identificar a presença da pós-memória

²² “Postmemory’s connection to the past is thus not actually mediated by recall but by imaginative investment, projection, and creation”.

“transgeracional” em *Os Sertões*. Os relatos presentes no livro são testemunhos de pessoas que presenciaram o massacre, transmitindo por meio de suas narrativas as experiências traumáticas vivenciadas. Essa transmissão ocorre ao longo de várias gerações, possibilitando uma compreensão do processo da guerra e de suas nuances. Mediante o exposto, percebe-se que Euclides da Cunha, por meio d’*Os Sertões*, inicia uma luta travada contra o esquecimento, narrando a experiência traumática vivida na Guerra de Canudos.

Enlear ao pescoço da vítima uma tira de couro, num cabresto ou numa ponta de chiquerador; impedi-la por diante; atravessar entre as barracas, sem que ninguém se surpreendesse; e sem temer que se escapasse a presa, porque ao mínimo sinal de resistência ou fuga um puxão para trás faria que o laço se antecipasse à faca e o estrangulamento à degola (CUNHA, 2016, p. 533).

Fredrigo e Gomes (2020, p. 165) ressaltam a importância do significado do esquecimento na história, observando que a maioria dos episódios no Brasil são esquecidos: “o esquecimento público no Brasil é uma constante política da memória, endossada pelo Estado e pelos meios de comunicação em massa, com claros interesses políticos”. Isso também se aplica ao caso de Canudos, onde os crimes cometidos não geraram comoção coletiva, revoltas ou acusações mais contundentes. O silenciamento, além de encobrir os fatos, também apaga os rastros da violência, impedindo que os envolvidos e responsáveis pelos crimes sejam punidos.

É possível observar que as atrocidades ocorridas em Canudos foram ofuscadas pelo governo, que recorreu a mídia para destorcer os fatos, produzindo um confronto de ideias cada vez mais velado. Euclides da Cunha, durante sua estadia no arraial como jornalista, identificou o absurdo contra os nordestinos, e, revoltado, transformou-se num denunciante: “ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura [...]” (CUNHA, 2016, p. 575). A escrita multifacetada de seu livro, *Os Sertões*, contém relatos de acontecimentos que não são encontrados em outros documentos, justamente devido à intenção do governo de silenciar e apagar as atrocidades cometidas contra Antônio Conselheiro e seus seguidores.

O esquecimento também desempenha um papel significativo nesse contexto, de acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 455) “pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela”. Nesse sentido, há uma preocupação em saber se a “história autorizada” é compatível com a história oficial. Caso contrário, ocorre um

esquecimento estratégico, motivado pela falta de interesse em manter as informações sobre os fatos e em investigar e comunicar os males cometidos. Além disso, percebe-se que o governo, além de silenciar as testemunhas, empregou estratégias para apagar o massacre, como pode ser observado na seguinte citação: “toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não aproveitassem os caminhos abertos à artilharia para uma propaganda tenaz, (visou trazer para a história atual) aqueles rudes compatriotas retardatários” (CUNHA, 2016, p. 496). Dessa forma, a existência do massacre é incorporada e assimilada.

Os meios de comunicações, os políticos e as grandes empresas assumem um papel fundamental no controle das narrativas históricas, segundo Fredrigo e Gomes (2020, p. 168), “tornando-se agentes decisivos na produção da memória histórica e política no Brasil”. Os pesquisadores explicam que os regimes opressores são respinsáveis por produzir esquecimentos dos genocídios, adotando uma política de censura que impede a divulgação dos crimes, enquanto monitoram a imprensa, contribuindo para o silenciamento controlado. Nesse sentido, a Guerra de Canudos foi representada de maneira fragmentada e dispersa pela mídia da época, dificultando uma análise precisa da situação real do país. Euclides da Cunha explica que o governo estava interessado em apresentar para à sociedade que o perigo havia sido eliminado com a morte do líder do movimento: “fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando a sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava afinal extinto aquele terrível antagonista” (CUNHA, 2016, p. 575). Assim, com a morte de Antônio Conselheiro e seus seguidores, o governo propagou a ideia de que o perigo havia acabado, o que resultou no festejo de multidões de pessoas.

Paul Ricoeur (2007, p. 455) denomina essas estratégias articuladas do governo, que visam silenciar as vítimas do seu passado traumático, como “memórias manipuladas”. De acordo com o autor, tanto a mídia quanto o estado assumem a responsabilidade de fornecer informações difusas sobre a violência perpetrada, criando uma espécie de esquecimento obrigatório. Em relação a Canudos, tal comportamento do governo foi igual, atuando de maneira incisiva:

O atentado era público. Conhecia-o, em Monte Santo, o principal representante do governo, e silenciara. Coonestara-o com a indiferença culposa. Desse modo a consciência da impunidade, do mesmo passo fortalecida pelo anonimato da culpa e pela cumplicidade tácita dos únicos que podiam reprimi-la, amalgamou-se a todos os rancores acumulados, e arrojou, armada até aos dentes, em cima da mísera sociedade sertaneja, a multidão criminosa e paga para matar” (CUNHA, 2016, p. 537).

Nessa passagem, percebe-se a intenção do governo, desde o início, de extinguir os sertanejos, ao enviar batalhões com o propósito de “ir bater os fanáticos do arraial de Canudos” (CUNHA, 2016, p. 231). Apesar de cometer uma sequência de atrocidades contra os jagunços, o governo tenta transmitir a imagem de ser benevolente e pacífico: “e diga-lhes que o governo da República é bom para todos os brasileiros” (CUNHA, 2016, p. 568). Por meio desse discurso, manipula e silencia as testemunhas que presenciaram a matança ocorrida.

É importante destacar que ocorreu um silenciamento em dois aspectos distintos: o silenciamento das vítimas do genocídio e o silenciamento daqueles que presenciaram o massacre. O segundo elemento provavelmente passou despercebido pelas próprias testemunhas, pois o governo manipulava a sociedade ao disseminar a ideia de que os habitantes de Canudos não eram apenas um grupo de fanáticos religiosos, mas sim rebeldes monarquistas perigosos. De acordo com Euclides da Cunha “agitavam-se as ideias alarmantes: os sertanejos não eram ‘um bando de carolas fanáticos’, eram um ‘exército instruído, disciplinado’ ” (2016, p. 356). Portanto, com o extermínio daquela gente, foi justificado como um corretivo enérgico para “os rudes impertinentes, os criminosos retardatários, que tinham a gravíssima culpa de um apego estúpido às mais antigas tradições” (CUNHA, 2016, p. 258). A República acreditava estar fazendo um favor para os brasileiros ao eliminar aqueles povos do território, decidindo que eles “seriam destruídos a ferro e fogo”, disseminando a ideia de que o combate a aquela gente era necessário para manter a ordem da “Pátria, Glória e Liberdade” (2016, p. 257). Os oficiais encaravam o combate como uma responsabilidade de proteger a República, levando ao relato de uma “alegria ruidosa e vibrante dos oficiais e das praças” (CUNHA, 2016, p. 258), uma verdadeira festa às vésperas dos combates. Dessa maneira, percebe-se que essa foi a forma do governo silenciar as testemunhas indiretamente.

Durante a guerra, o governo camuflou os acontecimentos com o objetivo de preservar o prestígio da República e eliminar os criminosos que ameaçavam “à soberania do Estado” (CUNHA, 2016, p. 248). A situação era tão preocupante que o governo da Bahia solicitou a intervenção, admitindo sua incompetência em manter a ordem em seus domínios. As manchetes publicadas induziam o leitor a pensar que aqueles patrícios queriam desestabilizar e desorganizar a República, enquanto às disputas pelo poder se intensificavam. O discurso formado a partir dessas relações de poder refletia os interesses políticos da elite dominante da época. Como relatado por Euclides da Cunha: “A mesma nota em tudo: era preciso salvar a República [...]” (CUNHA, 2016, p. 361). A priori, o

governo subestimou a força e habilidade dos sertanejos, chegando a carecer de soldados e batalhões: “era preciso completa-los, armá-los, vesti-los, municia-los, adestra-los e instruí-los” (CUNHA, 2016, p. 365). As informações divulgadas pela mídia não condiziam com a realidade da guerra,: “o sertanejo defendia o lar invadido, nada mais” (CUNHA, 2016, p. 450), enquanto o governo se encarregava de propagar a defesa republicana. As palavras “*Bandidos encurralados! Vitória certa!*” (CUNHA, 2016, p. 454, grifos do autor), exemplificam a maneira como o governo propagava os acontecimentos. Portanto, o testemunho de Euclides da Cunha e demais testemunhas ganham relevância na obra *Os Sertões*, pois seus relatos comprovam o quanto “a luta era desigual” (CUNHA, 2016, p. 245), que o caso era “original e verídico” (CUNHA, 2016, p. 235) e que a Guerra de Canudos foi um “refluxo” na história brasileira.

Seligmann-Silva (2003, p. 131) ensina que apenas aqueles que estiveram presentes e vivenciaram os acontecimentos podem realmente compreender a dimensão do sofrimento. Nesse sentido, o testemunho do narrador “é uma experiência que estaria além das fronteiras da compreensão, restando, portanto, apenas a esfera da narrativa descritiva e do conhecimento fatural”. Euclides da Cunha, por sua vez, testemunhou o massacre por alguns dias e constatou que as medidas tomadas pelo governo foram cruéis e desproporcionais. O povo denominado “monarquista”, eram composto, na verdade, por pessoas que se recusavam a pagar impostos abusivos e a se submeter as regras impostas pelo governo vigente. Essas pessoas “não produzia impostos ou rendas que interessassem o egoísmo da coroa” (CUNHA, 2016, p. 120), e portanto, não apresentavam ameaça à República, como divulgado pela governança da época.

No Capítulo “Últimos dias – A degola”, Euclides da Cunha narra com detalhes as barbaridades reproduzidas pelos soldados contra os sertanejos:

Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e francamente exposta a garganta, degolavam-na” (CUNHA, 2016, p. 531).

Euclides da Cunha se propôs a garantir a publicação dos fatos ocorridos em Canudos, por meio do seu testemunho e de outros sobreviventes, utilizando a literatura como forma de expressão. É possível perceber nos relatos a presença do trauma nas testemunhas, que tiveram que enfrentar situações diversas de sofrimento. De acordo com Seligmann-Silva (2003, p. 137) “a literatura é o testemunho de sua própria possibilidade

de sobrevivência”. Isso significa que a literatura desempenha o papel de preservar a memória histórica, garantindo que os fatos sejam lembrados e não desapareçam no tempo. Euclides da Cunha explica que o fenômeno ocorrido em Canudos podem ser entendidos como um crime completo e total. Em suas palavras expressa que “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2016, p. 34). Nesse sentido, o escritor registra a resistência daquelas pessoas que foram assassinadas, sem que seus nomes fossem divulgados e sem elas tivessem túmulos dignos. Essa atitude é uma falta de respeito às vítimas e uma forma de aniquilar sua existência. Márcio Seligmann-Silva (2003, p. 138) destaca que é necessário amparar e resguardar a memória das testemunhas, proporcionando uma “sólida e consistente moldura da história”. No entanto, o que aconteceu em Canudos foi um silenciamento da voz direta das vítimas, praticado pelo governo, que apagou os crimes cometidos e escondeu o horror e a barbárie executados.

O genocídio deixou marcas profundamente nas vítimas e sensibilizou Euclides da Cunha. Desde o lançamento do seu livro, a crítica da época ficou impressionada com o impacto da narrativa. Após a leitura, o crítico José Veríssimo escreveu o primeiro artigo sobre Euclides da Cunha no Brasil, despertando a atenção do público e de estudiosos. O escritor narrou a campanha com clareza e criticidade, expressando uma grande “exaltação na defesa dos direitos das vítimas e na condenação dos responsáveis por aquela tragédia nacional” (CUNHA, 2016, p. 30). O esmagamento de Canudose as cenas de genocídio presenciadas por testemunhos deixaram o autor impactado. Seligmann-Silva (2003, p. 360 – 361) explica, que ao lembrar e narrar os acontecimentos a contrapelo, o narrador enfrenta o “sofrimento experimentado, além de alimentar nele esperança de que tal narração seja um meio de acusar o inimigo pela barbárie perpetrada, impedindo-o assim de continuar a adotar tais práticas”. Partindo desse pressuposto, compreende-se que *Os Sertões* foi escrito com o intuito de denunciar a conduta ilegal e desumana contra aqueles “patrícios”:

Os adversários acotovelavam-se. Ouvia-se, transudando das paredes de taipa, o surdo e indefinível arruído da população entocada: vozes precipites, cautas, segregando sob o abafamento dos colmos; arrastamento de móveis; soar de passos; e uns como longínquos clamores e gemidos, e às vezes – notas cruelmente dramáticas! – gritos, e choros, e risos, de crianças [...]” (CUNHA, 2016, p. 549 – 550).

Neste trecho, constata-se a afirmação de Seligmann-Silva (2003) ao destacar que o sobrevivente, aquele que viu de perto a morte, é capaz de despertar uma “modalidade

de recepção” no leitor, dando voz por meio do seu testemunho. Desse modo, Euclides da Cunha alcançou esse objetivo, concedendo voz as pessoas que foram silenciadas e mantendo o passado vivo no presente por meio da literatura de testemunho:

Dizia-o, mais expressiva, a nudez dos cadáveres. Estavam em todas as posições: estendidos, de supino, face para os céus; desnudos os peitos, onde se viam os bentinhas prediletos; inflexos no último crispar da agonia; mal vistos, às vezes, caídos sob madeiramentos, ou de braços sobre as trincheiras improvisadas, na atitude de combate em que os colhera a morte” (CUNHA, 2016, p. 548).

O escritor relata cenas traumáticas de Canudos e narra o massacre contra as pessoas que viviam naquele arraial. Percebe-se que as tais cenas presenciadas causaram um profundo impacto no escritor, deixando marcas subjetivas da sua indignação no decorrer da escrita d’*Os Sertões*. No tópico intitulado “Depoimento do autor”, encontram-se relatos que descrevem a brutalidade da guarnição contra os sertanejos, inclusive crianças, mulheres e idosos: “aquela mulher, naquele demônio de anáguas, aquela bruxa agourentando a vitória próxima – foi degolada [...]” (CUNHA, 2016, p. 536). Euclides da Cunha desconstrói a imagem idealizada do sertanejo, desmistificando as ideologias defendidas pela República que enalteciam o soldado como um herói nacional. Em seu livro vingador, ele lança “um grito de protesto” (CUNHA, 2016, p. 538), narrando a história de Canudos e colocando em evidência o atentado, bem como descrevendo o sofrimento, as lutas e os embates vividos pelos sertanejos.

Nesse sentido, percebe-se que o escritor não se limita apenas em seus testemunhos, mas também apresenta relatos oficiais que expressam o sofrimento de forma comovente, despertando a compreensão do leitor sobre a dimensão da violência praticada contra os sertanejos. Um exemplo marcante é o relato do comandante do 3º distrito militar, o general Frederico Sólón:

4 de novembro do ano findo (1896) em obediência `ordem já referida, prontamente satisfiz a requisição, pessoalmente feita pelo Dr. Governador do Estado, de uma força de cem praças da guarnição para ir bater os fanáticos do arraial de Canudos, asseverando-me que, para tal fim, era aquele número mais que suficiente’ (CUNHA, 2016, p. 231).

Com o intuito de registrar o evento e aproximar o leitor dos fatos reais, utiliza-se de documentos oficiais para assinalar os acontecimentos, relatando ordens e instruções deferidas do governo, reproduzindo os interesses vigentes da classe dominante. A partir das ruínas do passado, Euclides da Cunha destaca o realismo em sua escrita por meio dos relatos, utilizando um texto híbrido, que mescla realidade e imaginação. Além disso, o

autor cria um cenário imaginário ao descrever a paisagem, ao clima e relevo, despertando no leitor uma mistura de sensações. O leitor euclidiano compartilha da dor do sertanejo, pois o autor retrata, com grande sensibilidade, a natureza, o homem e a trágica história de Canudos, transformando esses acontecimentos passados em arte, despertando sensações de dor, loucura e revolta. Esse encontro com a realidade resulta em uma valorização do sertanejo e da sua região interiorana, reconhecendo sua cultura e possibilitando a superação da divisão entre civilização litorânea e a suposta barbárie sertaneja.

De modo geral, a contribuição de Euclides da Cunha na formação da consciência histórica brasileira foi extremamente significativa, principalmente no que se refere à perpetuação da memória de Canudos. Ao deparar-se com a descrição de uma região esquecida, sofrida e resistente, o autor vagueia na caracterização do homem sertanejo, “O SERTANEJO É, ANTES DE TUDO, um forte. [...] É desgracioso, desengonçado, torto” (CUNHA, 2016, p. 133), conforme afirmação do escritor. Assim, o leitor é levado a percorrer todo um trajeto envolvente, se deparando com a luta, com a barbárie, com um verdadeiro crime que Euclides da Cunha encoraja a denunciar. “Denunciemo-lo” (CUNHA, 2016, p. 34).

Seligmann-Silva (2008, p. 69) apresenta diversas considerações pertinentes sobre o testemunho e o trauma. Segundo o autor, “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”, onde o tempo passado se mantém presente. Em outras palavras, a situação testemunhal do passado está sempre no presente, uma vez que o trauma se concentra nas lembranças. Tanto a Guerra de Canudos quanto o Holocausto foram eventos que ocorreram sem testemunhas primárias, uma vez que a maioria delas foi executada. Essa violência extrema impossibilitou a ocorrência de testemunhos, já que tratava do processo de “narrar o inenarrável” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 67). Com poucos sobreviventes capazes de reproduzir o episódio, Euclides da Cunha que esteve presente na guerra de Canudos, vivenciando os acontecimentos e testemunhando a chacina contra os sertanejos, assume o compromisso de trazer notoriedade aos fatos e oferecer uma compreensão ampla dos acontecimentos, promovendo um relato fidedigno.

Euclides da Cunha descreve de forma precisa os traços característicos dos sertanejos: “instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados (aliadas ao desaparecimento da raça, em virtude do avanço das civilizações no Sertão brasileiro e provocando o) “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 2016, p. 33). Além de ser uma denúncia, o livro faz um estudo profundo do homem, da sociedade e da cultura brasileira, com ênfase no sertanejo. O autor descreve

de maneira detalhada o local, as pessoas e os conflitos que aconteceram naquela época, revelando possibilidades de progresso social para os diversos grupos existentes no Brasil: “o povoado, triste e de todo decadente, reflete o mesmo abandono, traindo os desalentos de uma raça que morre, desconhecida à história, entre paredes de taipa” (CUNHA, 2016, p. 256). Diante do silenciamento daquela raça forte, Euclides da Cunha utiliza da literatura como meio de prestar-lhe um serviço, tornando-se um porta-voz que traz à tona os acontecimentos, evitando que o massacre ocorrido em Canudos se perdesse na história.

Segundo Seligmann-Silva (2008, p. 75), os sobreviventes de catástrofes carregam a culpa da sobrevivência. O autor ensina que o trauma leva o indivíduo a sentir-se deslocado, não pertencente, acreditando que todos deveriam ter morrido, inclusive ele próprio. Nesse sentido, “o apagamento dos locais e marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade. A *resistência* quando se trata de se enfrentar o real parece estar do lado do negacionismo”. Desse modo, o sentimento de irrealidade é um resultado do passado traumático em que o sobrevivente usa a imaginação como uma válvula de escape, buscando um efeito terapêutico. Possivelmente, essas poderiam ter sido as condições vividas pelos sobreviventes da Guerra de Canudos, caso tivessem tido a oportunidade de narrar suas experiências traumáticas. Infelizmente, a grande maioria das pessoas do arraial foi exterminada e os poucos sobreviventes foram silenciados. Euclides da Cunha se encarregou de narrar os fatos, comprometendo-se com a verdade. Por meio da sua escrita literária, ele descreveu a sangrenta Guerra de Canudos.

Aleida Assmann (2011, p. 297) aborda especificamente o tema do trauma na literatura, destacando que o trauma de guerra não pode ser tratado simplesmente como recordação. Esse tipo de trauma “vincula à pessoa uma experiência compacta, indissolúvel e indelével”, resultando em perturbação mental, desorientação, depressão, insônia e uma série de sintomas físicos e psíquicos reprimidos. Em relação a isso, vários trechos do livro *Os Sertões* descrevem cenas de morte, degola e sofrimento dos sertanejos: “alguns enfermos graves vinham carregados. Caídos logo aos primeiros passos, passavam, suspensos pelas pernas e pelos braços, entre quatro praças. Não gemiam, não estortegavam; lá se iam imóveis e mudos, olhos muito abertos e fixos, feito mortos” (CUNHA, 2016, p. 570-571). Essas descrições evidenciam as características do trauma, mostrando como o sofrimento já havia tomado conta daquelas pessoas, que caminhavam sem reação, imóveis e mudas, já esgotadas e desoladas após intensos confrontos e derramamento de sangue.

Percebe-se que a tragédia ocorrida em Canudos, que culminou na aniquilação de aproximadamente 25 mil pessoas, foi sistematicamente silenciada e Euclides da Cunha assume o compromisso de falar pelas vítimas, uma vez que o governo estava mais preocupado em manter sua imagem e desviar a centralidade dos fatos, construindo assim uma narrativa distorcida dos acontecimentos. Após as barbaridades que ocorreram em Canudos, essa falsa imagem persistiu no intuito de evitar a punição daqueles que defenderam ou praticaram atos autoritários que culminaram no massacre. É imprescindível, portanto, “lembrar para não esquecer”, como ensinam Fredrigo e Gomes (2020, p. 11), a fim de manter viva a historiografia e estabelecer um diálogo com tempo presente, com o intuito de que as pessoas compreendam os percalços enfrentados pelos sertanejos e as relações de poder que levaram o governo a dizimar essa gente desprivilegiada, que apenas almejavam viver uma vida livre de exploração e desvalorização.

O discurso defendido pela elite política da época, que retrava um grupo de pessoas fanáticas como perigosas e violentas, ameaçando a sociedade brasileira. No entanto, Euclides da Cunha rompe com esse discurso, mostrando em sua literatura, a importância da igualdade e dos direitos iguais para todos os indivíduos, destacando a necessidade de uma vida digna e sem coerção para o sertanejo. Ao apresentar o discurso de “verdade da vontade”, ele questiona o poder e a ânsia da classe dominante sobre a sociedade. Segundo Michel Foucault (1996, p. 10 e 14) “o discurso não é simplesmente aquilo de traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Essas relações de poder “são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem”, a pressão e a violência. Portanto, Euclides da Cunha, ao construir novos discursos por meio da sua escrita, usa a verossimilhança para evidenciar os fatos e desmistificar o contexto silencioso daquele momento. Assim, seu livro se torna uma forma de denúncia, contando mais do que a própria história narrada, revelando as injustiças praticadas contra os menos favorecidos.

Galvão (2019) enfatiza a distorção dos acontecimentos da Guerra de Canudos pela imprensa da época. Durante o conflito, as fotografias tiradas no campo de batalha não foram publicadas nos periódicos, e os telegramas e correspondências das autoridades políticas que determinaram a destruição do arraial foram mantidos em sigilo. A estudiosa analisa inúmeros trechos publicados nos principais jornais da época, revelando que a grande maioria das manchetes tinham o objetivo de desviar a atenção do leitor dos acontecimentos reais da guerra. Nos últimos dias do conflito, o General Arthur Oscar, em

uma carta aos jornais, descreveu a resistência de Canudos como uma conspiração monarquista, conforme transcrição feita do periódico *d'A Notícia* de 8/9 de outubro de 1897, atestando:

que Antônio Conselheiro trabalha a favor da Monarquia, e não quer o casamento civil e nenhuma lei da República. [...] de que Antônio Conselheiro quer a Monarquia. [...] Entretanto, caindo, muito embora, semelhante injustiça sobre a minha palavra de soldado velho e honrado, garanto-vos, com a convicção de militar sincero [...] Sou com a maior consideração e estima vosso correligionário e amigo obrigado (Assinado) Arthur Oscar. Canudos, 15 de setembro de 1897 (GALVÃO, grifos do autor, 2019, p. 77 e 78).

Assim, percebe-se nas cartas e telegramas dos participantes de alta patente, um silêncio diante da prática de degolar e do extermínio praticados contra a população do arraial. Verifica-se um bombardeio de informações sensacionalistas e tendenciosas, com o objetivo de manipular e divulgando notícias fraudulentas, apresentando uma República sem compaixão, aliada a uma imprensa cúmplice.

Monte Santo, 16. [...] Há oito dias estou aqui aguardando novidades sobre Canudos. [...] Os jagunços estão usando agora balas de chifre, que são mortíferas [...] Dentre muitas declarações, descobriu serem pessoas de importância e negociantes, auxiliares do miserável bandido. Conselheiro. (GALVÃO, 2019, p. 169 e 171).

Dessa forma, compreende-se que o crime ocorrido entre os anos de 1896 e 1897, só veio à tona em 1902, “contrariando a opinião corrente [...] Euclides da Cunha sugeriu uma abordagem pelo avesso da lei” (CUNHA, 2016, p. 25), ao escrever o livro protótipo. Com isso, Euclides da Cunha não apenas fez um registro do massacre, mas também tornou-o público, “a História não iria até ali” (CUNHA, 2016, p. 537). Seu livro “é um grito de protesto” (CUNHA, 2016, p. 538). Foi a negligência constante contra o povoado de Canudos que motivou Euclides da Cunha a escrever, na esperança de despertar a consciência inerte dos homens. Diante desse contexto, percebe-se a presença do trauma e do silenciamento das vítimas que presenciaram o genocídio. Um massacre brutal que foi ofuscado pela elite política e dominante do país, que delimitou a memória dos sobreviventes, desviando a atenção do público por meio de um discurso distorcido dos acontecimentos reais.

Após análises e discussões elencadas, constata-se que a tarefa de Euclides da Cunha em denunciar o crime, deu continuidade. Sua escrita mestra abriu caminho para diversos outros livros que deram continuidade ao seu trabalho inicial. Publicada há aproximadamente 121 anos, o livro continua despertando interesse tanto no campo

literário quanto historiográfico, não apenas no Brasil, mas também no exterior. Além dessas nuances já mencionadas, é suma relevância estudar o impacto traumático e os resquícios que esse crime desencadeia na vida de um indivíduo, acarretando diversos prejuízos psicológicos ao longo do tempo.

Desse modo, percebe-se que o silenciamento contribuiu para que as vozes fossem emudecidas e enterrar as marcas do trauma da guerra. No entanto, por meio do livro *Os Sertões*, Euclides da Cunha utilizou a narrativa para reconstruir a memória coletiva e dar voz a uma experiência compartilhada. Essa narrativa se tornou uma forma de resistência contra o silenciamento, permitindo a contribuição de uma pluralidade de vozes para a construção dessa escrita. De acordo com Fredrigo e Gomes (2020, p. 186), no Brasil, um país teoricamente democrático, existe uma cultura de políticos que vai contra os direitos humanos, “permitindo transformar o país em um campo de extermínio: de mulheres, de LGBTs, de pobres, de jornalistas, de pessoas engajadas nas lutas pelos direitos humanos, de aposentados, de negros, de favelados, etc.”. Diante disso, cabe às famílias de mortos e desaparecidos lutar pela justiça e pela verdade, já que não recebem ajuda do Estado. Para que o testemunho tenha voz, é necessário que existam ouvidos receptivos, como afirmam Fredrigo e Gomes (2020, p. 186): “sem uma esfera pública aberta ao evento testemunhal, o testemunho não se dá de modo integral”. Infelizmente há uma ausência de elaboração jurídica e simbólica dos crimes por parte do Estado, o que caracteriza uma “política de amnésia” em relação aos crimes contra a humanidade. Euclides da Cunha não apenas narrou os acontecimentos exprimindo o terror e o sofrimento dos canudenses, mas também ressaltou a importância de lutar contra o silenciamento, descortinando os verdadeiros responsáveis pelo genocídio cometido contra os sertanejos.

Assim, percebe-se que os testemunhos dos envolvidos na Guerra de Canudos desempenharam um papel essencial na criação de *Os Sertões*, transformando-o de uma narrativa literária em um documento histórico, com o intuito de preservar a memória e evitar que o episódio caísse no esquecimento, algo que interromperia a ação de continuar. Dessa forma, Euclides da Cunha retrata a Guerra de Canudos por meio da narração dos acontecimentos, revelando particularidades da realidade e utilizando a literatura como “um teor testemunhal” (SELLIGMANN-SILVA, 2003, 48). Além disso, o livro implica uma reflexão sobre o genocídio ocorrido no Sertão da Bahia, mostrando como as testemunhas têm uma relação especial com a linguagem e desconstruem o silenciamento que o governo tentava manter.

3.3 Do revisionismo a reescritura

De acordo com Jim Sharpe (1992), no final do século XIX, o historiador Edward Thompson foi o precursor de uma nova área de pesquisa que buscava oferecer uma perspectiva alternativa na narrativa histórica. Diferentemente da tradição em que a história era contada a partir da visão política da elite, Thompson defendia a importância de ouvir a população e considerar a experiência das pessoas de classe baixa, como camponeses, operários e artesãos. Para revisar o passado de forma adequada, métodos historiográficos são essenciais, exigindo o acesso a fontes e meios que permitam interpretar os acontecimentos com legitimidade. Isso porque durante muito tempo, a história foi contada para atender os interesses sociais e econômicos da elite, gerando insatisfação em uma grande parcela da população. Identificando a necessidade de uma perspectiva mais inclusiva, Thompson direcionou seu trabalho para escutar e compreender a realidade das pessoas comuns. Um exemplo desse exame pessoal reside na análise detalhada de cartas escritas pelo soldado William Wheeler à sua esposa, em que ele narra, com base em sua experiência pessoal, o doloroso espetáculo das mortes ocorridas durante a Batalha de Waterloo²³.

A partir de então, outros historiadores se sentiram atraídos para essa nova área de pesquisa, explorando experiências históricas da classe oprimida, “cuja existência é tão frequentemente ignorada”, como descreve Jim Sharpe (1992, p. 41). Nesse contexto, surgiu o conceito *A história vista de baixo*. Ao adotar essa perspectiva, é possível reescrever a história de Canudos e analisá-la de uma maneira diferente da narrativa tradicional contada pela classe dominante da época. Essa abordagem busca compreender e trazer à tona as experiências vivenciadas pelos habitantes sertanejos, uma população em massa que foi aniquilada e impedida de contar a sua própria história.

Mediante essa nova abordagem, os historiadores se depararam com um desafio significativo: reunir fontes e relatos suficientes para reconstruir a história com base nessas experiências. Isso ocorre porque, até então, a narrativa dos acontecimentos passados era controlada pela classe dominante. A Nova História, por sua vez, busca dar voz a esses silenciados, permitindo que livros, como *Os Sertões*, sejam revisitados e interpretados com um olhar diferente. É importante compreender e adotar *A história vista de baixo*, como propõe Jim Sharpe (1992, p. 54), a fim de “servir como um corretivo à história da

²³ Foi um confronto militar ocorrido em 1815, sob o comando do Imperador Napoleão Bonaparte.

elite [...] (e abrir) a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica”. Portanto, a interpretação elitista não deve ser a única fonte confiável para a historiográfica, sendo atribuída importância também à história das “pessoas comuns”.

Assim, é necessário questionar os acontecimentos e incluir as vozes das classes inferiores das sociedades. Isso envolve escrever uma história baseada em tradições orais e testemunhos, utilizando elementos verossímeis que possibilitam uma abordagem popular, criminal, religiosa, entre outras, que até então poderiam ter sido negadas ou reinterpretadas. Em suma, é importante entender que a identidade nacional não foi moldada apenas pela elite dominante, mas também pelos escravizados, negros e outros grupos que contribuíram para cultura nacional.

O revisionismo é uma prática comum e essencial na historiografia, pois permite novas interpretações e visões sobre determinados eventos ou período histórico. No entanto, é importante ressaltar que os governos autoritários, muitas vezes, utilizam o revisionismo de forma distorcida e conveniente, propagando mentiras deliberadas e conspirando contra as fontes e os arquivos históricos. Seligmann-Silva (2003) explica que esse militantes do esquecimento, como chamados por Vidal-Naquet, são capazes de apagar os rastros do passado, violar registros da memória e inventar um passado de acordo com seus próprios interesses, sendo, portanto, considerados como “assassinos de memória”.

Existem dois tipos de revisionismo: o historiográfico e o ideológico. O revisionismo historiográfico utiliza métodos e procedimentos do conhecimento para trazer novas perspectivas e promover debates sobre temas históricos, reinterpretando os fatos com o intuito de oferecer um novo olhar sobre a realidade. Por outro lado, o revisionismo ideológico carece dos métodos historiográficos adequados, distorcendo teses historiográficas, abordando fragmentos de fontes sem contextualização, ocultando e adequando fatos para satisfazer interesses pessoais. De acordo com Márcio-Seligmann-Silva (2003, p. 78), o intuito do revisionista é “minimizar o papel das atrocidades – substituindo e deslocando o seu local –, seja negar a sua existência”. Dessa forma, ao negar os acontecimentos, reproduz o assassinato das vítimas, apagando a memória e, automaticamente, as responsabilidades dos perpetradores do massacre em Canudos.

De acordo com Walnice Nogueira Galvão (2019) durante e após a Guerra de Canudos, o governo silenciou a degola dos prisioneiros e contou com o apoio da mídia, que distorceu os fatos e divulgou informações falsas. A República se aliou a uma imprensa cúmplice, que revelou opiniões preconcebidas e distorceu os métodos de

extermínios praticados contra os sertanejos. No meio desse massacre, o jornal *A notícia* publicou uma passagem do cronista, assinando as iniciais O DE, exaltando o exército e acusando Antônio Conselheiro o responsável pela guerra:

Acaba-se, enfim, a lida que durou este ano inteiro; é coisa clara e sabida: estás frito, ó Conselheiro! Pelos casebres tomados já tremuda o pavilhão que os nossos bravos soldados levaram para o sertão. / Tu, que mostravas os dentes com tão aceso fervor, - ó Antônio! – não lamentos o estado em que vão pôr! / Derrota em frente à Favela, tomas até terça-feira: / Sim...eu sei que foges dela, mas há de levá-la inteira... / Foste no chão te esconder como as pacas e as cutias: nós, breve, havemos de ver como também assobias. / E entregue a negócio urgente que torna os tempos bicudos, não falará mais a gente, nem de ti, nem de Canudos! (GALVÃO, 2019, p. 55).

Matérias com esse teor eram, constantemente, publicadas. Percebe-se que o revisionismo ideológico invade as páginas dos jornais, desviando-se dos métodos historiográficos ao silenciar as evidências dos acontecimentos e camuflar o genocídio com notícias sensacionalistas e até mesmo humorísticas, conhecidas como “humor negro”. Além do governo, os comerciantes também utilizavam anúncios publicitários para atrair os leitores, aproveitando a Guerra de Canudos como forma de chamar a atenção. Os títulos atraíam os leitores, que acabavam lendo o anúncio sem perceber que se tratava de uma propaganda: “CANUDOS NA PONTA! / E a loja Primeiro de Setembro na pontíssima, a queimar fazenda por todo o preço. / Não se admirem!” (CALVÃO, 2019, p. 58). Algumas vezes, o anúncio vinha após um título em evidência, em caixa alta, como por exemplo, no *Diário de Notícias* da Bahia, em 24 de julho de 1897: “CANUDOS / AO ALCANCE DE TODOS / Um côvado de seda 1\$600! / Um corte de vestido de seda 24\$000!! / APROVEITEM! APROVEITEM! / LOJA MAGARÃO” (GALVÃO, 2019, p. 58). Nesse formato, o leitor não resistiria a ler aquele anúncio.

Os revisionistas ideológicos simplesmente desejam apagar o fato histórico, impedindo a propagação dos acontecimentos, interrompendo o trabalho historiográfico e evitando que os assassinos sejam responsabilizados. Márcio Seligmann-Silva (2019, p. 71) destaca que o “registro do revisionismo é o da mentira – portanto, cabe ao historiador restituir a verdade: que para Vidal-Naquet é ‘indestrutível’ ”. Com o silenciamento das vítimas, a fonte essencial é destruída e os testemunhos não acontecem, o que impede a descoberta de vestígios dos crimes.

Tão grave quanto o revisionismo ideológico é o apagamento dos acontecimentos.

A História só existe graças à possibilidade de reconstruir os vestígios do passado, permitindo sua continuidade. Márcio Seligmann-Silva (2019, p. 79) explica que diversos livros historiográficos são responsáveis por transformar “o passado perdido em traços de uma escritura que tem o valor de cemitério para aqueles que não puderam ser enterrados”. Portanto, *Os Sertões* definitivamente se enquadra nessa categoria de livros importantes, pois sua forma de testemunho traz relatos dos acontecimentos no arraial de Canudos, retratando o sofrimento das vítimas do genocídio.

Além das contribuições dos jornalistas, outros participantes de alta patente colaboraram fornecendo material para publicações, o que contribuiu para a exaltação do exército brasileiro. Um exemplo disso é o telegrama enviado pelo Comandante General Artur Oscar a sua esposa em 10 de setembro de 1897: “Maria Helena – Recife. – Continuamos o bombardeio. Canudos muito danificado. Inimigos todos os dias perdendo posições. Tropas animadas. Dia 20 assaltamos. Todos bons. Muitos abraços. Mostra imprensa. – Artur Oscar” (GALVÃO, 2019, p. 75). Esse telegrama foi publicado em vários jornais da época.

Entretanto, manter a continuidade aos fatos históricos se torna um desafio, uma vez que, frequentemente, os interesses individuais prevalecem. Organizações militares, acreditavam ter o direito de dizer o que lhes convinha, oferecendo sua versão dos fatos e difundindo conteúdo sem nenhuma base científica. Atualmente, essas ações são chamadas de *fake news*. Elas propagavam informações falsas e atribuíam-lhes uma historicidade, levando a sociedade a acreditar em inverdades reproduzidas, ocultando assim os crimes cometidos. Essa política do apagamento, denominada por Fabiana de Souza Fredrigo e Ivan Lima Gomes (2020) como “política da amnésia”, tem como objetivo encobrir os crimes praticados contra a humanidade, eliminando e apagando a história das vítimas, resultado assim em duplo assassinato da população.

De acordo com Marcos Napolitano (2021), o revisionismo pode estar acompanhado de estratégias ideológicas de indivíduos que possuem interesses políticos e que buscam simular conclusões que lhe sejam favoráveis. Sendo assim, direcionam suas reflexões questionando a consciência crítica histórica, evitando assim a continuação da luta pela democratização da sociedade. Eles baseiam-se em métodos e fontes próprias, agindo de maneira antiética no âmbito historiográfico. Deste modo, o objetivo do revisionismo ideológico não é ampliar o conhecimento sobre o passado, mas sim destruí-lo por meio de mentiras infundadas, distorcendo eventos históricos polêmicos e desconstruindo a narrativa democratizante que foi construída ao longo dos anos,

manipulando assim os acontecimentos de acordo com seus interesses.

Durante a Guerra de Canudos, diversas informações contraditórias em relação aos fatos circulavam, evidenciando a manipulação do governo tanto na história quanto na realidade. Essa manipulação visava negar as causas do genocídio e retratar o sertanejo como rebeldes e fanáticos. Em 14 de outubro de 1897, o jornal *O Comércio de São Paulo* publicou: “Nós brasileiros civilizados, queimamos mil homens em Canudos, para com essa fogueira humana aclararmos um pouco a noite da República” (GALVÃO, 2019, p. 112). Os jornais de grande circulação enalteciam a República em suas reportagens, diminuindo a importância do sertanejo. As correspondências recebidas por esses jornais também continham ataques raivosos, incriminando o povo do Sertão pelas atrocidades cometidas: “A ferocidade desses inimigos é inqualificável. Nunca se viu tanta perversidade em homens brasileiros. São as bestas feras destes Sertões” (GALVÃO, 2019, p. 178). Além disso, nem todos os jornais possuíam correspondentes acompanhando de perto a guerra, fazendo com que alguns jornalistas se baseassem em informações fornecidas por militares e/ou de terceiros para publicação. Portanto, muitas notícias veiculadas ao público eram baseadas nas palavras de militares participantes da guerra, não necessariamente representando a realidade dos fatos.

No entanto, alguns jornalistas corajosos se recusavam a distorcer os acontecimentos ao escrever as notícias. Um exemplo disso foi Favila Nunes, um polêmico jornalista desse período que defendia ser um representante neutro, como ele mesmo escreveu em uma reportagem para o jornal em que era correspondente, em 3 de setembro de 1897:

Ver, ouvir e contar é minha obrigação. [...] Tenho apenas um desejo; é combater esta injustiça que se faz ao povo baiano, de convivência com esse acidente de Canudos. [...] Dizem que em tempo de guerra há mentira como terra. Agora não é a mentira; é o desperdício, a inveja, a injustiça disfarçada em julgamento. [...] É preciso acabar de vez com esta teimosia estulta de acusarem o povo baiano e os seus homens mais ilustres e cheios de serviços à pátria de convivência com a miséria canudense (GALVÃO, 2019, p. 181 e 182).

O governo, aliado à mídia, manipulava a população em massa. A maioria dos jornais lançava diariamente notícias acusando os sertanejos de serem responsáveis pela guerra, enquanto pouquíssimas reportagens reproduziam matérias contra os ataques militares e a favor dos sertanejos. Quando emitiam alguma nota com este teor, dava “pano para as mangas” (GALVÃO, 2019, p. 181). Em uma reportagem publicada no dia 14 de agosto de 1897, o correspondente do jornal *Gazeta de Notícias*, Favila Nunes, fez duras

críticas referindo-se à situação da Bahia:

Aqui na Bahia não há Constituição nem leis, garantia da liberdade política nem civil: aqui reina o mais estúpido e brutal despotismo [...] prejudicando a pátria e a República. Concluindo, agradeço a *Gazeta de Notícias* o grande serviço que presta a esta terra, esclarecendo a opinião pública sobre seus negócios internos, combatendo o sistema de abafamento ultimamente adotado, que tantos males já lhe tem causado. [...] Folha absolutamente neutra em assuntos políticos, nada mais deseja senão servir sinceramente ao público, e V. Exa., que a lê diariamente nestes sertões, deve ter notado isso. Assim terminou o nosso *interview*. *Favila Nunes* (GALVÃO, 2019, p. 168, grifos do autor).

Contudo, mesmo que os correspondentes tivessem a intenção de se manter neutros durante as entrevistas, acabavam sendo contaminados pelas informações que lhe eram repassadas. Durante as entrevistas, eles frequentemente conversavam com políticos e recebiam mensagens que sugeriam que um grupo de monarquistas rebeldes manifestava a favor da desordem, prejudicando a paz.

Walnice Nogueira Galvão (2019) explica que após o fim da guerra surgiram editoriais com um tom diferente. Alguns intelectuais brasileiros começaram a publicar matérias questionando a ação do governo e expressando solidariedade aos sertanejos. Muitas dessas matérias eram assinadas com pseudônimos ou não tinham identificação:

Até hoje não consta que se originasse de crimes ou assaltos praticados pelos jagunços. Por motivo religioso, não foi, porque a Constituição federal garante a liberdade religiosa; por motivo de sedição ou revolução, também, não foi, porque os jagunços não tinham saído de Canudos para deporem nenhuma autoridade. O motivo não confessado, mas verdadeiro, parece ter sido este: Conselheiro, a cuja influência mais de uma vez recorreram os Srs. José Gonçalves, Rodrigues Lima e Luiz Viana por ocasião de eleições, recusou-se uma vez a atender ao último, e daí veio a guerra (GALVÃO, 2019, p. 115).

A pesquisadora relata ainda que só no final da guerra os sertanejos começaram a ser chamados de brasileiros. Antes disso, eram tratados como jagunços: “Dia 5 – Efetuaram-se novas entregas de jagunços, mulheres e crianças e às 5 horas da tarde Canudos estava então inteiramente dominado pelas forças da República” (GALVÃO, 2019, p. 146). Somente após o extermínio, eles “passam a ser irmãos” (GALVÃO, 2019, p. 119).

De acordo com Susan Sontag (2003), a mídia tem o poder de superestimular

excessivamente a mente dos telespectadores, leva a uma perda na capacidade de discernir eventos a partir de imagens violentas e reduzir a sensibilidade das pessoas na interpretação dos fatos. Embora os jornais da época da Guerra de Canudos não utilizassem fotografias para suas notícias, como é comum no século XXI, eles apresentavam um padrão de informação com influências do “parnasiano-naturalista-positivista-patriótico” (GALVÃO, 2019), com o objetivo de persuadir o leitor e direcionar sua interpretação de acordo com o veículo de comunicação. Segundo Sontag (2003, p. 43), “vivemos numa ‘sociedade do espetáculo’”, na qual a mídia se beneficia do sensacionalismo ao utilizar catástrofes como forma de atrair audiência, muitas vezes, propaga notícias de forma questionável.

Diante disso, habitualmente, as declarações e os testemunhos da realidade são tratados como meros espetáculos, transformando as notícias em forma de entretenimento. Infelizmente, esse comportamento tende a ser aceito com naturalidade pelos telespectadores. Assim, cada vez mais, a guerra passa a ser vista como um palco, as pessoas se mostram insensíveis a dor do outro, o sofrimento se transformou em um verdadeiro comércio. Portanto, mostrar um inferno, reconhecê-lo, compadecer dele e recordá-lo, é sobretudo “um ato ético, com um valor ético, tem um valor ético em si mesmo e por si mesmo” (SONTANG, 2003, p. 46), pois a memória, é de fato, a única relação que tem-se com aqueles que já morreram.

Partindo desse pressuposto, percebe-se que a Nova História, ao romper com a historiografia tradicional, possibilita o estudo dessa obra emblemática a partir de diferentes abordagens e novas leituras de um Sertão que se faz presente. Com isso, a visão do Sertão nordestino passa a ser valorizada não apenas na história, como na literatura, na arte, na poesia e em outros segmentos.

O que costumava ser visto como imutável na história tradicional está sujeito a variações e transformações na Nova História. Além disso, o que anteriormente era considerado apenas uma narrativa dos acontecimentos é agora abordado por meio de análises interpretativas. Enquanto a história tradicional tendia a oferecer uma visão geral dos eventos, a Nova História valoriza o olhar dos historiadores a partir de uma perspectiva mais inclusiva, isto é, “a história vista de baixo”. Cabe aos historiadores da modernidade revisitar e reavaliar a importância desse clássico da cultura nacional, *Os Sertões*, por meio de uma abordagem revisionista da história. A partir desse processo, é possível reafirmar e dar continuidade à importância dos contextos interpretativos na produção de novos discursos, pois de acordo com Calasans (2000, p. 11) “Os vencidos também merecem um

lugar na História”. É necessário desconstruir conceitos fixos para permitir um novo olhar sensível e atencioso ao revisitar a história de Canudos, dando voz as pessoas que testemunharam o genocídio.

Os Sertões tem sido objeto de várias interpretações desde a sua primeira edição. O livro não se limitou apenas ao território brasileiro, sendo traduzido para várias línguas, o que evidencia a força de sua composição textual ao denunciar crimes contra a humanidade e tornar-se um clássico. Durante a leitura, percebe-se a atualidade da obra, pois os conflitos e interesses políticos e sociais do governo são constantemente abordados. O autor instiga o leitor a refletir sobre o massacre, ressalta a importância de interpretar o contexto histórico e conferir novos significados aos eventos passados. Além disso, Euclides da Cunha fornece, por meio da linguagem, o que a história tradicional negligenciou revelando o não dito e explorando os múltiplos sentidos e significados.

O texto de Euclides da Cunha transcende a mera reconstrução da Guerra de Canudos, pois busca também fazer o leitor compreender a existência de um antagonismo dentro do sistema capitalista dominante. O autor demonstra a necessidade de uma hermenêutica que busque interpretar os novos discursos, contrapondo-se à visão positivista que tende ofuscar as intenções da classe dominante. A reescrita a partir do texto euclidiano desperta o desejo em debater questões morais, éticas e sociais, com o objetivo de lutar contra a tentativa de apagar e preservar a memória do passado no presente, como defendido por Walter Benjamin (1994, p. 224 – 225): “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Segundo Benjamin, o melhor método para lidar com o vencedor é a empatia.

A intertextualidade euclidiana provoca a ideia de “um texto escrevível em um presente perpétuo” (BARTHES, 1992, p. 39), permitindo que o leitor dê continuidade a sua escrita, revelando os estigmas do passado com novos significados. A partir do texto euclidiano, o leitor consegue estabelecer uma analogia entre passado e presente, depreendendo que o presente está intrinsecamente ligado aos acontecimentos do passado. Euclides da Cunha deixa indícios para que o leitor continue a interpretação do livro, pois, conforme ele mesmo declara: “É QUE AINDA NÃO EXISTE um Maudsley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...” (CUNHA, 2016, p. 577). Dessa forma, a

ausência de um “Maudsley”²⁴ implica na incapacidade de compreender e explicar os comportamentos violentos de certos grupos.

Ao analisar o livro no século XXI, percebe-se a impossibilidade de manter-se neutro diante dos acontecimentos históricos. Os leitores e escritores desta geração têm a responsabilidade de honrar as vítimas da sanguinolenta Guerra de Canudos, dando voz a realidade desse povo sofrido e oprimido. A reescritura de um texto como *Os Sertões* exige que o pesquisador tenha um olhar atento, valorizando a originalidade da escrita. Cabe ao historiador, utilizando as tendências e estilos da sua época, assimilar os traços históricos e preservar os valores que sustentaram o passado, possibilitando que as futuras gerações compreendam a importância de manter viva a memória histórica. A reescritura também busca conquistar o leitor contemporâneo, adaptando o discurso à atualidade.

Os Sertões, com seu contexto histórico, deixa a marca da reflexão sobre o sofrimento do povo sertanejo. O narrador-testemunha desenha a realidade ocorrida no final do século XIX, abandonando sua postura política para atuar em favor do próximo. Com discurso revisionista, Euclides da Cunha age em favor da verdade, materializando o massacre por meio da sua criatividade literária.

Ao realizar a reescritura do texto original de Euclides da Cunha, busca-se problematizá-lo, gerando debates discursivos alcançar o leitor da contemporaneidade, considerado como exigente por Leyla Perrone-Moisés (2016). De maneira geral, as releituras de *Os Sertões* desempenham a função de estimular a percepção e reflexão do público, trazendo uma nova perspectiva contemporânea que não havia sido explorada no passado. Essas reescrituras recuperam a visão do passado e a apresentam de forma distinta, o que traz um novo significado ao texto ao revisitar a ferida de Canudos, e romper com o discurso dominante que prevaleceu durante o genocídio. Portanto, a reescritura consiste em reunir fragmentos de outras leituras e interpretá-los com um olhar diferente, utilizando novos significados e palavras. Isso proporciona uma nova interpretação do texto.

Desse modo, percebe-se que tanto o revisionismo histórico quanto a reescritura são processos necessários quando se trata de compreender e interpretar fatos históricos. Ao adotar esses processos, é possível explorar diferentes perspectivas e interpretações sobre a Guerra de Canudos, proporcionando ao leitor uma visão mais crítica e contextualizada do evento e evitando a perpetuação de visões distorcidas e

²⁴ Euclides da Cunha faz referência ao Dr. Henry Maudsley, um renomado psiquiatra do século XIX, famoso por desenvolver teorias e métodos de tratamentos para doenças e distúrbios mentais.

preconceituosas. A reescritura tem um impacto significativo ao resgatar o passado, ao mesmo tempo que mantém a memória viva. Além disso, permite atualizar o texto, possibilita novas interpretações históricas e estabelece um diálogo com as questões da sociedade atual. Outro ponto importante é o aumento do acesso e o interesse do público pela leitura, tornando o livro acessível a diferentes grupos e contribuindo na divulgação da literatura brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da História, da Memória e do Trauma no livro *Os Sertões* é essencial para a compreensão e análise dos acontecimentos históricos, sociais, políticos e religiosos do Brasil no século XIX. Ao estudar a História, é possível evidenciar a violência sofrida pelo povo sertanejo e, ao mesmo tempo, compreender o contexto em que a guerra ocorreu, desmistificando o preconceito existente em relação a esse povo. Além disso, o estudo da Memória assume fundamental importância nesse contexto, pois o livro é uma coleção de relatos, documentos e memórias de Euclides da Cunha e de outros participantes da guerra.

A presença do testemunho aparece de maneira impactante no texto, ao passo que permite ao leitor conhecer o passado de forma verossímil e, com o auxílio da imaginação, o autor o aproxima dos acontecimentos. Por fim, a análise da questão do Trauma se faz indispensável para compreender as marcas deixadas pela guerra nas testemunhas. A violência brutal do massacre trouxe consequências psicológicas para a sociedade na forma de dolorosas e traumáticas lembranças.

A reescritura de *Os Sertões* não ocorre somente por meio de abordagens historiográficas e literárias, mas também por meio de filmes, documentários, pinturas, estátuas e monumentos, tornando-se uma multiplicidade de registros capazes de representar o crime que aconteceu no Sertão da Bahia. O livro, com sua abordagem multifacetada, permite pensar na formação de uma identidade nacional e nas relações sociais e de poder. A partir de eixos que se entrelaçam, novas formas de abordagens e análises potencializam e ressignificam a Guerra de Canudos, estimulando o leitor a realizar interpretações diversas.

Nesse contexto, conclui-se, então, que *Os Sertões* trabalha diversas nuances, abordando a relação do homem sertanejo com a natureza, revelando sua força e resistência diante do abandono e do preconceito. Além disso, a presente pesquisa evidenciou a relevância do livro na contemporaneidade, já que as questões abordadas nele estão intrinsecamente ligadas aos problemas sociais e econômicos do tempo presente. Euclides da Cunha retrata a dura realidade e o sofrimento enfrentados pelo povo sertanejo, demonstrando, também, um profundo conhecimento e comprometimento com a verdade. Esse livro não apenas influencia outros intelectuais se dedicarem ao estudo e a pesquisa do massacre em Canudos, mas também desperta um interesse profundo na temática, abrindo possibilidades para uma literatura mais comprometida com a realidade política e social do Brasil, contribuindo assim para a valorização da diversidade cultural do país.

Diante disso, considerado o legado deixado por Euclides da Cunha e a relevância do livro na exploração do passado, pode-se afirmar que os resultados desse estudo foram satisfatórios e confirmam a importância do livro, que contribuiu amplamente para a compreensão do genocídio ocorrido em Canudos. Estudar o passado é mais do que necessário para compreender o presente. Nesse sentido, percebe-se que a injustiça e a desigualdade social assolam a nação há muito tempo. *Os Sertões* representa não somente o nordeste baiano, mas também todas as outras regiões e povoados que sofreram e ainda sofrem com o descaso do governo que vivem sob condições precárias, sem políticas públicas, saneamento básico, recursos alimentícios, saúde, educação e muitos outros recursos. As novas interpretações impulsionam o leitor a experimentar novas abordagens. Entende-se, logo, que o Sertão está em toda parte, como afirma Riobaldo²⁵, ele é interdisciplinar.

A partir da leitura do livro, é possível perceber que existem várias outras interpretações possíveis sobre a Guerra de Canudos, indo além das ideologias individualistas e autoritárias defendidas pela elite dominante. *Os Sertões*, intitulado no plural, é um texto de passagens e travessias que contam com múltiplas narrativas permeadas de descrições que levam a significados distintos. Isso sugere que Euclides da Cunha se refere não apenas a Canudos, mas também a todas as regiões esquecidas e martirizadas do Brasil.

Escrever sobre *Os Sertões* é dar continuidade ao que Euclides da Cunha registrou. É oportunizar que outras gerações compreendam os fatores que ocasionaram a morte de aproximadamente 25 mil pessoas. É trazer para os dias atuais novas inquietações, com diferentes olhares. Não se trata apenas de resgatar a memória mas, sobretudo, de explorar um Sertão mergulhado em tristeza profunda, imerso em problemas sociais e econômicos, afastado do progresso, um passado que ainda continua ativo no presente. É essencial que o discurso desse livro seja perpetuado adaptando-se às necessidades do público leitor e rompendo com o mero espetáculo midiático. *Os Sertões* é memória, poesia e vida, e por isso precisa ser compartilhado, estudado e analisado. O livro representa não apenas a seca e a fome, mas também a desertificação humana, pois de acordo com Euclides da Cunha, o mal era ainda maior.

Euclides da Cunha, por meio da sua escrita aberta ao diálogo, convida o leitor a compreender além da guerra, promovendo a reflexão, despertando emoções e oferecendo

²⁵ Riobaldo é um personagem do clássico *Grande Sertão: Veredas* de Guimarães Rosa.

a possibilidade de usar a imaginação para transformar o mundo real. Assim como “Canudos não se rendeu” (CUNHA, 2016, p. 574), espera-se que a atual geração também não se renda às injustiças e mazelas causadas pelas classes dominantes e operantes no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Olímpio de Souza. **Caderneta de Campo** / Euclides da Cunha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

SALLUM JR, Brasílio, SCHWARCZ, Lilia Moritz, VIDAL, Diana e CATANI, Afrânio. **Identities**. São Paulo. Editora Edusp, 2018. Disponível em: <https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/03/identidade-como-problema.pdf> Acesso em: 09 out. 2023.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2011.

BARTHES, Roland. **S/Z**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 7ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALASANS, José. **O Estado-Maior de Antônio Conselheiro**. São Paulo: GRD, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. **A literatura e a formação do homem**. Remate de Males : Revista do Departamento de Teoria Literária, n. esp., p. 81-89, 1999. Acesso em: 01 ago. 2023. <https://repositorio.usp.br/item/001022230>

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004.

COZER, Julia. **Os diferentes momentos do trauma na obra freudiana**. São Paulo, 2021. Trabalho de conclusão de curso em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde Curso de Psicologia. São Paulo, 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo, Martin Claret, 2016.

CUNHA, Euclides da. Diário de uma expedição. In: EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/diario-de-uma->

[expedicao/](#) Acesso em: [12 de mai. 2023]. Texto-base: CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. org., rev. e notas de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Euclides da. Correspondência. In: EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/correspondencia/> Acesso em: 26 de jun. 2023. Correspondência ativa digitalizada com base em: GALVÃO, Walnice Nogueira; GALOTTI, Oswaldo (Org.). **Correspondência de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CUNHA, Euclides da. Discurso de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras. EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. Contrastes e confrontos. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/contrastes-e-confrontos/discurso-de-posse/> Acesso em: [21 de jun. 2023]. Publicado originalmente em *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19 dez. 1906. Transcrito de: CUNHA, Euclides da. Contrastes e confrontos. In: *Obra completa*. org. Paulo Roberto Pereira. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009. v. 1. pp. 112-128.

CUNHA, Euclides da. A nossa Vendéia. EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. Crônicas. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/cronicas/> Acesso em: [22 de mai. 2023]. Texto-base: CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. org. rev. e notas de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 43-61. Artigos publicados originalmente em 14 mar. 1897 e 17 jul. 1897, em *O Estado de S. Paulo*.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca. Produções Culturais, Ltda, 1999.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo, Ática, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. Loyola, São Paulo, 1996.

FREDRIGO, Fabiana de Souza e GOMES, Ivan Lima. **História e Trauma: Linguagens e Usos do Passado**. Vitória. Editora Milfontes, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Perfil de Euclides e outros perfis**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. **Euclides da Cunha: revelador da realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Aguiar, 1966.

_____. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **As formas do falso**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **Diário de uma expedição / Euclides da Cunha**. São Paulo: Companhia das Letras,

2000.

_____. **Euclidiana**: ensaios sobre Euclides da Cunha. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Euclides da Cunha militante da República**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Euclides e a Revolução Francesa. In: **Gatos de outro saco**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 85-89.

_____. **No calor da hora**: A Guerra de Canudos nos jornais. 4 ed. Recife: Cepe, 2019.

_____. **Diário de uma expedição** / Euclides da Cunha: São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

HIRSCH, M. **Family pictures**: Maus, mourning, and post-memory. *Discourse*, v. 15, n. 2, p. 3-29, winter, 1992.

_____. **The Generation of Postmemory**: Writing and Visual Culture after the Holocaust. New York: Columbia University Press. 2012.

LEGELSKI, Francine e SCHITTINO, Renata. **Teoria da História hoje**: historiografia e sentido histórico. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

LEONEL, Maria Célia e SEGATTO, José Antonio. **Ficção e ensaio**: literatura e história no Brasil. São Carlos: EduFSCar, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. **Negacionismo e Revisionismo Histórico no Século XIX**. In: PINSKY, Jaime e Carla (org). **Novos combates pela História**. São Paulo: Contexto, 2021.

NASCIMENTO, José Leonardo do. **Euclides da Cunha e a estética do cientificismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NASCIMENTO, José Leonardo do e FACIOLI, Valentim. **Juízos críticos**: Os Sertões e os olhares de sua época, São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PERRONE-MOISÉS, L. **Mutações da literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SALES, Paulo Alberto da Silva e FARIA, Zênia de. **Narrativas Históricas e Ficcionalis**: escritas híbridas. *Revista ALERE*, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/alere/article/view/2308/1895>
Acesso em: 15 de setemb. 2023.

SANTANA, José Carlos de. **Ciência e arte:** Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec, 2001.

SciELO - Scientific Electronic Library Online: História, Ciências e Saúde-Manguinhos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QqTMnFcRpskWwBWdYJY7Rtg/> Acesso em: 10 de jun. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória e literatura:** O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2003.

_____. **Narrar o trauma:** a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. Psic. Clin. Rio de Janeiro, 2008.

SHARPE, Jim. **A História Vista de Baixo.** In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História:* novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WHITE, Hayden. **Meta-História:** A imaginação Histórica no século XIX. Tradução: José Laurênio de Melo. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.